Ano III — nº 24 — Cr$ 10,00

Janeiro de 1978

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Flávio Tavares

UM BRASILEIRO TORTURADO NO URUGUAI

DELFIM NETTO VIROU DEMOCRATA?

Tenente Portela

4 CADÁVERES NOS PÉS DO DELEGADO

MAQUIAVEL, O MESTRE DOS DITADORES

ELEITOR: NADA A DECLARAR

"A escolha foi feita por quem se considera com poderes para isto, embora não conste de lei ou papel algum, semelhante atribuição de legar a presidência à pessoa da confiança do seu detentor no momento(...)

Nada a declarar, portanto, do ponto de vista do eleitor que suponho ser, como tantos outros patrícios (milhões) também se imaginam. Nem cheirado, nem sondado, nem ouvido, nem prevenido, declaro que não tenho nada a declarar. Esta não é uma declaração no chamado estilo mineiro, de dizer alguma coisa sem dizer absolutamente nada. É declaração de brasileiro maior de idade, contribuinte, de profissão confessável, portador de título eleitoral, que não tem nada a ver com isso que está aí, portanto sem a mínima declaração. Boa noite".

Carlos Drummond de Andrade

(Trecho da crônica publicada dia 7/1/78 no Jornal do Brasil que reproduzimos na página 24)

Sobral Pinto

"O PAÍS NÃO PODE SUPORTAR ISSO"

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Redação
Jacqueline Joner, Jorge Polydoro, José Antônio Vieira da Cunha, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig (**editores**), André Pereira, Carlos Rafael Guimarães Filho, Marcelo Oscar Lopes, Elaine Lerner, Jorge Freitas, Najar Tubino, Luiz Cláudio Cunha, Marco Antônio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Ricardo Schmitt, Vera Teresa Costa, Marina Wodtke, Lenora Vargas, Humberto Andreatta, Rejane Baeta, Ayrton Centeno, Regina Vasquez, (**repórteres e redatores**) Luís Recena Grassi, Severino Góes, Maria da Graça Seligman (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Lucila Camargo, Jorge Escosteguy, Geraldo Hasse, Patricio Renato (**São Paulo**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Paolo Marconi (**Salvador**), Gleizer Naves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Eneida Serrano, Luiz Abreu (**fotografia**), Juvenal da Luz, Luís Carlos Ferré, Nilson Figueiredo (**arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**Departamento Industrial**), Dejair Boeira, Maria Isabel Timm, Paulo Roberto França, Lindomar Mohnsam da Silva (**Revisão**), Carlos Rios (**Produção**), Airton Azambuja, Atil Vineton (**Fotolito**), Paulo Sá, Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco, Julio Cesar Romano Martins (**Composição**), Olmiro Lempek, Luiz Gustavo Machado, Léo Roberto dos Santos (**Montagem**).

Gerência
Eládio Dios V. da Cunha

Comercial
Ênio Lindenbaum e Leonardo Dourado

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Gilberto Taurino, Térry-mar Ferreira

Números atrasados
A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones 218984 e 240951 — Telex (051) 1605
Registro nº 33170 / Livro A 1

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Osmar Trindade (Vice-Presidente), Marcelo Lopes (Secretário), Luís Cláudio Cunha, Jorge Olavo de Carvalho Leite, Carlos Karnas, Antonio Oliveira, José Guaraci Fraga, Maria da Graça Seligman, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Bastos, Edgar Vasques (Conselheiros de Administração), Hélic Gama, João Borges de Souza, Agnese Schiffino, Carlos Dorneles, Pedro Maciel, Paulo Burd (Conselheiros Fiscais), Jorge Polydoro (diretor-superintendente), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Brito Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licínio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson de Oliveira, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Osmar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Sérgio Becker, Antonio Gonzales, Carlos Mossmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski, Iara Schilling Pereira, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Silvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebés de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neusa Tasca, Otilia Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockymann, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cintia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Maria Eneida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebés Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luís Carlos Ferreira, Anibal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prates, Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zorano Sanvicente, Riomar Béssio da Trindade, Rômulo Krafta, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coleno, Juvenal B. da Luz Neto, Juan Carlos Gomez, Luiz Recena Grassi e Ariosto Teixeira.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

Se você tem mais de 35 anos, parabéns. Você é um desses felizes brasileiros, cada vez mais escassos, que um dia na vida conheceram a emoção de participar da escolha de um presidente para o seu País.

Se você tem menos do que essa idade, está na mesma situação de quase todos nós. Somos umas 40 pessoas aqui na Coojornal, todos maiores, eleitores, em dia com o fisco e com a lei e logo depois da indicação do general João Baptista Figueiredo nos entregamos a um, digamos, jogo de humor negro: quem de nós podia contar, entre as suas experiências, com essa de ter depositado numa urna um papelzinho com o nome do homem que desejava ver comandando o País.

Bom, descobrimos que muita gente nunca participou sequer da escolha de um prefeito, pois tornou-se eleitor depois de 1964 e sempre viveu em Porto Alegre. Como se sabe, os moradores das capitais estão há muito aliviados desse encargo.

Quanto ao presidente, apenas um entre todos — o editor Osmar Trindade — pode descrever como é essa coisa, hoje tão fascinante quanto proibida. Ele votou nas eleições de 1960. (Desconfiamos que a Tânia Faillace também votou, mas ela diz que não se lembra).

Evidentemente, que embora derrotado, (ele votou no marechal Henrique Teixeira Lott) Osmar ficou cheio de rompantes e foi logo cercado pela curiosidade geral. Imagine, o cara queria meter a colher na escolha do presidente!

"Votei no distrito de Galpões, no interior do município de Livramento. Perto da mesa de votação havia acampamentos com churrascadas, uma de cada partido. O pessoal vinha a cavalo, em carroças e todos de roupa domingueira. Começaram a chegar na noite anterior, gente que vinha de longe, das estâncias. E a turma do PTB e do PSD passaram a noite em claro para impedir que um aliciasse os eleitores do outro", contou o nosso eleitor solitário.

Houve outras rememorações menos importantes, é verdade, mas igualmente nostálgicas. Como a do autor destas linhas que estava a poucos meses dos 18 anos na última eleição presidencial, em 60, e lembra apenas o padrinho, cabo eleitoral da UDN, que dizia: "Não te preocupa, na próxima tu já podes ajudar a eleger o Lacerda".

Creia, leitor, não é boa a sensação que esse jogo deixa na gente.

• • • • • • • • • • •

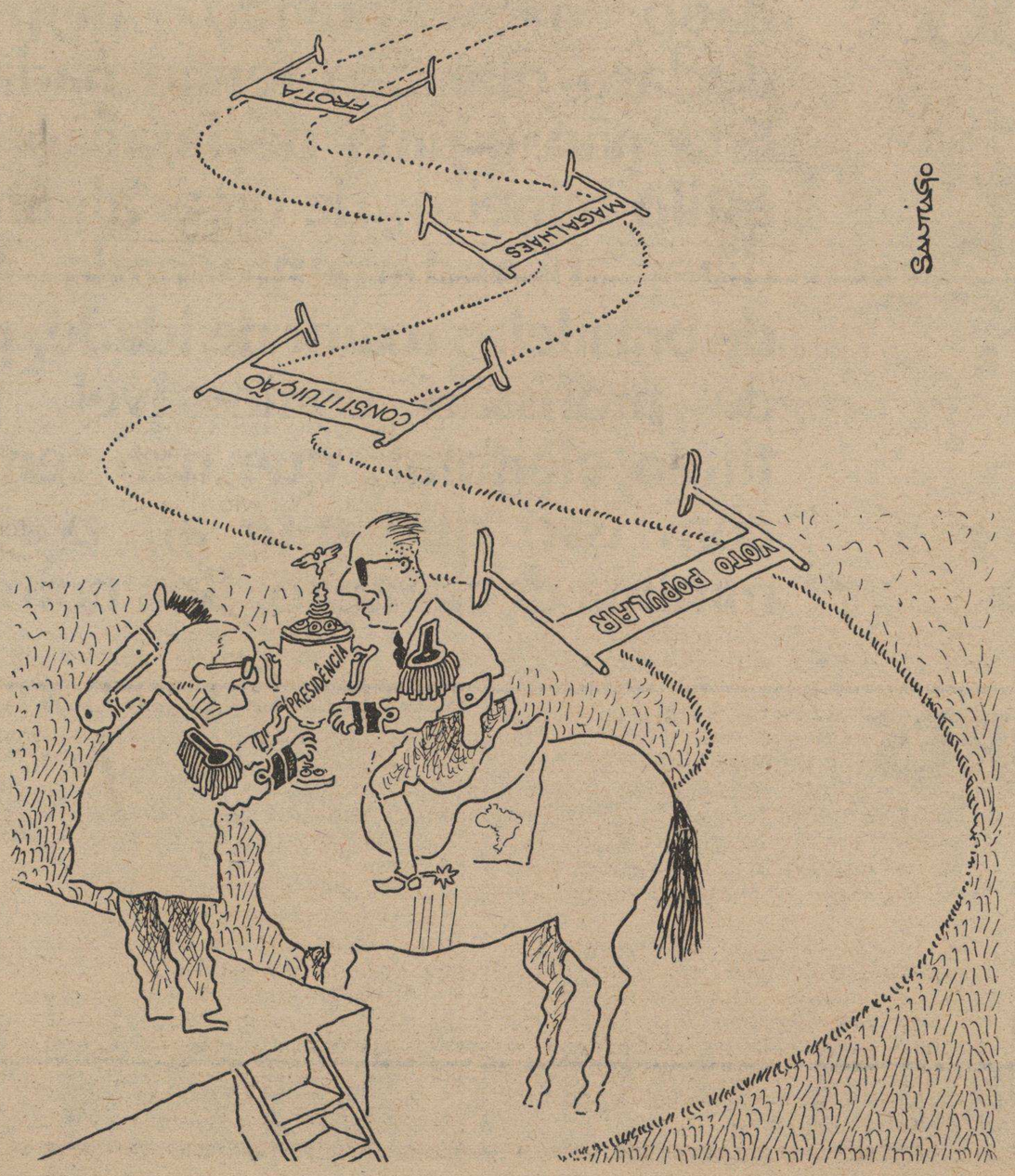
Há três meses recebemos uma carta de um oficial da Aeronáutica, do Rio de Janeiro que havia sido cassado por questões políticas em 1964; falava da sua situação e da de vários companheiros e queria contar a sua história. Podia mandar documentos. Respondemos pedindo que nos mandasse os documentos que tivesse e mais detalhes. Nova carta, com cópias xerox de vários documentos e nomes de outros ex-militares dispostos a falar.

Na metade de dezembro, dois colaboradores nossos no Rio, reuniram alguns desses militares e ouviram suas histórias, das quais publicamos uma parte na página 22.

Tiragem desta edição: 21 mil exemplares

O Editor

SANTIAGO



Falta algo, é?

Por que no lugar ocupado pelas besteiras e deslumbres da Elis vocês não põem um assunto infinitamente mais importante e interessante, como a campanha da Secretaria da Saúde contra o cigarro?

Um dos anúncios da televisão, além de racista e colonizado — o cigarro, um agente cancerígeno, é representado por índios com peninha na cabeça, no melhor estilo pele-vermelha — tem um desenho horroroso e é pessimamente realizado. E faz parte de uma campanha para combater os anúncios, tão ou mais idiotas mas muito melhor feitos, das multinacionais fabricantes do "veneno empapelado".

Uma reportagem sobre este tema poderia tentar responder perguntas como: A verba da Secretaria da Saúde para publicidade é curta demais para encomendar um trabalho menos ruim? O complô, ou melhor, a campanha está adiantando alguma coisa? Em caso positivo, quantos maços de cigarro as fábricas estão vendendo a menos?

E até a velha questão do por que simplesmente não se proíbe a propaganda do fumo já está merecendo uma cobertura honesta, sem as mistificações habituais sobre o assunto.

A superficialidade de algumas matérias é irritante. Deveriam ter acrescentado um histórico da atual situação do Uruguai. Detalhar torturas é fundamental como denúncia, mas é indispensável para o esclarecimento do leitor um relato, uma análise dos fatos e dos fenômenos que levaram o Uruguai a isso; não creio que vocês pretendam fazer uma *Veja* cooperativada — é verdade que os abraços e beijos que vocês recebem lembram muito o "obrigado pela sua dignidade, Mino", da *Isto É* — e não acho que os "entraves burocráticos" sejam fortes a ponto de bloquear trabalhos mais profundos neste sentido.

Outra coisa: esse negócio de ser um jornal isento já está beirando à conivência disfarçada. Publicar como resposta ao sr. João O. Régis apenas a carta do gerente de crédito da Masson é, no mínimo insuficiente. A opinião do sr. Leopoldo Gayer, de que o crédito é elemento de educação fundamental na vida de uma pessoa já mereceria comentários, apenas insinuados na palavra "consumismo", título da carta; ou o fato de uma loja usar até psicólogos para incutir a mentalidade consumista em crianças é insignificante? E em caso de não pagamento como fica o crédito dela na(s) loja(s) se quiser comprar quando adulta? Quando há protelação da dívida, como ficam os juros? Esses esclarecimentos só podem ser feitos pelo jornal.

E há a sensação de que falta alguma coisa (conteúdo?) depois da leitura de algumas reportagens históricas — a idéia é muito boa — e da maioria das últimas "Idéias e Opiniões".

O que vale no jornal são os ensaios do Jefferson de Barros e matérias como "O fantasma dos listões de expurgo" e "De que morrem as crianças", pela atualidade e importância. O Veríssimo é otimo, mas e os outros humoristas de texto?

Era isto. Continuem. Vocês são uma das melhores coisas da Imprensa brasileira.

Paulo Custódio, Porto Alegre, RS

O primeirão

Na edição número 20 do *Coojornal* li, na página 25, na reportagem "O olho de Washington na redemocratização", que o general Eisenhower foi o primeiro presidente americano a visitar o Brasil.

Creio que houve um engano, pois parece-me que antes dele aqui já tinha estado o presidente Roosevelt, durante a II Grande Guerra, quando visitou a Base de Natal. Certo?

Hildebrando Zluhan, Porto Alegre, RS

Nota da Redação: *Certo: Roosevelt foi recebido por Getúlio Vargas em Natal, em 1945.*

Opiniões coesas

Realmente o *Coojornal* é capaz de alinhar idéias presentes e futuras, é capaz de opiniões coesas e independentes. Desejo, por isso, renovar minha assinatura. Pode ser por passe bancário?

Ondina Maria Piaia — Erexim — RS

Nota da Redação: *Isto mesmo, Ondina.*

CARTAS

Trabalhismo

Só mesmo aqui no Rio Grande do Sul e graças às suas tradições — de coragem, de fibra política, de ideal nacionalista — é que poderia surgir um jornal como o *Coojornal*. Tenho acompanhado-o desde o nº 18 e estou satisfeito em ver que a minha terra possui um jornal de verdade.

Gostei das matérias sobre o trabalhismo, que não morreu e não morrerá jamais. Temos é que fazer o trabalho de conscientização, de união de luta e nos articular para a criação de um Partido Trabalhista; concentrar a força dos velhos e novos para formar realmente um partido político com ideologia definida. Formar um partido como ele deve ser: como um ser natural, como um ser vivo que nasce e se cria naturalmente através do amadurecimento de suas idéias e o fortalecimento de sua estrutura.

Ninguém desconhece que no Brasil não temos partidos políticos reais, porque MDB e Arena foram criados por decreto e partidos não se criam por decretos. MDB e Arena formam conglomerados, além de não condizerem com as reais necessidades e aspirações da classe trabalhadora. O Rio Grande tem que levantar-se novamente pelo Brasil, pois:

"Não querem que o trabalhador seja livre,

Não querem que o povo seja independente".

Não podemos deixar de defender o ideal nacionalista ou esquecer seus grandes líderes e vultos como Getúlio Vargas, que ainda hoje grupos ou pessoas fanáticas e medíocres tentam desesperadamente apagar (mas jamais conseguirão) o melhor de sua imagem, que foi o amor por sua gente e por sua terra.

Paulo Renato Xavier, Porto Alegre, RS

Erva rasteira

Eu, aqui das Minas Gerais, fazendo jornalismo, 20 anos, tenho em mãos o número de outubro. Pô, como é lindo o jornalismo quando se faz contra as torrentes opressivas e atinge até as outras regiões brasileiras.

Aqui a gente tenta fazer um jornal alternativo. A grana está curta, mas continuamos tentando e vamos conseguir. Um homem só é homem quando cai e levanta de cabeça erguida; ficar estendido no chão é pra erva rasteira.

Paulo Roberto de Paiva Nogueira, Uberaba, MG

E mais um dedo

É incrível a reação de homens como Hamilton Chaves e Hamilton Almeida Filho quando uma mulher brilhante e inteligente como Tânia Faillace põe o dedo na ferida. A insegurança é tal que a falta de elegância chega a ser patética.

A Tânia tem toda a razão. O populismo já provou até a saturação que não funciona. Convém também não esquecer, senhores, que os grandes mestres do fascismo começaram como líderes populistas.

Um aviso ao Hamilton Chaves: procure conhecer pessoalmente Tânia Faillace e verificar que cometeu um equívoco asnático ao chamá-la de burguesa.

Quanto à reportagem sobre o Brizola gostaria de dizer o seguinte: seria ótimo que este homem ficasse nos Estados Unidos comendo seus hamburguers. Após 13 anos dá para avaliar bem a incompetência amazônica de sua atuação política. Que fique por lá. Pela reportagem nota-se que dona Neuza é boa de cozinha. Então? Por que o sr. Brizola não monta um restaurante de pratos típicos gaúchos, pega o microfone e explica para os gringos que o carreteiro com charque (sem charque tem pouca proteína) é comida de caudilho? Os americanos iriam adorar.

Do jornal estou gostando muito. Excelente a matéria sobre Zumbi. Aliás, gostaria de mandar um abraço de agradecimento ao historiador Décio Freitas, como negra e brasileira, por tudo que está fazendo pela nossa gente.

Eva de Oliveira, Porto Alegre, RS

Gaúcho português

Sou um gaúcho que, como tantos outros, vivo no exterior há vários anos, um pouco em cada país. Mesmo assim trato de acompanhar sistematicamente o que ocorre aí na nossa terra brasileira.

Já havia lido alguns números da publicação que vocês editam com tanto sucesso. Há pouco, através de amigos que passaram recentemente por Lisboa, tomei conhecimento em maiores detalhes sobre o que é e o que representa esta iniciativa.

Estou bastante interessado em colaborar com o *Coojornal*, e considerei a situação política atual de Portugal como uma ótima oportunidade para me apresentar e iniciar uma eventual colaboração. Tive de escrever rapidamente, pois espero que chegue aí a tempo de ser aproveitado na edição de dezembro.

Jaime Rodrigues, Lisboa, Portugal

Nota da Redação: *Infelizmente, o artigo chegou tarde.*

Democracia, pô!

Amigos, eu venho lendo o *Coojornal* há alguns meses e não tenho concordado com o comportamento de vocês perante as críticas feitas ao jornal na Seção *Cartas*, que eu acho muito aberta e democrática.

Quando a crítica tem fundamento, e expressa uma verdade, só devemos mesmo é calar e procurar corrigir a falha; mas quando é uma crítica equivocada eu acho que o jornal deve defender sua linha editorial, respondendo ao crítico.

Eu sei que os próprios artigos do jornal bastam como resposta, mas imaginem um leitor que não tenha lido um artigo numa edição, e na próxima ele vê uma crítica esculhambando o artigo, e às vezes também a linha editorial do jornal, o que vai pensar? O leitor vai ficar apenas com a visão do cara que criticou, se vocês não respondem.

Antônio Ferreira, Salvador, Bahia

EDGAR VASQUES

Chega pra lá

R. Magalhães Júnior, membro da Academia Brasileira de Letras, corroído pela inveja, atacou estupidamente o meu livro "Vida e Poesia de Olavo Bilac", nas páginas do seu caótico "Olavo Bilac e sua Época", lançado recentemente pela Companhia Editora Americana.

É que o Magalhães, até hoje, ficou babando de fúria com a reportagem de três páginas que a *Manchete* de 23-11-1963 consagrou à minha biografia. E agora, com o aparecimento da terceira edição de meu livro, ele deve estar estourando de despeito.

Eu tenho elementos para provar, documentadamente, que este Júnior da literatura adulterou, numa de suas obras, um importante documento da História do Brasil. E ainda mais: na sua biografia de Bilac o Magalhães fez o escritor Coelho Neto *casar-se* com o marechal Deodoro da Fonseca! Um disparate.

Magalhães foi ex-agente de uma ditadura de modelo fascista, quando exerceu o asqueroso papel de dedo-duro, de delator, tendo prejudicado seriamente no exterior dois brasileiros patriotas, dois grandes democratas, que se mostravam adversários implacáveis dos regimes de arbítrio: Paulo Duarte e Otávio Mangabeira.

Ambos, como não desejavam ser torturados pela Gestapo brasileira, chefiada por Filinto Müller, refugiaram-se nos Estados Unidos. Que fez o R. Magalhães? Apenas isto: dirigiu-se à sede do *Reader's Digest*, em Nova Iorque, onde o pobre Otávio Mangabeira, a fim de não morrer de fome, fazia traduções de inglês para o português, e declarou aos diretores da revista que se continuassem a dar trabalho a Otávio, o ditador Getúlio Vargas não iria permitir que fosse lançada no Brasil. Resultado: Mangabeira foi demitido imediatamente.

Após isto, o R. Magalhães correu lépido, feliz, pressuroso, até a *National Broadcasting*, onde o escritor Paulo Duarte produzia uma crônica diária. E lá o sinistro R. Magalhães cumpriu, mais uma vez, a sua missão de esbirro, de galfarro de uma ditadura de modelo fascista. Conseqüência: Paulo Duarte foi demitido na hora.

Mas ainda não estava satisfeito. O que ele queria, no fundo, era matar de fome o Paulo Duarte, liquidar com todos os brasileiros que no exterior não apoiavam a filial do regime fascista na América do Sul. Por isto apressou-se a ir até o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, onde o Paulo Duarte, também para sobreviver, executava trabalhos inocentes, de natureza estética. O dedo-duro encontrou-se com Mr. Philips Goodwin e explicou que "Mr. Roosevelt e Mr. Vargas não queriam aquilo", isto é, que o "perigoso" Paulo Duarte trabalhasse no museu. Imperturbável, Mr. Goodwin apenas retrucou:

— Quero dizer ao senhor que o Museu de Arte Moderna não tem nada a ver com Mr. Roosevelt ou Mr. Vargas.

E, conforme narra o próprio Paulo Duarte, o distinto Mr. Goodwin levantou-se "e botou para fora Raimundo Magalhães, sujeito sem predicados..."

Eis aí, portanto, alguns dados destinados à futura biografia do nobre e bondoso acadêmico R. Magalhães Júnior, homem que os escritores da U.B.E. há pouco tempo elegeram "Intelectual do Ano".

Não resta dúvida, Ernesto Renan, o sábio de "Les Origines du Christianisme", tinha plena razão: "A única coisa que nos pode fornecer a idéia de infinito é a estupidez humana".

Fernando Jorge, São Paulo, Capital

Viva o Paraná

Li a edição nº 19 e achei espetacular. Como sugestão seria interessante que vocês fizessem uma reportagem sobre o crescimento do cooperativismo no Paraná que, se Deus quiser, estará à altura do sistema praticado no Rio Grande do Sul.

Luiz Gonzaga Pereira, Francisco Beltrão, PR

Brizola

Quero afirmar que o número que abordou o período Brizola foi de particular interesse. Quem vos escreve estava realmente preocupado em fazer um estudo histórico sobre o governo Brizola (quando morei no Rio Grande do Sul e trabalhava na Faculdade de Erexim) e vejo que a idéia já está em andamento.

Sílvio T. Monteiro, Manaus, AM

Um certo poeta

Sempre me posicionei contra o preconceito das emissoras de rádio do Rio Grande do Sul que só tocam música regional de madrugada, como se fosse proibido nos demais horários. Essa é uma questão. Agora, por ocasião da Califórnia da Canção, em Urúguaiana, talvez em decorrência disso mesmo, os apresentadores da Rádio Guaíba revelaram inteiro desconhecimento dos temas sobre os quais deveriam falar. Então, foi lamentável. Um dos locutores chegou a se referir ao autor de uma das canções vencedoras como "um poeta de São Borja". Na verdade, tratava-se de nada mais nada menos do que Aparício Silva Rillo, um dos principais poetas do Rio Grande do Sul. Me parece que essas coisas revelam apenas o que já constatei: o pouco caso com que a música regional é tratada nos chamados "Meios de Comunicação Eletrônica". Mesmo porque, segundo sei, as emissoras de rádio só transmitiram a Califórnia porque os promotores desta criaram facilidades. **Albano da Cruz Coelho, Porto Alegre/Alegrete.**

Conselhos úteis...

Autodefinido como filósofo e poeta, Carlos Ducatti — QI acima de 160 — preside em Porto Alegre, o Clube Nova era, uma entidade que inicialmente dedicava-se ao estudo de discos voadores e outros fenômenos da chamada navexologia, incluindo um projeto para a construção de um espaçoporto no Rio Grande do Sul. Nos últimos tempos, o Nova Era tem investido por outros setores. Sua última preocupação foi fazer uma receita de *Como Viver com Menos de um Salário Mínimo*, que consta de 32 conselhos:

1 — Não ter carro, televisão, aspirador, batedeira, etc. — coisas perfeitamente dispensáveis;

2 — Dividir o aluguel com outra pessoa;

3 — Não comprar móveis — fabricá-los com tijolos, tábuas, etc;

CARTAS

4 — Ser autodidata — evitar tirar cursos — aprender sozinho a datilografar, pintar, costurar, cozinhar, etc.;

5 — Acostumar o estômago a exigir pouco alimento — nosso metabolismo é modificável;

6 — Tomar, de vez em quando, chá de funcho — erva que se encontra em terrenos baldios, etc.;

7 — Botar pouco açúcar no chá — se possível suprimi-lo;

8 — Fritar ovos com água;

9 — Não tomar café, e sim chá de cevadinha, bebida semelhante, porém mais nutritiva;

10 — Não ter geladeira — conservar a manteiga dentro da água, a carne cozida, as batas cruas, as verduras com os talos mergulhados n'água (para não murcharem); fazer a limonada na hora em que vai tomar; comprar e tomar logo o leite, antes que azede,

11 — Não seguir a moda, coisa irracional que nos impele a fazer compras;

12 — Não fazer seguros — confiar no Cósmico e na fraternidade;

13 — Evitar comprar livros — trocar, arranjar emprestados ou ir a bibliotecas;

14 — Consertar, você próprio, os aparelhos que se estragam; se não puder, dar um jeito de usá-los assim mesmo;

15 — Para cozinhar, para mais de uma pessoa, usar gás, bem mais barato que álcool;

16 — Ir, de preferência, a espetáculos grátis: encontros poético-musicais, concertos populares, etc.;

17 — Trocar discos, para evitar comprá-los (quem não quer trocar discos, apegando-se aos que tem, demonstra senso exagerado de propriedade, estagnação e atraso espiritual);

18 — Em caso de esgotamento nervoso, ir ao campo. (Evitar sanatórios, que são caríssimos);

19 — Evitar refrigerantes artificiais e doces em geral, que estragam a saúde, a começar pelos dentes;

20 — Não andar de táxi, a não ser em caso de real necessidade; lembrar-se que três passageiros pagam, em princípio, 1/3 cada um;

21 — Cortar a própria barba e os próprios cabelos (aprende-se facilmente);

22 — Viajar pouco — arranjar carona — viajar em corpo astral; praticar empatia, olhando fotos coloridas, para não ter desejo de viajar;

23 — Evitar a prostituição;

24 — Não fumar;

25 — Não comprar boné contra o sol, ir pela sombra ou se proteger com um jornal;

26 — Não comprar inseticidas caros — contra mosquitos, acender espirais e só quando for preciso; meio espiral, por uma noite, chega. Melhor ainda: queimar serragens com folhas de eucalipto;

27 — Contra cupins, usar querosene;

28 — Contra caspa, usar querosene;

29 — Economizar (tirar pedaços pequenos de) fita adesiva, esparadrapo, etc.;

30 — Não estragar os tênis, os sapatos, jogando futebol;

31 — Não comprar quadros; fazê-los (pintar ou aproveitar fotos de revistas, etc);

32 — Ter letra pequena, a fim de economizar papel.

Pouco sufoco

Pessoal, desculpem, o mau jeito. Cheguei de viagem e encontrei um certo rebu armado. Como demorou arrumar tudo nos antigos lugares, só agora estou conseguindo completar a minha lista de "presenteados". Ainda vou mandar mais gentes. O papel que vai em separado com nomes e etcs. é porque acabou o bloco que eu fiquei. O outro o Cacaso deve ter completado lá pelas bandas mais cultas da cidade. Ou seja, nenhum susto. Tudo gente finíssima.

O show do dia 13 foi limpeza. Cheio de fotógrafos. Só que ninguém noticiou porra nenhuma. Engraçado...

A Sombras foi fundada no mesmo dia. Grandes maquinações... Se houver algo decente de se passar adiante na primeira assembléia, dia 9/1, mandamos qualquer toque. Bom Natal!

E que 1978 seja um ano de pouco sufoco e ausente de horror. De trabalho fatalmente estaremos bem, já que somos ótimos. Então, resta-nos a espera de bonitezas em outras áreas. Que Deus não nos ajude. Que aí a gente cava glórias e aleluias. Aliás, há tempos conseguidas às custas de meus calos.

E que estejamos sempre juntos. No cutuca por baixo. Na vergonha na cara. Na rigidez da coluna. No respeito ao mundo. E na boca no trombone. Beijos e saudades. **Elis — São Paulo, SP.**

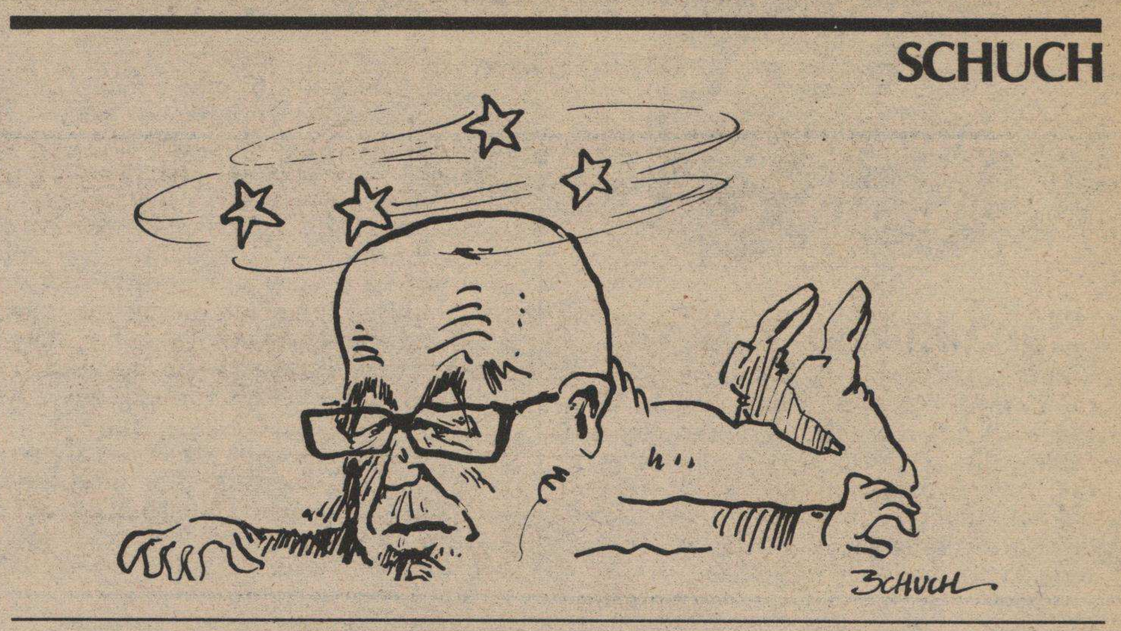
Siglas, siglas

Amigos,

Sempre é com certa ansiedade que aguardo a chegada de mais um número do *Coojornal*. Nem cabe repetir aqui o "lugar-comum" dizendo que o jornal está atuante, vivo, vibrante e até polêmico (será estratégia?) quando os leitores começam a duelar para fazer valer as suas idéias. E é justamente nesta hora que o jornal mostra a sua importância, dando guarida a quem tem alguma coisa a dizer, algum recado a dar, mesmo sabendo que isso poderá não agradar a camadas consideradas importantes. No já encerrado episódio do boicote dos anunciantes, o jornal deu a volta por cima e voltou com brilho maior.

Não sei se me cabe formular uma sugestão, mas vamos a ela: será que vocês não poderiam fazer uma matéria sobre as siglas que tomaram conta do nosso mundo! Siglas de repartições públicas, autarquias e outros órgãos da esfera federal e estadual, então geralmente pegam o leitor desprevenido, poucos conhecem a maioria. Pensem nisso.

Como vocês certamente não se interessarão pelo mau funcionamento do INPS, na variedade de valor nas contas de luz da CEEE para um mesmo usuário, nos telefones vendidos pela CRT e não ligados sob a alegação do comprador residir "fora da área" (viram o festival de siglas?), vou encerrando por aqui mesmo. Que 1978 encontre todos vocês dispostos a continuarem a luta que estão vencendo com tantos méritos. Daqui de Santa Rosa (RS), o mais fraterno abraço. **Egon Hilário Musskopf.**



Camará existe?

Quando JK morreu na via Dutra (a sua morte física), empapado em sangue foi encontrado o livreo *As Musas se Levantam*, de Joaquim Felismino de Almeida, um desconhecido à época. A triste coincidência da morte de JK e o fato de ele estar lendo o livro naquele exato momento trouxe o seu Feslismino para as manchetes da grande imprensa. Mas logo que o caixão de JK desceu à campa, Felismino já estava esquecido, como esquecida está a Vila de Camará, lugarejo da Ilha de Marajó, onde mora:

Dele recebi longa carta em que se queixa: "Aqui também é Brasil". Verdadeiro abnegado, seu Felismino deixou o Rio de Janeiro para viver naquele ermo, a oito horas de barco a motor de Belém. Vive entre os seus amigos, que desde 1950 o reconhecem como verdadeiro líder da modesta povoação. Já em 1954, quando muitas cidades do Sul — senão a maioria — não tinham sequer uma estante de livros, Camará já tinha a sua Biblioteca Popular, construída e organizada pelo poeta de JK. Mas nem tudo se pode fazer sozinho. "Falta quase tudo em Camará, meu caro amigo; pensam que isto aqui não é Brasil."

E o poeta de JK, elevado à categoria de notoriedade nacional naqueles dias de velório, de há muito está ansiando pelos bafejos do Governo. E muita poesia, acróstico, alexandrino, soneto e sextilhas haverá de fazer o poeta de JK até que Camará inserida no contexto nacional de fato, já que de direito ela o é! Camará fica tão distante de tudo que até o Correio, mais eficiente que outrora, só chega por lá mercê do auxílio de amigos. É preciso muita renúncia para viver em Camará, onde o Brasil chega no dia seguinte. **Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, PR.**

Sucessão e sucessores

Muitos historiadores, inclusive Hélio Silva no *Coojornal nº 23*, têm insistido na tese de que no Brasil nenhum presidente escolheu seu sucessor. Se esta afirmação é verdadeira a partir de 1930, correndo o risco de ser invalidada pela indicação de Figueiredo, a mesma tranqüilidade não se pode ter em relação à República Velha (1889-1930). Embora na maioria dos casos o sucessor tenha sido imposto, há exceções. É temerário se afirmar que tal tenha sucedido em plena vigência do grande acordo nacional, conhecido como "política do café-com-leite" (quando São Paulo e Minas, os maiores produtores nacionais de café e leite respectivamente, faziam conchavos para a escolha dos presidentes da República). Assim, é arriscado dizer que não houve interferência do presidente nas escolhas de Campos Sales e Artur Bernardes. Mas o episódio mais significativo, e que por si bastaria para refutar a tese, é o da escolha do sucessor de Campos Sales. Como diz Edgar Carone em seu livro *Primeira República*, numa época de jacobinismo e antimonarquismo o presidente conseguiu impor a candidatura do monarquista Rodrigues Alves à sua sucessão. Para isto, teve de afastar da disputa republicanos históricos, como Quintino Bocaiúva, Bernardino de Campos, Júlio de Castilhos e Joaquim Murtinho. A carta confidencial de Campos Sales a seu amigo João Tibiriçá, republicano paulista, é definitiva e não deixa dúvidas. Depois de apontar vários defeitos nos outros candidatos o presidente diz: "O fato de não ser ele um histórico — único senão a apontar-se contra sua investidura à presidência da república — é largamente compensado pelo seu soberbo tirocínio em administração...". E no dia 15 de novembro de 1902, Campos Sales passava a Rodrigues Alves a presidência da República. Nossa intenção foi a de colaborar com esta publicação, a bem da nossa tão pouco conhecida história nacional. Abraços. **Roberto Caldas, Porto Alegre, RS.**

ASSINE coojornal

12 EDIÇÕES: Cr$ 110,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate.
Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira.
Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião.
Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr$ 110,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 13
Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24

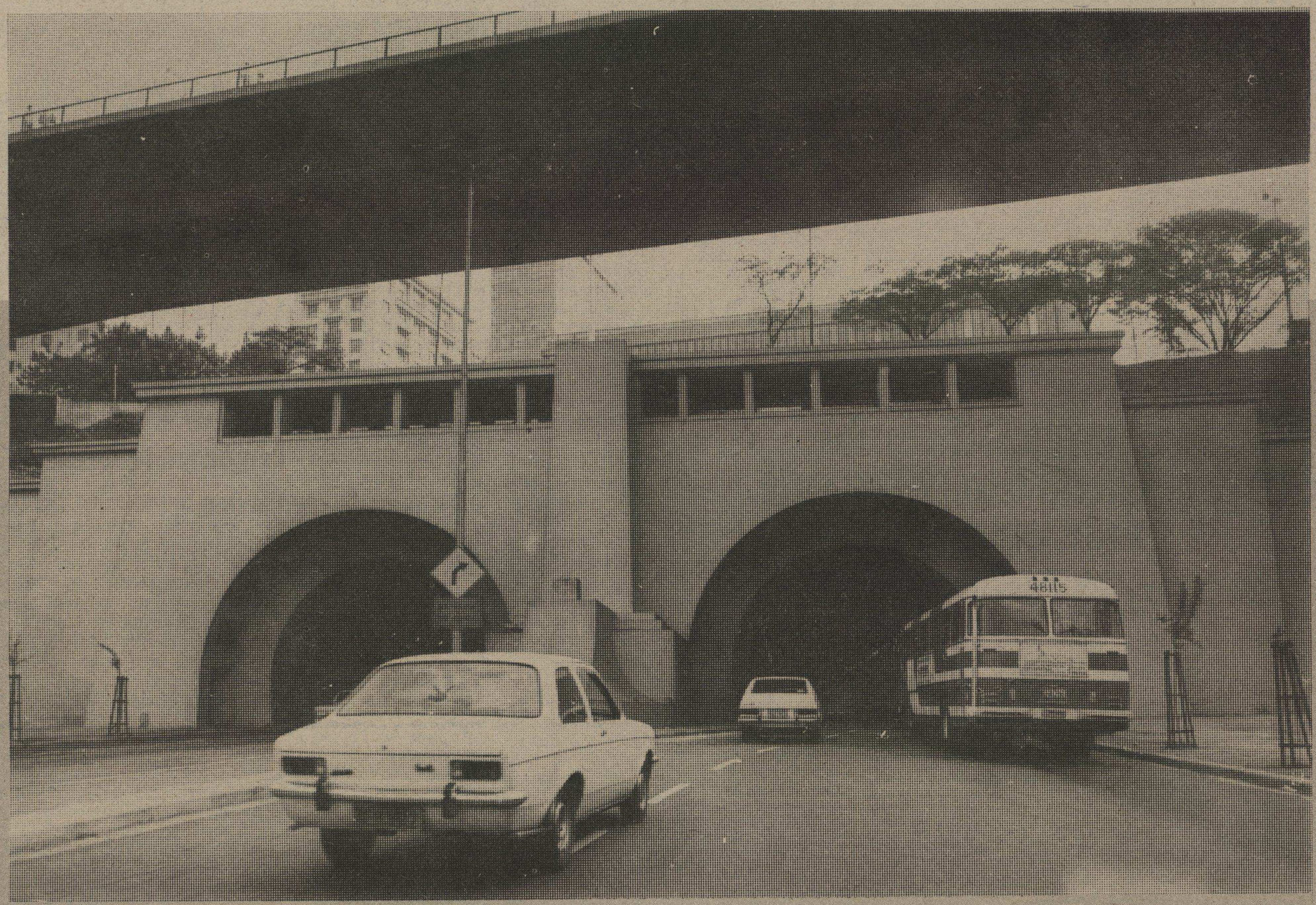
Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Quando vidas dependem do equipamento, o motor não pode parar.



Martins & Andrade

Quando a vida depende de um motor, ele tem que ser perfeito.

Por isso, nos túneis da 9 de Julho e da Rodovia dos Imigrantes, em São Paulo, todos os exaustores são equipados com motores elétricos Eberle.

Qualidade e segurança. É isto que você compra quando instala um motor elétrico Eberle. Ele custa um pouquinho mais caro: o preço da responsabilidade por tantas vidas.

2 anos de garantia

METALÚRGICA ABRAMO EBERLE S.A.
Conheça mais sobre os motores Eberle dirigindo-se para:
Fábrica 3 - BR-116 - Km 126
End. Telegráfico EBERLE - Fone: 21-1211
Telex n.º 0542 155 MAEB - BR
Bairro São Ciro
CEP 95.100 - Caxias do Sul - RS
ou para a Agência Eberle da sua cidade.

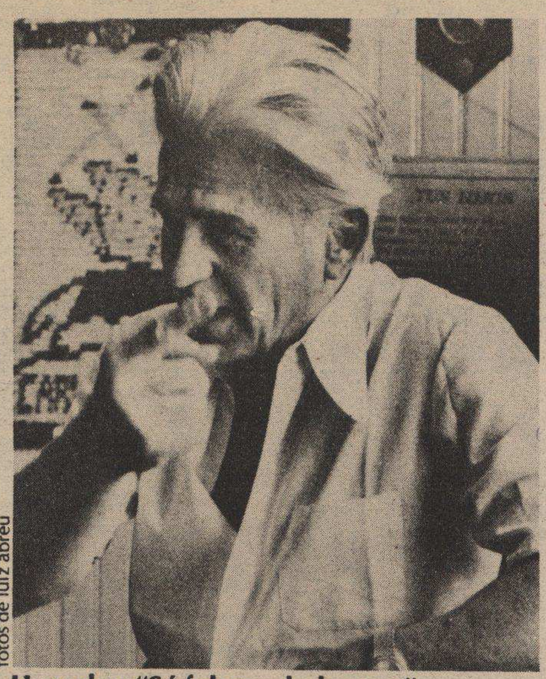
"Ninguém falou a verdade sobre Hitler"

Apesar de tudo o que já foi escrito sobre o integralismo, o historiador gaúcho Karl-Heinrich Hunsche está convicto que vai surpreender e irritar muita gente com a sua autobiografia. Ele recém está se preparando para escrever mas já afirma:

"Direi toda a verdade sobre o integralismo e sei que muita gente não vai gostar. Mas a verdade tem que ser contada".

Experiência certamente não falta a esse filho de imigrantes alemães nascido há 64 anos em São Sebastião do Caí (RS), que em 1930, em plena ebulição do nazismo, estava na Alemanha e em 37 defendeu uma tese de doutorado sobre o integralismo no Brasil (*Der Brasilianische Integralismus*, ainda não traduzida para o português mas considerada nos meios acadêmicos). Seu nome aparece no índex do coronel Aurélio da Silva Py, antigo chefe de polícia do Rio Grande do Sul, que acusou centenas de pessoas de atividades nazistas/integralistas em seu livro A Quinta Coluna no Brasil.

E, talvez por isso, Hunsche tenha se radicado na Argentina onde por muitos anos trabalhou como comerciante. Ele voltou ao Brasil no início da década de 70 e ganhou certa notoriedade nos meios acadêmicos, ao vencer um concurso de monografias do Sesquicentenário da Imigração e Colonização Alemã no Brasil.



fotos de luiz abreu

Hunsche: "Só falaram bobagens"

Por enquanto, ele não quer adiantar nada do que revelará na autobiografia. Diz apenas que "isso agora virou moda, só querem saber de nazismo, integralismo. Olha, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Ninguém até agora conseguiu provar os vínculos entre a Ação Integralista Brasileira e o Partido Nacional Socialista Alemão".

Das pessoas que aparecerão no livro ele menciona apenas Plínio Salgado "que participou de programas radiofônicos em Roma e depois negou tudo" e Lindolfo Collor, ex-ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas e inspirador de toda a legislação trabalhista brasileira: "Collor — diz Hunsche— chamava-se Koeller mas tinha vergonha do sobrenome alemão. Ele foi criado comigo em São Sebastião e quando morava na Alemanha veio procurar-me, queria conhecer o *Reichstag* (Parlamento) e pediu que eu interferisse. Depois quando a história virou, ele acusou-me de ser amigo pessoal do Goebbels, uma pessoa que nem conhecia e de quem jamais apertei a mão".

Vivendo num pequeno motel de sua propriedade, em Gramado, Hunsche ainda vai mais longe em suas afirmações: "A verdadeira história de Hitler ainda não foi contada. Ninguém ainda teve coragem para isso. Tudo o que foi escrito até agora são bobagens, inverdades, pois como a Alemanha perdeu a guerra, naturalmente os vencedores tendem a torcer os fatos. Digo mesmo que nem este *best-seller* do Joachim Fest (Hitler), está certo. Nem o Toynbee (Arnold Toynbee) foi feliz ao falar de Hitler. Ele também foi parcial".

Aliás, parece que nada do que tem sido feito em torno do tema agradou Karl Hunsche, inclusive o filme Aleluia Gretchen do cineasta Silvio Back, sobre um núcleo de alemães no Brasil na época da guerra: "Não sei como ele teve coragem de enganar o público desta maneira. Não conseguiu nem ser um bom pesquisador. Para encurtar a história, este tal de Back cometeu erros tão primários que envergonham qualquer um. Nem ao menos o uniforme dos integralistas acertou".

Fotos de trinta mulheres famosas

Durante três anos, Sommer Andrey fotografou atrizes do teatro e da televisão. Fotógrafo da revista Exame, onde os modelos são invariavelmente graves senhores do mundo dos negócios, ele começou apenas para fazer um trabalho diferente.

Mas o resultado, que agora está sendo mostrado numa exposição de 115 fotos de 30 das mulheres mais famosas do país, teve lances que surpreenderam ao próprio Andrey. Por exemplo: ele achou que as grandes vedetas fariam restrições ao trabalho e começou procurando atrizes de menor expressão. Aos poucos, porém, descobriu que era exatamente o contrário. As mais famosas eram as que mais gostavam da idéia e as que mais colaboravam.

Bibi Ferreira, por exemplo, achou a idéia excelente e pediu um mês para emagrecer dois quilos. No fim, empolgada, ela mesma dirigiu as fotografias, reproduzindo as cenas mais intensas e violentas da peça Gota D'água. E mais: propôs ser fotografada numa cena de estupro que ela havia ensaiado para a peça O Homem de La Mancha, mas que na época não quisera encenar.

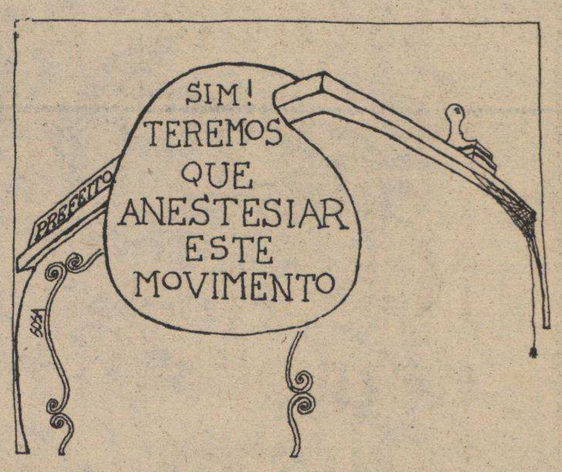
A septuagenária Dercy Gonçalves também gostou da idéia e foi logo avisando que na sua peça Dercy Biônica ela aparecia com o busto nu: "Garanto que tenho seios mais firmes do que muita menina de 18 anos".

Regina Duarte, Dina Sfat, Fernanda Montenegro, Bruna Lombardi são outras que aceitaram posar para Andrey. Ele ficou um pouco decepcionado quando começou a convidar algumas pessoas para a exposição (7 a 18 de janeiro no Museu de Arte São Paulo), e elas só queriam saber se a Bruna Lombardi tinha posado nua.

Carmen Cagno

Bruna: aparece nua?

Dercy: seios firmes



Contra a empurroterapia

Outra categoria profissional decidiu organizar-se em cooperativa: os farmacêuticos químicos do Rio Grande do Sul, que já têm como associados 98 dos 450 laboratórios de análises clínicas.

Em abril a nova cooperativa deverá estar já em operação realizando compras de material e reagentes químicos em conjunto para os pequenos laboratórios, que por adquirirem pequenas quantidades são onerados nos preços.

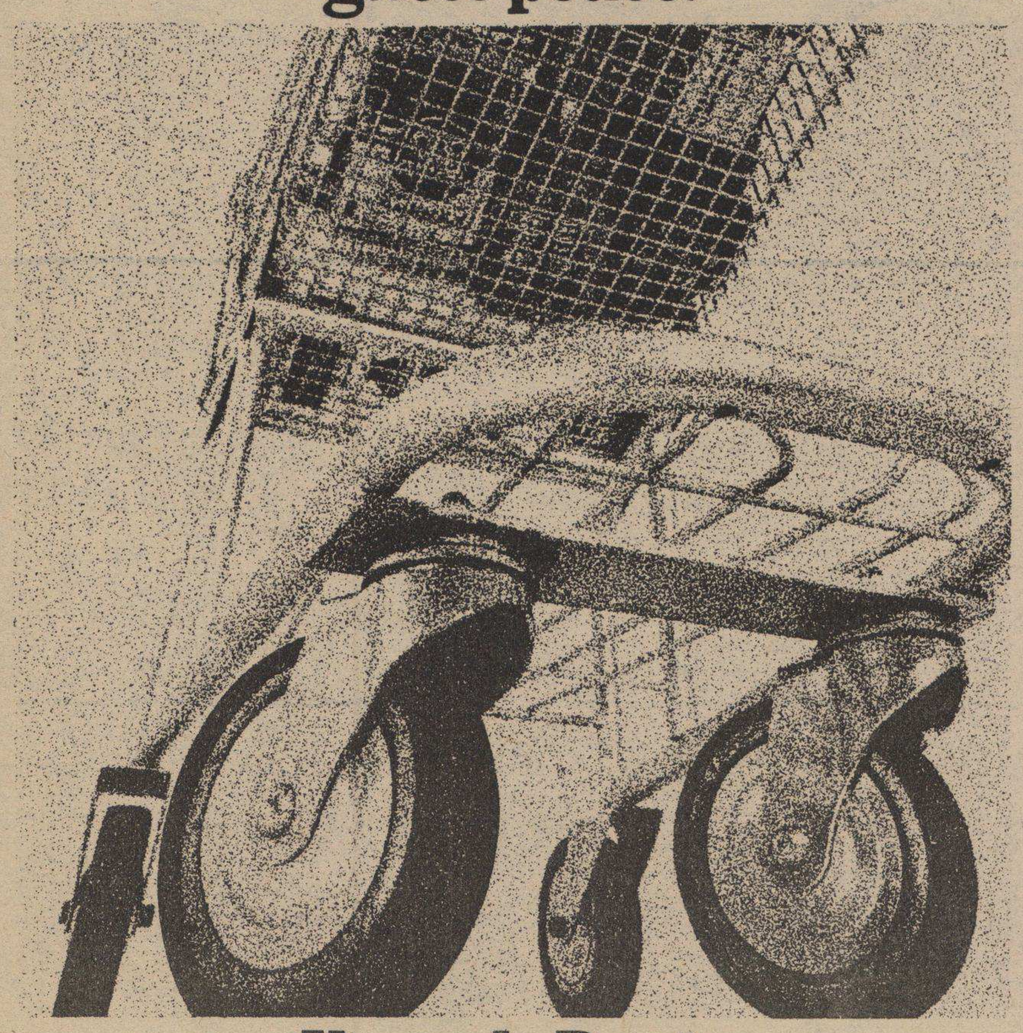
Recebendo com atraso os pagamentos do INPS e um valor considerado baixo pelos exames clínicos que realizam, esses laboratórios se defrontavam com a constante falta de capital de giro, obrigando-se a pagar pesados juros pelas compras a prazo.

Hélio Porto de Souza, presidente da entidade — que ainda não completou dois meses de existência — está otimista e já pensa na criação de um laboratório central onde serão produzidas as matérias-primas para os laboratórios de análise e farmácias.

Um outro objetivo da cooperativa é dar força às pequenas farmácias na concorrência com os grandes grupos, que além do poder de grandes capitais utilizam-se de práticas como a que Souza chama de *empurroterapia:* forçar os balconistas a fornecerem medicamentos diferentes da receita para aumentar as vendas. "Esperamos acabar com isso tudo", diz ele.

Wálmaro Paz

Nestes tempos de crise você precisa de um carro que gaste pouco.



Use o do Real.

Supermercados ao gosto do freguês.

AMPLA

Democracia. [Do gr. *demokratía.*] *S. f.* **1.** Governo do povo; soberania popular; democratismo. **2.** Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição eqüitativa do poder, ou seja, regime de governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos poderes e pelo controle da autoridade, i. e., dos poderes de decisão e de execução; democratismo. [Cf. (nesta acepç.) *ditadura.*] **3.** País cujo regime é democrático. **4.** As classes populares; povo, proletariado.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa
Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, página 432.

cooJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Que em 78, todos possam realizar seus desejos.

AMPLA

Uma casa nos subúrbios de Assunción...

Jack Anderson é um jornalista respeitado. Faz um tipo de jornalismo investigativo, praticamente inexistente no Brasil, e tem vários casos espetaculares a sua conta, destacando-se as revelações do envolvimento da ITT na derrubada de Salvador Allende no Chile.

Sua coluna diária Carrousel de Washington é publicada em centenas de jornais americanos e em vários lugares do mundo. No Brasil alguns jornais importantes o publicam — a Gazeta do Povo de Curitiba e o Correio do Povo de Porto Alegre.

Na coluna publicada dia 22/12 último, no Correião, lia-se: "Fomos informados que meninas entre oito e 14 anos estão sendo submetidas aos caprichos sexuais de altas autoridades civis e militares de Assunción. Nossos informantes dizem que este costume é pelo menos tolerado pelo general Alfredo Stroessner, o ditador que mantém o povo paraguaio sob mão de ferro há 23 anos".

"A princípio isto nos pareceu apenas uma história de propaganda contra Stroessner. Mas uma de nossas fontes foi ao Paraguai e nos trouxe informações substanciais, embora de segunda mão sobre estes crimes. Agora obtivemos o depoimento juramentado de uma testemunha cuja credibilidade não podemos duvidar. Esta pavorosa história infelizmente é verdadeira... Nossas fontes dizem que Stroessner freqüenta uma casa nos subúrbios de Assunción, num bairro chamado Sajonia, onde as crianças são submetidas a abusos sexuais".

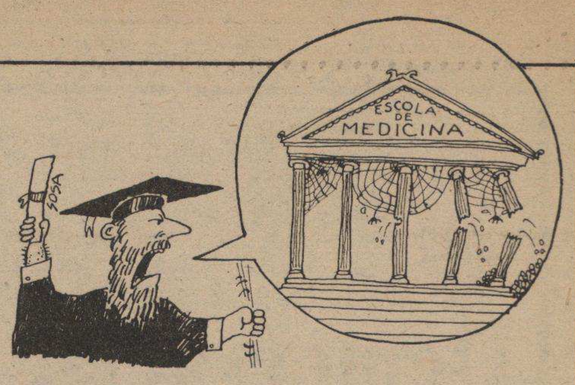
A principal fonte citada por Anderson é uma senhora chamada Ada Rodriguez, ao que ele diz, membro de uma família rica e influente no Paraguai. Ada conheceu a casa essa no bairro Sajonia e se dispôs a denunciar o que vira e acabou presa e torturada. Teve que fugir para os Estados Unidos.

A história de Anderson conta alguns detalhes escabrosos, e não deve ter sido lida em Assunción, onde circulam alguns exemplares do Correio: a redação em Porto Alegre, informa não ter nenhuma notícia de apreensão do jornal no Paraguai. Anderson prometeu voltar ao assunto.

Nem paraninfos, nem homenagens. Apenas críticas

Ao final de uma confusa solenidade, o orador justificou o tom crítico do seu discurso: "Esta é uma rara oportunidade de manifestarmo-nos publicamente sobre nosso curso". Não precisava, pois desde 1974, os formandos do curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que já foi um dos mais conceituados do país, não escolhem paraninfo nem homenageados especiais e aproveitam o momento da formatura para criticar o curso e toda a política de saúde pública do país.

O orador deste ano foi Fernando Thomé que em nome de seus 180 colegas afirmou: "Se tivéssemos decidido render homenagens a alguns mestres, isto significaria abrandar a crítica que queremos deixar patente". E mais adiante: "Do mesmo modo como a sociedade abriu-se às grandes empresas, com um modelo econômico concentrador de renda, a Universidade voltou-se para a formação de profissionais capazes apenas de manipular uma tecnologia alheia aos interesses do povo.... A política nacional de saúde tem um nítido caráter de privatização da assistência médica, delegando a grupos privados o atendimento que deveria ser feito pelo INPS. Seu objetivo é o lucro e as escassas verbas oficiais acabam por servir-lhes de pagamento, reforçando a medicina curativa, não preventiva, inadequada...".



Nem o diretor da Faculdade, Carlos Candal dos Santos, nem o vice, Ivo Kuhl ouviram as críticas: eles já sabiam do discurso e não compareceram à formatura.

Na formatura dos 108 alunos da Faculdade Católica houve homenageados, autoridades e paraninfo. Mas o orador, Mario Spier, manteve o tom: "As moléstias infecto-contagiosas só serão erradicadas quando houver condições suficientes de habitação e saneamento. A subnutrição será banida somente quando existir alimentação suficiente e adequada".

NOVA IMPRENSA

CONSUMIDORES

Dirigido aos associados-consumidores de cooperativas de consumo (circula em 11 delas, do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) chegou ao número três o *Rancho*, "jornal de consumo e cooperativismo".

A proposta do *Rancho* é ser um elo de ligação entre as cooperativas de consumo e seus associados. Este setor do cooperativismo está procurando revitalizar-se, depois de enfrentar um período de dificuldades com o esvaziamento causado pelo surgimento de grandes redes de supermercados no Rio Grande do Sul.

Na área de cooperativismo, o jornal procura divulgar a doutrina e despertar o interesse dos cooperativados na área de consumo; parte para a defesa dos interesses do consumidor, com informações de serviço, de compras e matérias de denúncias dos maus produtos.

O número três, de dezembro, traz reportagens sobre a guerra entre a Coca e a Pepsi gaúchas, os resultados da campanha da pechincha, a precária assistência técnica aos eletrodomésticos, o custo de vida e as compras de fim de ano.

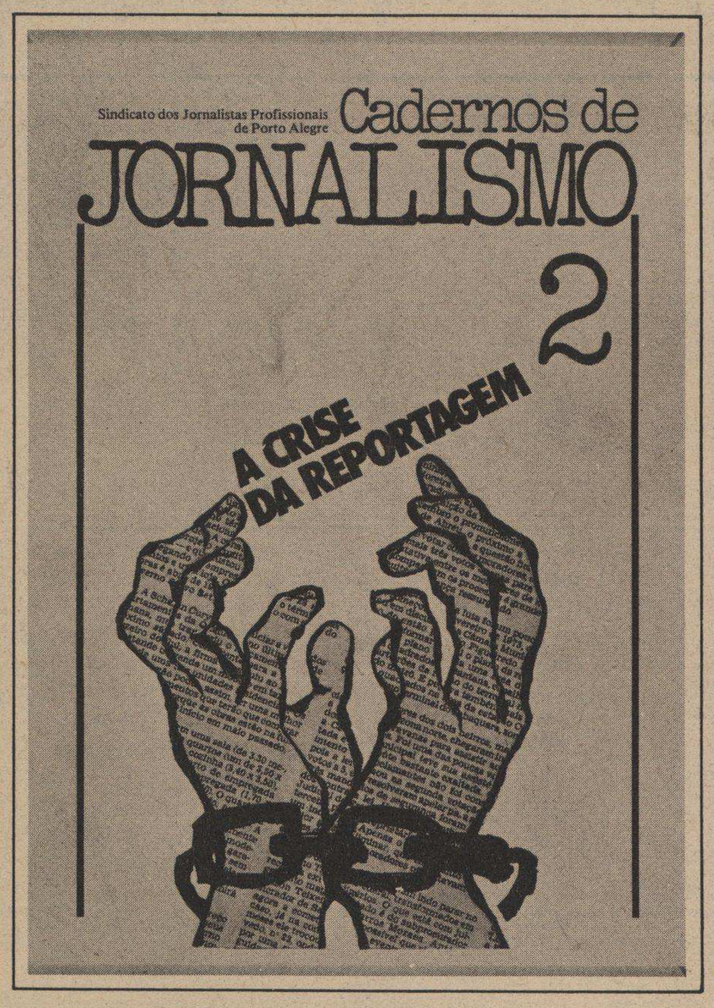
Rancho: *mensário; circulação dirigida; publicação da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre; redação e administração na Rua Comendador Coruja, 372, Porto Alegre, fone 24-0951; editor: Marcelo Lopes.*

PARA O DEBATE

"Expressar a luta cotidiana por liberdades democráticas, ser um veículo de debate entre as diversas forças que hoje se articulam, e subsidiar seu próprio avanço político" é a proposta editorial de *Amanhã*, "um semanário de hoje", o novo jornal que surge nas bancas.

Amanhã é feito por parte do pessoal que lançou em novembro o *Em Tempo*, e que resolveram logo depois partir para este novo projeto. O novo jornal também é standard e tem uma linha voltada mais para o público de São Paulo. Entre seus colaboradores estão Chico de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso, Jean-Claude Bernadet, Lauro César Muniz e Newton Rodrigues. Entre as matérias de destaque do número zero, que circulou com data de 15 de dezembro, estão a luta dos sindicatos contra os pelegos e um debate sobre cultura brasileira, "da censura ao erotismo político".

Amanhã: *semanário; Cr$ 10,00; publicação da Editoria Brasil Mundo Ltda., redação e administração na Rua Caetés, 84, São Paulo, fone 262-5956; editor responsável: José Álvaro Moisés.*



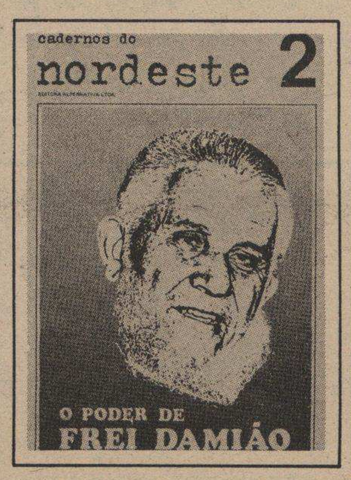
PELO JORNALISMO

"A Crise da Reportagem" é o tema da edição número 2 do *Cadernos de Jornalismo, editado pelo Sindicato dos* **Jornalistas Profissionais de Porto Alegre. Como o primeiro (que tratou de radiojornalismo), este** Cadernos **é de excelente qualidade editorial. "A escolha deste tema", diz o editorial, "quer demonstrar a preocupação e a luta de todos os profissionais pela recuperação das condições mínimas para o exercício da reportagem. Vale dizer, do Jornalismo".**

O Cadernos **começa com uma pesquisa nas redações de Porto Alegre sobre as razões da crise da reportagem ("Aqui** — no Sul — **não sairia jamais nenhum Watergate, nenhuma análise das mordomias. É claro que essas reportagens que cito surgiram dentro de contextos bem específicos, ligadas à defesa de determinados interesses ou seja lá o que for. Mas, aqui, todo mundo se define como rádio de "utilidade pública", jornal idem, mas o que caracteriza é a omissão. Não foi o** Correio do Povo **que não quis publicar a série sobre 64, do Marcos Sá Correa?", disse Luís Carlos Merten).**

A edição ainda traz artigos de Sérgio Caparelli ("Imparcialidade, um mito para esconder mensagens filtradas"), Carlos Alberto Kolecza ("As redações ainda perplexas com o poder dos burocratas"), Marcos Faerman ("Proposta de uma escrita nova") e Antônio Hohlfeldt ("As diferenças entre Jornalismo e Literatura. Existem?"), além de uma relação de 100 títulos sobre Jornalismo.

Cadernos de Jornalismo *nº 2; não-periódico; Cr$ 15,00; publicação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre; Rua dos Andradas, 1270, 13º andar, Porto Alegre (O Sindicato atende pedidos pelo correio).*



FÉ DO SERTÃO

"O Poder de Frei Damião" é o título do segundo número de *Cadernos do Nordeste*, editado em Recife pela Editora Alternativa. É um estudo analítico sobre a personalidade de frei Damião, um padre da Ordem dos Capuchinhos que chegou ao Nordeste, vindo da Itália, para pregar as "Santas Missões" pelo sertão nordestino.

A figura de frei Damião, que não gostava de ser comparado com o padre Cícero ("Ele foi um fanatizador rebelde que chegou a ser suspenso de suas ordens religiosas pelo Papa") é analisada a partir dos locais onde prega e dos conceitos que emite: "O matrimônio só é quebrado por morte da esposa ou do esposo. Quem deixa o casamento para casar com outro no civil, estará no inferno de cabeça para baixo"; "O governo não pode fazer tudo, quando tem uma seca aqui no sertão"; "A dança é um elemento de perdição. Quando um homem e uma mulher se ajuntam para dançar, não pode sair nada de bom disso tudo. Então, sobrevêm os maus pensamentos, os desejos pecaminosos, o pecado".

Cadernos do Nordeste: *nº 2; não-periódico; Cr$ 25,00; publicação da Editora Alternativa Ltda.; redação e administração na Avenida Conde da Boa Vista, 50, sala 330, Recife, Pernambuco; edição de Ivan Maurício, Marcos Cirano e Ricardo de Almeida.*

ETC... E TAL

Chegou ao número dois — com um pouco de atraso — *Etc...*, editado em Maringá, Paraná. Além de uma reportagem sobre a resposição salarial pretendida pelos sindicatos (luta que não encontra nenhuma ressonância em Maringá...) o destaque da edição é uma entrevista com Álvaro Dias, o mais votado do Paraná.

Suas opiniões: "O regime econômico do governo beneficia apenas grandes empresários, especialmente as empresas multinacionais"; "Poderíamos criar, hoje, cinco, dez, vinte, cem partidos. Nenhum deles seria mais eficiente que o MDB"; "O senador biônico não é eleito pelo povo, não é filho de pai legítimo, portanto... O senador biônico é filho de quem então?"; "Não é vergonha para ninguém não saber o que é Constituinte. Ninguém pode saber o que nunca aprendeu".

Etc...: *mensário; Cr$ 5,00; publicação de Saurê Editorial Ltda.; redação e administração na Rua Santos Dumont, 2525, 3º andar, Maringá, Paraná; diretores: Edilson Pereira dos Santos e José Carlos Struett.*

Domingo que vem, alugue uma bicicleta na Redenção.

Um conselho da maior locadora de automóveis do Brasil.

auto locadora gaúcha

escala

Como segurar os prefeitos?

Uma alta fonte do governo confidenciou que, a exemplo da Espanha, o Brasil poderá ser sacudido por dezenas de movimentos autonomistas tão logo a reabertura aumente o poder dos políticos. Os freios criados pela tecnocracia, para impedir prefeitos e governadores de exercerem a livre gestão em seus territórios, somente afrouxariam se repuxados pela força persistente de unânimes pressões regionais.

Com o tempo, após a Reforma Administrativa de 1966, os governos regionais perderam sua autonomia em benefício dos modelos centralizados geridos por técnicos administradores de Fundos. Com isto, a liberação de recursos ficou condicionada à apresentação de projetos complexos que deveriam atender às prioridades racionalizadas pelos economistas dos Fundos, e não mais pelas Câmaras de Vereadores e Assembléias Legislativas.

Portanto, é inerente à volta dos políticos a criação de condições objetivas à sua atuação, somente viabilizável com a perda de uma parcela da decisão hoje totalmente nas mãos da tecnocracia.

Segundo os analistas, esse processo será deflagrado em campanhas autonomistas, estaduais e municipais. Suas conseqüências e alcances são, atualmente, temas em estudos nos altos escalões. O que não se sabe é que caminhos tomar para evitar que as reivindicações regionais não atinjam o espaço cinzento da confrontação entre as regiões e o poder central.

J. A. Severo

Krieger e o começo da anistia

A proposta de Anistia do senador Daniel Krieger poderá ser o primeiro passo para a reabsorção de cassados e inelegíveis pela nova política pós-AI-5. Entretanto, é preciso ficar claro que essa fórmula é um começo tímido e gradual que sequer considera a possibilidade de perdão ao grupo de cassados que o Sistema catalogou como "insurretos". Ou seja: ela vale unicamente para aqueles atingidos pelos sucessivos atos (professores, militares, parlamentares) na forma de perda de mandato sem condenação, aposentadoria, reforma e outras punições que não tenham passado pela Justiça Militar.

Como os demais temas de alta sensibilidade, a Anistia chegou a público na boca de próceres autorizados — do peso de um Krieger — depois de uma demorada gestação nas salas reservadas dos centros nervosos do Sistema: Estado Mor das Forças Armadas, Alto Comando, ESG, SNI, etc.

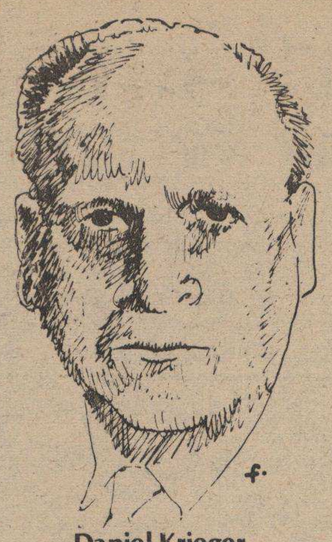
Esse exame de alternativas iniciou-se a partir de julho de 1977, quando ficou decidida a abordagem do tema "Extinção do AI-5", a partir da aceitação de um pacote elaborado pela tecnocracia da área econômica, criando-se a terminologia e os mecanismos das hoje chamadas "salvaguardas".

Nessa oportunidade, os núcleos do sistema já tinham assimilado que, no momento da institucionalização, a Anistia seria um tema inarredável, devendo-se traçar um plano tático para sua aplicação nos níveis possíveis.

O maior obstáculo à Anistia, nos moldes tradicionais consagrados pelo próprio Duque de Caxias, consiste na abordagem doutrinária da nova Segurança Nacional. Ao contrário do século passado, a nova teoria de segurança estendeu para o plano interno o conceito de "inimigo". E com isto o antigo "adversário" cresce desmesuradamente, pois, além de "inimigo" é, também, "traidor". Isto produz uma mistura delituosa, segundo esse conceito, demasiadamente forte, mais próxima do crime de espionagem contra seu próprio país, em tempo de guerra, do que a do "prisioneiro de guerra", segundo os termos da Convenção de Genebra.

A remoção desse equívoco ideológico, portanto, é o mais importante obstáculo formal a uma Anistia. Por isso o problema é bem mais sério do que os alegados medos de certos subsetores do sistema militar, envolvidos na Segurança Interna, durante o atual estágio em que essa doutrina vigora integralmente.

Foi com essa preocupação que um oficial general do Exército, cujo nome é dispensável dizer neste momento, confidenciou ser impraticável a um presidente militar a concessão da anistia ampla. O perdão total, incluindo os que passaram pelos tribunais militares, ou seja, os "inimigos", poderá vir gradualmente em



Daniel Krieger

prazo somente estimável a partir da deflagração do processo de institucionalização com a reintegração, primeiro, dos cassados por motivos leves. Os outros terão de esperar um pouco mais, por menos democrático que isto pareça.

J.A. Severo

Manifesto tropical

A história oficial brasileira é uma tenda de milagres a transformar heróis populares em integrados bem sucedidos; e movimentos de contestação em *patrióticas* manifestações assimiláveis pelas classes dominantes. O final do filme de Nélson Pereira dos Santos, **Tenda dos Milagres,** é, assim, apenas um documento da mistificação que se repete desde os tempos de Domingos Jorge Velho, o chefe dos Doi-Codis da época de Zumbi dos Palmares.

Mas o filme de Nélson — ou a história de Jorge Amado — constrói sua verdade à margem. Exatamente como a verdade é construída na historiografia nacional e na ação política dos setores populares da sociedade brasileira.

É esta margem que polariza o filme desde a seqüência em que o personagem principal, **Pedro Arcanjo,** troca de ator e de conteúdo. Jards Macalé, o Arcanjo quando jovem, é assimilável em suas tropelias sexuais pelas camas negras e brancas. Juarez Paraíso, o verdadeiro Arcanjo, envolve-se em temáticas menos assimiláveis do que o sexo: publicar livros sobre a vida do povo e, o pior, conviver realmente com o povo em sua cultura e em sua ação política. Este Arcanjo merece destino menos feérico: a prisão.

No entanto, a história de Nélson-Amado não opera apenas com a dialética verdade-mistificação histórica. E o Arcanjo preso num *progroom* racista alimentado pelos *intelectuais tradicionais* das classes dominantes é apenas o final para a versão — o filme dentro do filme — com que o poeta Fausto Pena (Hugo Carvana), pessimista e cauteloso, encerra seu "documentário" da vida deste herói popular.

Mas se o tímido meta-filme de Fausto Pena termina aí, o filme de Nélson avança para mostrar a morte de Arcanjo, alguns anos depois, numa manifestação a favor da entrada do Brasil na guerra contra, justamente, a aceleração delirante do racismo mundial que foi o nazismo.

Nélson, neste sentido, ata o começo no fim. E a verdadeira história de Pedro Arcanjo começa com a narrativa apoteótica de seu enterro popular e umbandista, como o fora em vida.

O certo é que o filme de Nélson, é o elogio do intelectual popular. E não só isso, mas a correta descrição do que é o *intelectual orgânico* das classes subalternas — não o leitor sigiloso de Marx e servidor público do Estado e sim o apaixonado escritor da realidade quotidiana daqueles com quem vive e luta. Por isso, Arcanjo — no dizer do cientista americano — pôde ser o maior antropólogo brasileiro: não era um observador participante, mas um participante observador.

UM BLOCO HISTÓRICO

A forma mais radical de racismo é a obstinação antimiscigenação. E o mais lamentável é que esta forma — a partir do *black power* americano, não por acaso um movimento que acabou dominado pela extrema direita negra — foi assimilado não se sabe por que dengues por setores da esquerda do Terceiro Mundo. Numa espécie de *apartheid colored.*

Pedro Arcanjo de Nélson é o intelectual orgânico do bloco histórico que se opõe a isto. E o grande debate político que enfrenta com intelectuais tradicionais, *donc* reacionários e racistas como Nilo Argolo (Nildo Parente), é justamente este: misturar ou não misturar; isto é, construir o povo ou dividi-lo.

Sem dúvida que a classe dominante branca num país mestiço assume a mistura para desvirtuar a cultura original negra e torna o negro esbranquiçado, como Tadeu, filho natural de Arcanjo, ou Pelé, ídolo possível das campanhas publicitárias e das demagogias na ordem do dia. No entanto, em Tenda dos Milagres, isto só foi possível com o personagem Arcanjo, através de sua mistificação, pois ele representa o oposto correto a esta política de assimilação. Busca a mistura de onde nasce a verdadeira cultura popular e nacional. Se o embranquecimento ocorre na população brasileira é porque acostumamos a olhar o padrão a partir do negro. No entanto, desde a Colônia, o que houve realmente é o enegrecimento, pois o padrão branco buscado por racistas tipo Oliveira Viana é justamente o padrão ariano — existente na península Ibérica tão só nos tempos visigóticos.

Assim, Pedro Arcanjo — "intelectual orgânico do povo" — soube colocar os problemas com mais rigor científico do que alguns críticos, pseudo à esquerda, do filme de Nélson. Em sua militância, Arcanjo convivia com negros, espanhóis, italianos, baianos e brancos numa miscigenação mais do que racial, política. *Pois os limites do bloco histórico popular são os limites políticos definidos pelo conteúdo de classe de seus participantes: trabalhadores que não controlam os meios de produção e que aspiram controlá-los para transformar a economia em um projeto social autogerido.*

De resto, o filme de Nélson, quase por acaso e *in* memória, documenta o mais perfeito e lindo resultado da miscigenação no rosto, no corpo e na voz de Anecy Rocha, tranqüilamente brasileira.

De tudo de enfaticamente popular que tem este *Cidadão Kane* baiano, Tenda dos Milagres nos guardou para o carinho e a emoção estes últimos fotogramas de Anecy como uma dra. Edelweiss Calazans, patética e sertaneja no meio da ridicularia pequeno-burguesa das celebrações arcanjais pela burguesia urbanizada. Tão patética e tão sertaneja quanto Anecy, que não nos deixou só a saudade de seu belo rosto, qual Verônica de nossa paixão tropical. E isto vale mais do que um manifesto.

Jefferson Barros

EM PORTO ALEGRE ASSINE O COOJORNAL POR TELEFONE

Se você quiser assinar o Coojornal em Porto Alegre, basta discar 21.89.84 ou 24.09.51 que o nosso Departamento de Assinaturas irá procurá-lo em sua casa ou local de trabalho.

Os gaúchos levaram um susto

Quando Delfim Neto entrou nos gabinetes do Planalto na última semana do ano, os gaúchos tremeram na base. Dizia-se que ele sairia de lá ministro da Agricultura do futuro governo. Engano. Um almoço com o general João Baptista Figueiredo, uma entrevista com o presidente Ernesto Geisel e uma chamada às falas ao ex-governador paulista Laudo Natel e voltou ao seu leito a candidatura de Delfim ao governo de São Paulo. Para tranqüilidade dos gaúchos e azar de Natel.

Embora o *nihil obstat* do presidente Geisel tenha sido a mais importante vitória para Delfim Neto — em 1974 seu nome foi vetado justamente pelo presidente da República —, os reajustes em sua máquina não se produziram em clima exatamente ameno. Em São Paulo acredita-se que sua candidatura vingou de forma diferente das articulações iniciais: Delfim ganhou a vaga na posição de *tertius*, pois era o segundo nome das duas cabeças de chapa — Olavo Setúbal, apoiado pelo governador Paulo Egydio Martins, e Laudo Natel, cacique arenista.

Na verdade, Natel preparava-se para passar a perna em Delfim. Quando o ex-ministro foi para Paris, como embaixador, Natel ficou em São Paulo trabalhando sua candidatura nas bases do interior. Com o tempo, o ex-governador notou que seu próprio nome obtinha repercussão e, então, deixou de lado o nome de Delfim Neto.

Em paralelo a esse desdobramento, Natel foi peça importante na solidificação do nome do general João Baptista Figueiredo, em São Paulo. Com isto, o ministro-chefe do SNI ficou como que nas obrigadas com Laudo Natel. Delfim salvou-se em decorrência do impasse criado pelo governador Paulo Egydio, que passou a apoiar o nome do prefeito da capital, Olavo Setúbal.

Assentada essa parte, Delfim voltou ao Brasil como *tertius* para pacificar a Arena paulista da difícil situação eleitoral que enfrentará na eleição parlamentar, quando precisará enfrentar um MDB unido e com um candidato do porte de Franco Montoro.

Nos meios empresariais, onde o nome de Delfim Neto tem sua base mais sólida, desde já comemora-se a vitória do candidato e se preparam os trabalhos para a próxima eleição. A presidencial. Tem-se como favas contadas que Delfim será o primeiro presidente civil após 1964. Indireto, é claro.

J. A. Severo

Delfim Neto e democracia

Eu — e é pela primeira vez em minha vida que, escrevendo, utilizo egoísmo tão grande logo na primeira palavra — me havia determinado uma postura temporária: não escrever nada que não fosse para um livro que preparo a respeito de uma aventura política que realizei, em 1972, com a ajuda dos presidentes Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart.

Mas, a estada do ex-Ministro Antônio Delfim Neto no Brasil, no momento em que quase todos, inclusive ele, falam em volta à democracia, obriga-me a escrever algumas linhas, pois parece que aqueles aos quais cabia a responsabilidade de fazê-lo, estão paralisados pela simpatia delfiniana, tão fartamente utilizada no governo passado para conservar longe dos negativistas o célebre modelo brasileiro de desenvolvimento econômico e social, e nunca político.

É evidente que inclusive o embaixador Antônio Delfim Neto, inimigo da democracia, que cresceu à custa do sacrifício da democracia tem o direito de falar de liberdade, pois o estado democrático se nutre dessa saudável contradição e se não fosse assim correríamos o perigo de ingressar na zona nebulosa das impossibilidades totais. Nação democrática, para sê-lo realmente, não pode excluir ninguém, nem mesmo o embaixador Antônio Delfim Neto, que no exercício do poder usou toda a força do arbítrio — a censura, por exemplo — para esmagar a liberdade e o estômago da multidão.

Não foi por acaso que, naquela história da inflação a 12%, o então Ministro sentou toda a obesidade de sua inteligência gorda sobre os índices de preços e quando se levantou, quase no governo atual, liberou uma carga inflacionária cujas responsabilidades e habilidades nem sempre explicáveis repassaram aos árabes, que assumiram a culpa de tudo, inclusive do mau estado do feijão preto produzido em Java.

Também não foi por acaso que, mantendo os 12% ou algo pouco além disso, ao reprimir a inflação através de meios artificiosos, Antônio Delfim Neto teve de comprimir igualmente os salários do operariado nacional, que agora reclama, com toda a razão. Uma reposição contra a qual o ministro Mário Henrique Simonsen empenha toda a sua sólida incompetência, pois deseja corrigir a incompetência do antecessor à custa do povo brasileiro que, segundo o ex-presidente Garrastazu Médici, já não ia bem há anos, desde que entregue ao arbítrio de Delfim Neto.

Aliás, a incompetência de que falei no

parágrafo anterior parece ser a marca dos Governos da Revolução no setor de Finanças, tirante o embaixador Roberto de Oliveira Campos contra quem cometeria uma injustiça se não lhe reconhecesse neste instante a condição de um poderoso intelectual, embora aproveite mal os seus conhecimentos. Isso tudo me faz lembrar uma conversa que tive, em 1974, com o general Gutierrez Mellado, atual ministro da Defesa Espanhola, quando tanto a Espanha, ainda sob Franco, quanto o Brasil, já sob Geisel, se preparavam para a escalada democrática. Pedi-lhe, como jornalista, que fizesse uma comparação entre os dois processos. Sabendo evidentemente que o processo histórico não é um trenzinho de passageiros que viaja entre duas estações, o general Gutierrez Mellado, depois de algumas considerações produzirá por inteligência viva, concluiu o seu pensamento com esta maravilha:

— Meu amigo, é preciso que o senhor saiba que os militares espanhóis conhecem a complexidade de Goya. E os economistas brasileiros não conhecem nem economia...

O resultado é que a tecnoburocracia brasileira, da qual o embaixador Delfim Neto é inegavelmente um expoente, deixou de preparar o Brasil para a democracia. Os burocratas, que comandam mesas, apenas perderam o controle da situação e a liberdade começou a brotar, como fruto do processo histórico que não é um trem elétrico, em todos os cantos do território nacional. Foi tão somente isso o que aconteceu. O embaixador Delfim Neto, tanto quanto outros que lhe seguiram os passos, apenas exerceu o poder pela delícia do poder e jamais lembrou-se de preparar o país para um estado de espírito que ele desconhece: a democracia.

Esta bem que ele exista e continue a existir, até para servir como exemplo de insuficiência,. Mas não pode mais ditar coisa alguma, nem mesmo a moda da obesidade, num país que se prepara para ser uma democracia de 110 milhões de pessoas que não podem ser consideradas imbecis. A verdade é que Delfim Neto governou para os saraus elegantes da minoria, praticando violências contra a maioria.

Mas, se ele deseja ser governador de São Paulo, saiba que o Delfim é outro. E não ponha a culpa no presidente Médici, repetindo agora o que disse certa vez, com um ar de tolerância:

— Imagine, ele queria que eu baixasse o índice da inflação de 12% para 10%...

É por isso que não se pode dizer que um tipo psicológico como o embaixador Delfim Neto se submeta a um convívio com a democracia. Ele há de desesperar-se e rasgar as vestes no momento em que não puder, concretamente, tapar a boca de possíveis críticos.

Mas agora é tarde, tarde demais para um romance impossível. Ninguém pode fazer em política como se faz na superfície de Moebius: passar por baixo do próprio risco, isto é, passar de fascista a democrata num mesmo traço.

Aluizio Flores

N.R. **Aluizio Flores,** *gaúcho de Santa Maria. Trabalhou no Correio do Povo e Folha da Tarde, Diário Carioca, O Seminário, A Noite, Manchete e Jornal do Brasil. Neste último, além de Chefe de Copy-Desk e Chefe de Reportagem, fez o informe JB e a Coluna do Castello. Como repórter, a serviço do JB, realizou coberturas na América e na Europa. É atualmente redator de política de O Globo.*

Ninguém disse a verdade!

Alberto Gainza Paz, diretor-proprietário do jornal La Prensa, de Buenos Aires, morreu de câncer.

A grande imprensa mundial o cobriu de glória. Paladino da liberdade de imprensa. Lutador contra as ditaduras. Orgulho do jornalismo argentino. E não é correto.

Esta é a História que escrevem os que têm em seu poder os principais meios de comunicação do Mundo, nobre *maffia* que usa tinta e papel em vez de bombas e metralhadoras.

A verdadeira História de La Prensa, de Alberto Gainza Paz, de seu tio Ezequiel e de seu fundador José C. Paz (*El Manaco*) só tem a ver com as lutas contra o povo argentino.

José C. Paz, foi um líder militar da oligarquia portenha que passou a perna nos caudilhos nacionais e entregou a alfândega de Buenos Aires aos interesses britânicos. Ezequiel Paz, seu sucessor, tinha a esquisitisse de viajar a Paris levando sua própria vaca para ter seu próprio leite, puro e não contaminado.

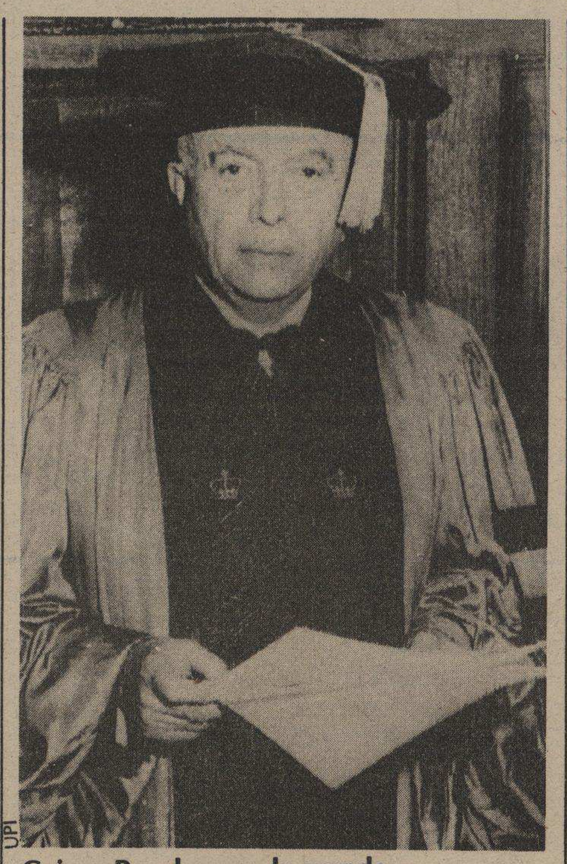
Ezequiel tem o recorde do que pode ser uma subconsciência antipopular. La Prensa publicou em 1935 uma notícia sobre um acidente de trens, na Alemanha, com mais de 100 mortos. No último parágrafo a matéria esclarecia: "Afortunadamente todos los muertos viajaban en segunda clase".

Daí nasceu seu rótulo de "lutador contra a ditadura". A Argentina teve dezenas de ditaduras, mas La Prensa lutou contra somente uma delas. A de Juan Perón, que foi uma ditadura muito particular, tanto que teve os votos de 70% dos argentinos.

Esteve contra Perón. Contra Eva Perón. Contra os "descamisados". Horrorizou-se quando o povo lavou os pés nas fontes da Plaza de Mayo, a 17 de outubro de 1945, após uma jornada tensa e cansativa, em que Perón foi libertado da prisão e colocado no poder.

Esta "lavada de piés" da "chusma desatada", como escreveu La Prensa, não foi perdoada. E Perón foi o "ditador sangrento". E Evita "a segunda esposa do ditador sangrento e fugitivo". La Prensa foi e é a anti-história argentina.

Não obstante, Alberto Gainza Paz recebeu as honras do mundo. A explicação é simples: La Prensa chegou a ser o principal cliente e acionista da agência norte-americana de notícias *United Press*. Assim o mundo inteiro ficou a par "das injustiças que se cometiam contra La Prensa e os Gainza Paz".



UPI

Gainza Paz: honras do mundo

E também ninguém no mundo ficou sabendo das injustiças que La Prensa cometia contra os interesses do povo argentino. La Prensa, a United Press e a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) foram o tripé usado para que o mundo soubesse da vida, paixão e morte de um "grande mártir da liberdade".

As greves dos trabalhadores da imprensa (gráficos e jornalistas) sempre foram apresentadas como fatos políticos. Ninguém preocupou-se em dizer que os salários de La Prensa sempre foram os mais baixos do jornalismo argentino, ao longo de toda a História.

Ninguém disse que ele contratava "bigorrilhos" para furar as greves. Que substituiu jornalistas profissionais por "filhinhos de papai" da alta sociedade argentina, porque trabalhavam de graça, pois a carteirinha de repórter dava *status* político.

Ninguém disse a verdade sobre La Prensa.

Quiçá agora que Alberto Gainza Paz está sendo glorificado pela *maffia* das comunicações mundiais, abram-se as portas para que se comece a dizer a verdade sobre La Prensa.

Este é um modesto trabalho para destruir um mito. E tão mito que La Prensa, colocada em defesa do atual governo argentino que "não é uma ditadura", mas o "sustentáculo que preserva o caos social", vende 30 mil exemplares.

Justo Piernes

Nota: **Justo Piernes** — *Secretário Geral da Federación Argentina de Periodistas, até 24 de março de 1976 — neste dia a Federação foi fechada pelo governo de Buenos Aires.*

Basta ser um rapaz latino?

Ser um *rapaz latino-americano* virou moda. Assoviando uma canção ou pegando a mochila para uma travessia dos Andes, muita gente pensa que está fazendo o máximo em termos de uma volta às raízes e de uma compreensão do passado para melhor entender o presente. Poucos, no entanto, se preocupam em rever com olho crítico a história dessa região.

Pelo menos para começar, *A Herança Colonial da América Latina* — de Stanley J. Stein e Barbara H. Stein, abre um leque de opções para quem não deseja ser apenas um rapaz latino-americano a mais. O livro procura estabelecer a história comparada dos diversos países da região em relação aos centros dominantes da Europa — e mais tarde dos Estados Unidos — marcando suas diferenças e semelhanças, em vista do processo de colonização.

Talvez um dos melhores capítulos seja o terceiro, em que os autores analisam a economia colonial e o choque da civilização pré-colombiana com a dos conquistadores. Neste caso, aplicar o termo *civilização* aos conquistadores significa uma inversão dos valores humanos e torna ridícula toda e qualquer idéia de evolução:

"Foram, em verdade, o excedente agrícola e a mão-de-obra indígena que asseguraram o sucesso da empresa mineira espanhola. O sucesso da empresa literalmente dizimou a população indígena e destruiu as estruturas agrárias anteriores à conquista. A estância, unidade produtora voltada para a pecuária, surgiu das ruínas dessas culturas dizimadas pelos espanhóis" (p. 33).

Alguns aspectos dessa destruição: antes da chegada da civilização européia, cristã e ocidental, havia no México cerca de 25 milhões de nativos; na região andina, de 3,5 a 6 milhões de indígenas. E não faltavam alimentos. Ou melhor, sobravam. A civilização cristã e ocidental reduziu os 25 milhões de nativos mexicanos a pouco mais de um milhão já em 1.600 e a 1,5 milhões os da região andina.

As comunidades indígenas do vale do México e dos Andes, com sua engenharia hidráulica para a construção de diques, com sua agricultura intensiva e seus canais de irrigação foram destruídas para dar lugar à agricultura extensiva do branco, fundada nas grandes propriedades.

Atualmente a atividade agrícola (com o sistema de coivara na preparação do solo) necessita de 1.200 hectares anuais para fornecer adequada quantidade de alimentos a 100 famílias; a *chinampa*, agricultura intensiva do vale do México, alimentava esse mesmo número de pessoas cultivando apenas de 30 a 70 hectares.

COLONIALISMO

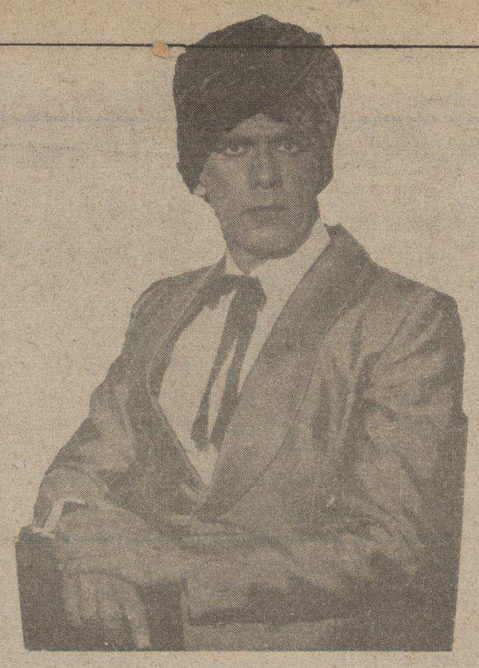
Como isso foi possível? A resposta é simples: através da civilização dos indígenas. Stanley e Barbara analisam no terceiro capítulo a sociedade e o estado do período colonial, de um lado os colonizadores e suas ligações com caciques ameríndios e, do outro, a população. Aos poucos, no meio dos dois, começam surgir os grupos *criollos*, isto é, os descendentes de espanhóis nascidos na colônia e que se reúnem nos *cabildos* (conselhos municipais), ao lado do aparelho estatal formado pelas *audiências* (tribunais de justiça) com seus *oidores* ou juízes e seus *fiscales*.

Os grupos *criollos* se tornam mais fortes e vão iniciar lutas por seus direitos contra os poderes discricionários, resultando nos movimentos pela independência. Ao mesmo tempo, Barbara e Stanley fazem uma análise comparativa do desenvolvimento dos Estados Unidos e da América Latina e a passagem gradativa da dependência colonial ao neocolonialismo, mantendo-se o *status quo* através de artifícios menos sangrentos e mais cheios de subterfúgios.

"Na década de 1830, entretanto, empresas francesas, norte-americanas e suíças penetram no cenário econômico americano. Esses comerciantes estrangeiros representavam os padrões considerados superiores e mais cultos pelas elites *criollas;* traziam a essa elite, há tanto isolada, o efeito de demonstração constituídos pelos padrões de vida, vestimenta, mobiliário e cozinha" (p. 117).

Fixando-se mais nos exemplos do México, da Argentina e do Brasil, os dois autores vão alinhavando o comparativo da América Latina internamente e seus laços de dependência com os novos senhores: a Espanha substituída pela Inglaterra, substituída pelos Estados Unidos. *A Herança Colonial da América Latina,* editado pela Paz e Terra, encontra-se em todas as livrarias ao preço de Cr$ 60,00. Stanley Stein e Barbara Stein são da Universidade de Princeton, dos Estados Unidos. Dá uma idéia de como mais uma dupla de *brasilianists* enxergam o período colonial da América.

Sérgio Caparelli



Cuoco: personagem inspirado...

...em Lopez Rega

Novela para El Brujo

Quase oito milhões de brasileiros assistem diariamente à inescrupulosa escalada social e econômica de Herculano Quintanilla, nos enredos da Telenovela O Astro, produzida pela TV Globo. Mas poucos sabem que o ambicioso e cruel personagem interpretado por Francisco Cuoco foi inspirado na vida do audaz e misterioso José Lopez Rega, ex-ministro argentino do Bem Estar Social, que figura entre os mais odiados atores do sangrento cenário político daquele país.

A própria autora da telenovela, Janete Clair, revelou que o personagem central de O Astro emanou da personalidade magnética de El Brujo — para ela, uma figura "incrível, maquiavélica, dominante, mística e cruel" — e em sua vida pública "surpreendente". Inicialmente a escritora tentou levar à televisão a própria vida do suposto criador da Aliança Argentina Anticomunista (AAA). Mas os diretores da Rede Globo consideram o assunto muito polêmico. Por isso, restaram apenas os traços da personalidade de Lopez Rega para O Astro — título que se refere ao Sol, elemento central da Astrologia, ciência manipulada pelo homem de confiança de Juan Perón.

O Astro terá 150 capítulos. Até meados de maio os telespectadores do Brasil serão surpreendidos diariamente pela vertiginosa ascensão de Herculano, que de cartomante numa churrascaria chegará à alta direção de um forte grupo empresarial. Uma posição, entretanto, relativamente modesta, em relação à proposta inicial da autora, pois Lopez Rega, além de astrólogo e empresário de espetáculos de cabaré, foi cabo da polícia de Buenos Aires e chegou a dominar a Argentina, como principal ministro do gabinete de Maria Estela Perón.

Na telenovela, Herculano Quintanilla tem um filho, quando El Brujo tem uma filha, chamada Norma, casada com o fugaz ex-presidente Raul Lastiri. Janete Clair continua investigando a vida de Lopez Rega — cuja personalidade compara à de Rasputin — para enriquecer seu Herculano. No entanto, o ex-ministro argentino tem mais de 50 anos — Herculano tem pouco mais de 40. A autora explica que o detalhe foi para torná-lo mais conquistador.

Relutante, Janete Clair antecipou o fim de Herculano: "Ele acaba mal... Muito mal". O fim de Lopez Rega, que ainda tem sua documentação em vigor como residente estrangeiro em Porto Alegre, poderá ser similar ao de Herculano: ser encontrado tanto pelos agentes da Interpol como pelos integrantes do grupo Montoneros.

Guillermo Piernes

Nossa cultura em dólares

As importações de *objetos de arte* de consumo de massa apresentam aspectos bastantes curiosos, filmes e discos especialmente. Só com filmes cinematográficos (excluindo-se aqueles de caráter educativo, que entram sem cobertura cambial), o total superou meio milhão de dólares, no primeiro semestre de 1977. E é interessante notar que mais de quatro quintos (82%) vêm dos Estados Unidos, o que deixa claro a dominação norte-americana sobre o mercado.

Mais curioso ainda é o montante inexpressivo das importações de *video-tapes*, segundo seu valor. A Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) não possui dados sobre as unidades importadas, computando apenas o peso em quilos, o que não dá para ter idéia sequer da metragem ou do tempo de exibição. De qualquer maneira, a totalidade dos *video-tapes* importados oficialmente, provém dos Estados Unidos. Como é enorme a quantidade de *enlatados* exibidos pelas tevês brasileiras, não é difícil imaginar que existe, ao lado da oficial, algum esquema de importação "por fora".

Em relação aos discos e fitas gravadas, o montante em valor não deve ser considerado pequeno, pois é claro que, muito mais do que em relação aos filmes cinematográficos, importa-se apenas a matriz, da qual são feitas centenas, milhares ou até mesmo centenas de milhares de cópias, ao passo que o número de cópias de filmes cinematográficos não passa da casa das dezenas.

Segundo a Cacex, é muito difícil que exista a importação irregular de qualquer desses itens. Como ela não dispõe de dados unitários, é difícil fazer uma comparação, mesmo a olho nu, sobre o que é importado anualmente e o que é exibido (filmes e *video-tapes*), ou vendido (discos e fitas). No caso dos *video-tapes,* entretanto, parece certo que existe enorme subestimação. A única explicação possível seria a de que o preço cobrado pelas empresas vendedoras às compradoras, no Brasil, esteja de fato subestimado. Isso, porém, não costuma ocorrer. Na verdade, a regra geral é a exportadora estrangeira vender a sua associada nacional a preços superestimados e comprar dela a preços subestimados, o que é uma forma de transferência irregular de lucros.

Fausto Cupertino

Importação brasileira — janeiro-junho de 1977

	US$	Cr$
Filmes cinematográficos (exceto educativos)	516.837	6.571.402
Só EUA	422.432	5.374.019
Video tapes (EUA)	4.232	53.705
Discos	114.244	1.477.129
Fitas gravadas	171.355	2.200.522

FONTE: Cacex

OBS: estão incluídas apenas os filmes, tapes, discos e fitas já gravados, excluindo-se, portanto, as importações de filmes, tapes, discos e fitas virgens, de valor muito maior.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS

Muitas vezes, na urgência de fazer uma boa matéria que necessite detalhes da vida no sul não há para quem apelar. E quando é preciso uma matéria especial? Bom, aí a coisa fica mais difícil ainda. Com pressas ou sem, não se acanhe: a Agência de Notícias Coojornal está aqui para isso mesmo, à disposição de jornais, revistas e publicações diversas, especializadas ou não. Ela foi criada dentro da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre como uma ampliação da sua área de serviços, para fornecer notícias, reportagens, entrevistas, material fotográfico, cartuns e ilustrações. Além de coberturas completas dentro e fora do Rio Grande. Ligue para nossos telefones (24-0951 e 21-8984) ou para nosso telex (051-1605), para uma consulta. Ou escreva para Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre, RS. E para nos conhecer melhor.

coojornal

A morte de um liberal

Com Prudente de Moraes, neto, morreu uma das últimas e mais ilustres figuras do liberalismo entre nós. Liberais da conseqüência do falecido Milton Campos, que deixou o Ministério da Justiça, em 1965, para não assinar o AI-2. Ou como o felizmente ainda vivo Sobral Pinto, quase sempre remando contra a corrente "direitista" quando o País marcha para a esquerda, "esquerdista" quando ele marcha para a direita.

Tanto em relação a Milton como a Sobral, entretanto, Prudente tinha vantagem de ser mestre em vários místeres, virtuose em vários instrumentos. E, mesmo como figura humana, se sobressaía aos outros porque sabia unir com perfeição a discussão séria sobre política, história ou arte com o papo descontraído sobre futebol ou música popular, sem contar o imenso anedotário a que recorria sempre quando estava com amigos.

É esse enfronhado liberalismo que explica todas as aparentes contradições da biografia de Prudente, desde o anarquismo da juventude, à luta nobre e corajosa em defesa da liberdade de imprensa e da integridade física da pessoa humana, em particular do jornalista, que encheu os dois últimos anos de sua vida, na presidência da Associação Brasileira de Imprensa.

Uma série de aparentes contradições que passa por uma súbita e profunda crise de misticismo, no fim da juventude, ao entusiasmo pelo tenentismo e a Aliança Liberal, daí à oposição sistemática a Vargas, inclusive depois de sua eleição em 1950, quando inventa a teoria da maioria absoluta dentro desse espírito, participa da conspiração lacerdista em 1954, mas não aceita ser ministro de Café Filho (embora tenha aceito a direção da Sumoc a pedido do Ministro da Fazenda, José Maria Wnitaker, amigo de seu pai).

A curta duração do governo Café Filho — Carlos Luz, em 54/55, como a do governo Jânio, em 61 — não lhe deu tempo para interromper a linha udenista. Conspira, novamente, contra Jango, de 61 a 64, e se revela um dos mais radicais entre os que derrubaram, defendendo o fechamento do Congresso e o julgamento sumário para os derrotados. Discorda, entretanto, e cada vez mais, da mistura esdrúxula entre a lei e a "anti-lei", primeiro com o AI-2 e, mais ainda, com o AI-5.

De início discretamente, em seguida por meio de artigos assinados sob o pseudônimo de Pedro Dantas em O Estado de S. Paulo e, finalmente, na presidência da ABI, Prudente tornou-se um dos maiores cruzados na redemocratização do País, dos direitos humanos, da liberdade de pensamento e expressão.

Em suas últimas entrevistas, Prudente se encarregou de explicar, ele mesmo, a unidade que existia na aparente contradição de atitudes. Não precisava se arrepender do que fizera antes, porque julgava que mudaram muito mais as circunstâncias do que ele. Seus ideais — do anarquismo ao humanismo cristão, do golpismo udenista ao democratismo antiditatorial — poderiam, segundo ele, ser enquadrados na famosa divisa da Revolução Francesa e do antigo republicanismo: liberdade, igualdade, fraternidade, direito e deveres iguais para todos.

Poucos foram os homens públicos de nosso País que receberam tanta atenção da imprensa, em sua morte. Era o reconhecimento praticamente unânime do papel que ele desempenhou em defesa dos direitos de todos nós.

Fausto Cupertino

Baixos salários

O Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre não conseguiu preencher as vagas dos 60 enfermeiros que se demitiram no último ano devido aos maus salários. O presidente do Centro de Estudos do HPS, Danilo Groff diz que é "um caso de calamidade pública", pois a falta de pessoal obriga a que em fim-de-semana apenas um auxiliar de enfermagem (salário de Cr$ 1.763,00) fique no atendimento dos três blocos cirúrgicos do hospital.

"Olha", diz Groff, "tem gente passando fome. Tem funcionário trabalhando estafado, 72 horas contínuas". Mas não é tudo: "Há blocos cirúrgicos sem ar refrigerado, salas de recuperação contaminadas e obras de ampliação paralisadas. Enquanto isso a prefeitura gasta grandes somas na construção do parque Marinha do Brasil e outras obras."

Os problemas, no entanto, não são privilégios do Pronto Socorro, principal hospital de emergência da capital gaúcha. A *Associação dos Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos e Químicos da Prefeitura de Porto Alegre* também tem uma relação de queixas, todas com origem na baixa remuneração: "Estamos perdendo os melhores funcionários e em todos os níveis. Um pedreiro da Prefeitura ganha metade do que estão pagando aí fora. De repente poderemos não ter mais gente habilitada para trabalhar no departamento de Aguas e Esgotos e a cidade fica sem água", diz o presidente da Associação, Darvin Ribas.

O ponto de partida das críticas foi o reajuste concedido pela prefeitura a seus 11 mil funcionários: 35%, que só começam a ser pagos em março. Eles esperavam pelo menos 40% e a partir de janeiro.

O prefeito Guilherme Socias Villela, porém, tem uma explicação que faria corar o ministro Mário Simonsen : "Um aumento" diz ele, "é dado a fim de antecipar-se às variações decorrentes da inflação e não para corrigir a deteriorização da moeda no passado".

Rejane Baeta

SÓPROPAGANDA

SEU MELHOR AMIGO

Nestas férias, leve o seu melhor amigo com você. O companheiro de todas as horas, que fala de todos os assuntos, em qualquer língua e em todas as linguagens. O amigo em quem você pode confiar, que conhece tudo e que distrai e diverte, faz você sorrir e se emocionar. Nestas férias, passe numa das três lojas CEPAL e compre livros. Afinal, o livro é o melhor amigo do homem.

Cepal

COOPERATIVA DOS ESTUDANTES DE PORTO ALEGRE

A companheira de sempre!

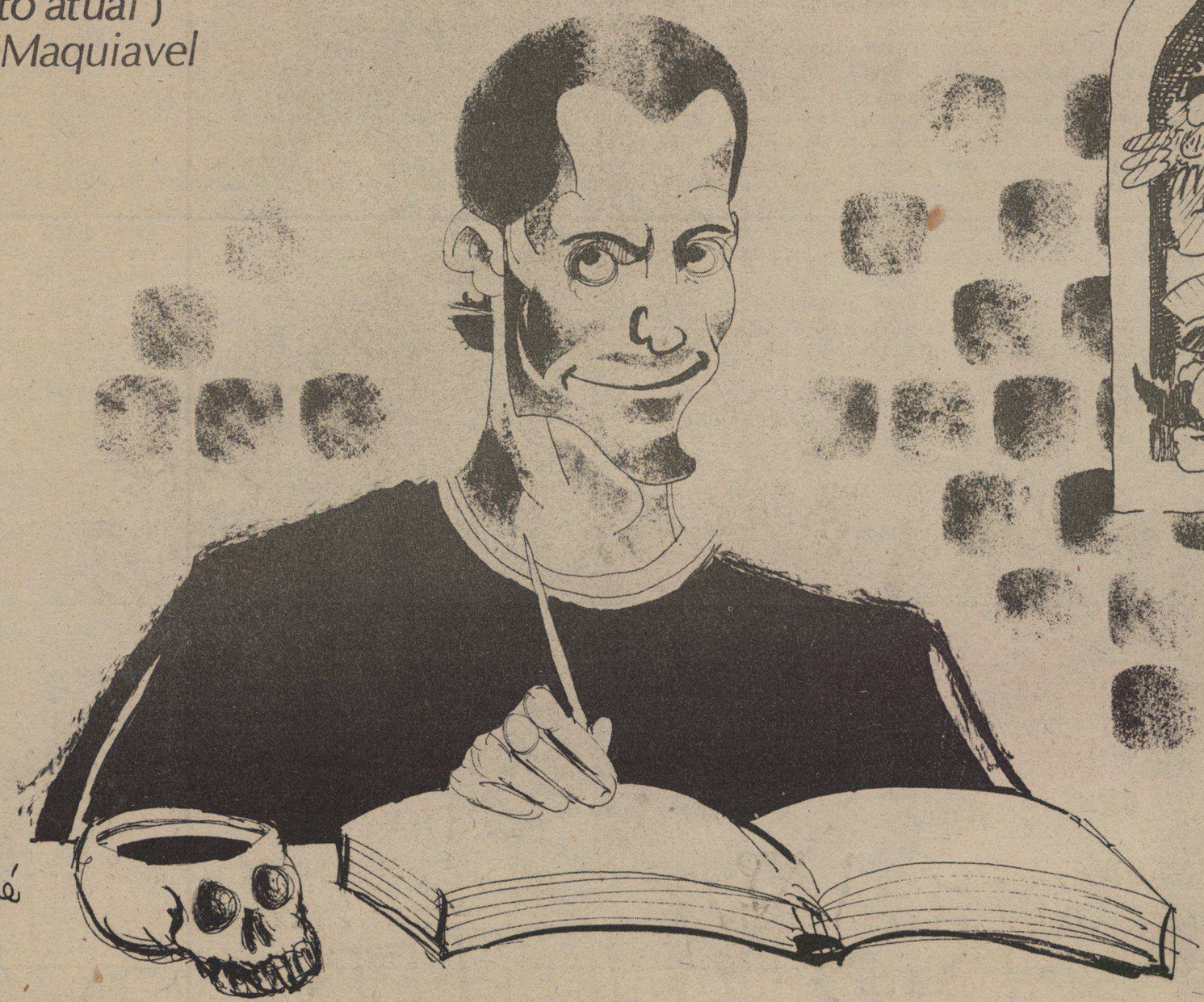
AGENTES UNIVERSITÁRIOS

O COOJORNAL está selecionando representantes para colocação de assinaturas nas faculdades da capital e interior.
Tratar na Com. Coruja, 372
Porto Alegre — RS

"É melhor ser temido do que amado"

Uma entrevista (muito atual) com Maquiavel

Por Durval Guimarães



Muita gente garante que ele circula com freqüência pelas ante-salas de certos governantes.

Há quem afirme mesmo que os fuzilamentos políticos, massacres e certos suicídios no interior de presídios — que a gente vê estampados seguidamente nos jornais — são idéias suas postas em prática.

Por tudo isso, as lições de Niccolo Machiavelli, ou simplesmente Maquiavel, chanceler florentino nascido em 1549, são sempre atuais. Entre elas estão a justificativa da mentira e até do crime de morte como meios de se assegurar o poder.

Irônico, sutil e de palavra fácil, suas respostas são geralmente diretas e, às vezes, reforçadas por bem-humoradas parábolas. Eis algumas delas:

— O senhor acha que, para governar, a crueldade é necessária?

Maquiavel — Não deve importar ao governante a pecha de cruel para conservar seus súditos unidos e com fé porque, com pequenas exceções, ele é mais piedoso do que os que por excesso de clemência deixam que surjam muitas desordens, assassínios e rapinagens. É muito mais seguro ser temido que amado, porque em geral os homens são ingratos, volúveis, dissimulados, covardes e ambiciosos de dinheiro. E, quando lhe fizeres benefícios, estão todos contigo, oferecem-te sangue, bens, vida, filhos, desde que estejais longe de necessitares de tudo isso.

— Mas esse temor não descamba para o ódio, que acaba ameaçando o governo?

Maquiavel — Nem sempre, basta que ele se abstenha de se apossar dos bens e mulheres de seus cidadãos, e ainda que obrigado a verter o sangue de alguém, só poderá fazê-lo havendo justificativa e causa manifesta. Deve, principalmente, abster-se de aproveitar-se dos bens alheios, pois os homens esquecem mais rapidamente a morte do pai do que a perda do seu patrimônio.

— Mas o senhor está defendendo o massacre, a violência, o assassinato...

Maquiavel — Mas as crueldades são mal ou bem praticadas. Bem utilizadas podem ser chamadas aquelas — se bem que se pode dizer do mal — feitas de uma só vez, pela necessidade de provar a alguém sua própria segurança, e depois são relegadas à margem, tornando-se o mais possível em vantagem para os súditos. Mal-utilizadas são as que — se bem sejam poucas a princípio — não se extinguem mas crescem com o tempo. O governante tem de determinar as ofensas que precisa executar e fazê-las todas de uma vez para não ter que repeti-las todos os dias. As ofensas devem se fazer todas de uma só vez, a fim de que ofendam menos. E os benefícios precisam ser realizados pouco a pouco para serem melhor saboreados.

— Mas que segurança a destruição pode dar ao povo?

Maquiavel — Há três meios de se conservar o poder, um deles é arruinar o inimigo. Nenhuma garantia de posse é mais segura que a ruína. Quem se faz senhor de uma cidade por tradição livre e não a destrói, por ela se vê destruído. Estas cidades trazem sempre por bandeira, nas revoluções, a liberdade e suas antigas leis, que jamais esquecem, nem com o passar dos anos nem com a influência dos benefícios recebidos.

— Mas assumindo pela força, o governante não acaba se indispondo até com os amigos, minando suas próprias sustentações?

Maquiavel — Se alguma crueldade for cometida, é preciso deixar claro que foi derivada não dele próprio, do governante, mas de seus agentes. Peço permissão para citar um episódio ocorrido com o Duque de Milão, logo depois de invadir a Romanha. Ele a encontrou em mãos de fracos e corruptos senhores, mais preocupados em espoliar o povo do que governá-lo, a ponto de provocar incontáveis revoltas e latrocínios naquela província. Julgou o Duque ser preciso, para fazê-la pacífica e obediente, dar-lhe um bom governo, e ali pôs o então Ramiro de Orco, homem cruel e diligente, ao qual delegou plenos poderes. Este, em breve espaço de tempo, fez da Romanha terra pacífica e unida, tendo ele alcançado grande renome. Mas, conhecendo que os passados rigores haviam despertado ódio contra o governo, o Duque mandou exibir esse Ramiro certa manhã em Cesena, em praça pública, cortado em duas partes. A ferocidade desse espetáculo fez com que o povo ficasse ao mesmo tempo satisfeito e chocado.

— É indispensável esse tipo de ação?

Maquiavel — Ora, quem não firma antes os alicerces, poderá entregar-se depois a esse trabalho, se é possuidor de grande capacidade, se bem que com amolação para o arquiteto e perigo para o edifício.

— Essa é a única prática — a violência — para acalmar os adversários e manter coesos os amigos?

Maquiavel — Os profetas armados sempre venceram, enquanto os desarmados fracassaram. Pois disse, anteriormente, que a natureza dos povos varia, sendo fácil convencê-los de uma coisa, mas difícil firmá-los nessa convicção. É conveniente, portanto, providenciar para que, quando não mais acreditarem, possa fazê-los crer à força. É preciso que um governante aprenda a poder ser mau e que utilize ou deixe de utilizar disto conforme a necessidade.

— As bases de sua teoria e dos seus conselhos repousam sempre na força militar?

Maquiavel — Ora, sabe-se que, entre outros malefícios, a submissão é uma permanente entre os desarmados. E isso é uma infâmia que o governante deve evitar. Por outro lado, não se deve consentir em um mal para se evitar o conflito, pois que não se evita este e apenas se adia, para desvantagem própria.

— Assim procedendo, utilizando-se de recursos pouco éticos e criando um clima de insegurança no meio dos governados, este tipo de governante não está sujeito a conspirações?

Maquiavel — Um governante não deve importar-se com as conspirações se ele é querido pelo povo, porém se este é seu inimigo, deve temer tudo e todos. Os governantes que são prudentes cuidam sempre em não reduzir os grandes ao desespero e satisfazer e contentar o povo — essa é uma das questões que deve ter sempre em mente.

— O senhor acredita que é possível agradar igualmente ao povo e aos poderosos, aos nacionais e às multinacionais?

Maquiavel — O básico num país é que o povo não deseja ser governado nem oprimido pelos poderosos, e estes querem governar e oprimir o povo. E o governo é estabelecido pelo povo ou pelos grandes. Claro, o que sobe ao governo auxiliado pelos grandes, mantém-se com maiores dificuldades do que aquele se elege pelo povo, pois escolhido apenas para permitir que, à sua sombra, eles satisfaçam seus apetites, nunca poderá comandá-los como quiser. Por outro lado, quem se torna governante pelo favor popular, precisa manter-se seu amigo, coisa muito fácil, já que este quer apenas não ser oprimido. O pior que um governante pode esperar do povo hostil é que este o abandone. Da inimizade dos grandes, porém, não só deve temer que o abandonem, mas também que o ataquem, pois estes têm maior astúcia e sempre têm tempo de se salvar, procurando achegar-se aos prováveis vitoriosos.

— Mas a primeira providência de certos governantes, ao chegar ao poder, é desmentir as promessas que fez ao povo.

Maquiavel — De fato, um governante de prudência não deve guardar a palavra empenhada quando isto é prejudicial e quando os motivos que a determinaram, deixam de existir. Ele não é obrigado a seguir todas as coisas a que são obrigados os homens tidos como bons, sendo muitas vezes obrigado, para conservar o governo, a agir contra a caridade, a fé, humanidade, religião. É preciso para isto, que tenha ânimo disposto a que os ventos e as mudanças da sorte o impeliram. Deve o governante, contudo, ter muito cuidado em não deixar escapar de seus lábios expressão que não revele essas qualidades, devendo aparentar à vista e aos ouvidos de todos, ser todo piedade, fé, integridade, humanidade, religião. Nenhuma qualidade há da qual mais se necessite do que esta última.

— Mas o povo não se decepciona com promessas não realizadas, por exemplo, abertura política, melhor divisão da riqueza nacional?

Maquiavel — Ora, se todos os homens fossem bons, esse meu ensinamento seria mau. Mas considerando que são pérfidos, e não aguardariam (as promessas) a teu respeito, também não está obrigado a cumpri-las para com eles. Nunca faltaram ao governante, motivos para dissimular a quebra da fé jurada. São incontáveis os exemplos recentes. Necessário, entretanto, é disfarçar muito bem essa qualidade, ser bom simulador e dissimulador. Um governo do nosso tempo, cujo nome não convém que se mencione, prega sem cessar a paz e a fé, sendo, contudo, inimigo acérrimo de uma e de outra.

— Fala-se em eleições em 1978, no Brasil. Se tudo correr como é prometido, a oposição tem possibilidades de chegar até certos níveis do poder. Se alcançá-lo — com a hipotética revogação do "pacote de abril" — como deverá proceder para mantê-lo?

Maquiavel — Os homens percorrem quase sempre estradas já andadas. Um homem prudente deve, portanto, escolher os trilhos já percorridos pelos grandes homens e imitá-los. Deste modo, ainda não sendo possível correr fielmente por esse caminho, nem atingir pela imitação inteiramente as virtudes dos grandes, sempre muita coisa é aproveitada. Deve agir como seteiros prudentes, que desejando alcançar um ▶

ponto muito afastado e sabendo a capacidade do arco, fazem a pontaria em altura superior à que visam. Não o fazem certamente para que a flecha alcance aquele ponto: servem-se de mira elevada somente para acertar com segurança o local marcado mais abaixo.

— Mas ainda os mais prudentes, sempre encontram reação.

Maquiavel — Naturalmente, os obstáculos que encontrarão resultam da nova ordem legal, e o governante terá como inimigos todos os que eram beneficiados pelas leis antigas. Por outro lado, terá tímidos defensores entre os que foram beneficiados pelo novo *status-quo*. Não devemos esquecer a incredulidade humana, que não crê na verdade das coisas novas, senão após firme experiência.

— Então, como deverão agir, na prática, para se firmarem?

Maquiavel — Deve arrogar-se em defensor dos mais fracos e enfraquecer os poderosos, além de se precaver contra o aparecimento de pessoas que possam com ele concorrer. Nota-se que os homens devem ser minados ou destruídos, pois podem vingar-se de ofensas leves, porém não podem das graves. Deste modo, a ofensa que se faça deve ser tal que não precise temer vingança.

— Seus conselhos são destinados, ao que parece, a governantes que, mesmo não sendo experientes, tenham habilidades. Mas, se a prática for defeituosa, o que o senhor aconselha para que ele não seja desprezado?

Maquiavel — O que o torna odioso, sobretudo, é ser espoliador dos bens e das mulheres dos súditos. Tendo esse cuidado, vivem satisfeitos e apenas se deverá dar combate à ambição de poucos, que pode ser sofreada de muitos modos e facilmente. Torna-o desprezível o ser tido como volúvel, leviano, efeminado, covarde, irresoluto. E tais coisas devem ser evitadas pelo governante do mesmo modo que o navegante evita um rochedo.

— A nível de decisões e atitudes, como seria?

Maquiavel — Deve ele fazer que em suas ações se reconheça grandeza, coragem, gravidade e fortaleza, e quanto às ações particulares de seus súditos, deve fazer que a sua sentença seja irrevogável, portando-se de modo tal que ninguém pense enganá-lo ou fazê-lo mudar de idéia. Quando alguém tenha feito qualquer coisa extraordinária, de bom ou de mau na vida civil, para premiá-lo ou puni-lo, deve o governante proceder de tal modo que deixe margem a grandes comentários. Do mesmo modo, deve o governante mostrar-se amante das virtudes e honrar aqueles que se destacam numa arte qualquer. Além do mais, deve, nas épocas próprias do ano, dar ao povo festas e espetáculos.

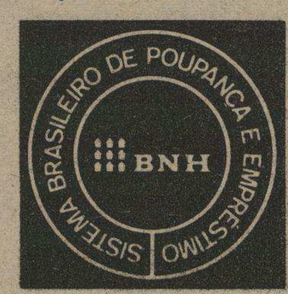
(Nota: As respostas do entrevistado foram retiradas do seu livro **O Príncipe,** *respeitam a linguagem do autor e as traduções de Torrieri Guimarães e da coleção* **Os Pensadores,** *da Editora Abril. Apenas substituímos algumas palavras — por exemplo, príncipe por governante — para facilitar a compreensão do leitor).*

EM DINHEIRO QUE ESTÁ GANHANDO NÃO SE MEXE.

A Caderneta de Poupança é o único papel que está sempre ganhando da inflação, sem risco. Sempre foi e sempre será assim.

A Caderneta avança com juros ou dividendos, avança com correção monetária. Seu dinheiro está sempre com a defesa fechada e você com seu futuro bem armado.

Não tem risco, não tem surpresa, não tem zebra. A inflação sempre foi freguesa de caderno da Caderneta. Deixe seu dinheiro neste time e escale mais algum.



Com juros ou dividendos, correção monetária e incentivos fiscais, a Caderneta de Poupança rendeu em 1977, 41,548%. Mais uma vez ganhou da inflação.

Tristes ruas de Montevidéu

Dia 24 deste mês o presidente Ernesto Geisel vai ao Uruguai para uma visita oficial. O repórter André Pereira esteve em Montevidéu 15 dias antes para ver o lado não oficial da vida uruguaia. Seguem as suas impressões:

Aqueles velhos táxis, comprados da Alemanha há mais de duas décadas e tingidos de amarelo e preto, continuam arrastando-se penosamente pelas ruas de Montevidéu, como sempre fizeram.

Diante dos bancos, as mesmas filas gordas de aposentados que esperam pagamento estendem-se, como de costume. E os cafés ao crepúsculo prosseguem seu hábito antigo, embolsando os mesmos senhores de trajes sóbrios e cabelos bem aparados que bebem cafezinho com água ou cerveja gelada.

No máximo, o visitante desatento concluirá que, se algo houve, foi uma decidida parada no tempo que rege os destinos deste pequeno país, já que de notável, à primeira vista, percebe-se apenas um envelhecimento generalizado.

Aos poucos, porém, como quem sai da luz para um lugar escuro, começa-se a notar os primeiros sintomas das mudanças. Às 18 horas, por exemplo, quando encerra o expediente do comércio. Neste instante, apressadas comerciárias abandonam seu local de trabalho e dirigem-se com decisão para os lugares mais movimentados da cidade, como pontos de ônibus, por exemplo. Nenhuma porém, irá tomar qualquer condução. Vão caminhar, impacientes, buscando a atenção dos homens, numa tímida e patética oferta. Quando enfim o contato é estabelecido, o casal dirige-se sorrateiramente para um dos vários *amueblados* ou *casa-de-cita* que Montevidéu, disfarçada, esconde sob a forma de pequenos hotéis familiares.

Ao fim do encontro, como garantem habituais clientes que costumam pagar em média de 50 pesos (cerca de Cr$ 200,00) a moça raramente volta a um dos pontos de oferta para não ficar marcada por eventuais fregueses ou por policiais. Nenhuma dessas moças, ao que as próprias afirmam, pretende fazer carreira em *casas-de-cita*. "É uma atividade passageira", dizem elas. E, solidários os uruguaios que as batizam de *giras* fazem questão de deixar bem claro que elas são diferentes das prostitutas tradicionais, confinadas à *Ciudad Vieja*, para as bandas do cais.

Sobretudo *las giras* são distinguidas das prostitutas por manterem como principal ocupação, no dizer dos conterrâneos, "uma profissão decente". Isto é: durante o dia trabalham nas casas comerciais do centro da cidade, principalmente na longa e movimentada Avenida 18 de Julho, a principal rua do país, por salários que oscilam entre o mínimo uruguaio, 317 pesos, até um máximo de 350 pesos (uma variante em torno de Cr$ 1 mil e 200).

Considerando-se que o poder aquisitivo deste salário, avariado por uma inflação de 60% ao mês, é extremamente baixo, *las giras* recebem uma espécie de perdão nacional dos conterrâneos. "O Uruguai não tem empregos", diz um compatriota. "Assim, o pior, sempre sobra para as mulheres."

Um pouco de atenção mostrará senhoras de cabelos grisalhos almoçando sozinhas em Montevidéu ou mesmo dirigindo os encarquilhados carros de praça.

Dona Maria Luisa Proto, de 47 anos, mãe de uma moça e um rapaz e casada com um motorista de táxi, dirige um deles com razoável habilidade enquanto explica como abandonou a condição de dona-de-casa, há pouco mais de 10 meses. "Sentimos que para não decair o nível de vida da família era preciso que eu trabalhasse", diz ela, apressando-se a completar com visível orgulho que "ao menos os filhos continuam estudando com tranqüilidade".

Assim, se para as respeitadas donas-de-casa uruguaias a saída do lar para trabalhar fora não chegou a provocar constrangimentos *las giras*, resignadas com a prostituição, não poderiam merecer reprimendas maiores.

Na madrugada surge o "biticome"

De todo modo — como irá descobrindo o nosso visitante curioso — não se deve para efeitos de confecção de uma imagem mais real deste país de 187 quilômetros quadrados, onde sobrevivem pouco mais de dois milhões de uruguaios, desprezar outros detalhes de inquestionável importância.

Nas ruas de Montevidéu já se descobrem alguns mendigos e menores abandonados que, se não atingem a especialização de um trombadinha brasileiro, ao menos começam a dar preocupações. "Ao se visitar uma delegacia", revela um repórter uruguaio, "a gente depara com o problema. Não passa uma semana que não tenha uns dois meninos largados pela mãe nas ruas!

De recente estréia na madrugada de Montevidéu, surge uma outra personagem que reflete os novos tempos. Trata-se do *biticome*, um similar do nosso apanhador de papel. Só que ele realmente, por enquanto, junta apenas papel, desprezando os restos de comida das latas de lixo como se preservasse um último vestígio de dignidade em nome do país que já foi comparado, como o maior dos elogios, à Suíça.

Nativo do conhecido bairro de Cantegril, na verdade uma gigantesca favela às margens da capital, o *biticome* ainda reserva-se o direito de só aparecer nas ruas pela madrugada como a proteger sua condição miserável dos olhares envergonhados dos compatriotas. Às vezes, um que outro retardatário poderá ser surpreendido ao amanhecer — mas percorrendo uma rua discreta e pouco movimentada.

A vida dos demais cidadãos do Uruguai não é, creiam, muito melhor. O uruguaio típico de hoje tem dois, às vezes três empregos, onde gasta a média de 14 horas por dia em busca de um salário que, somado ao da mulher, consiga recuperar o poder aquisitivo de dez anos atrás.

Nessa época, dono da mais generosa renda per capita do continente (620 dólares em 1967; 521 em 1977), o país já iniciava uma lenta decadência decretada pela falta acentuada de mercado para a sua carne e pela aguda invasão dos tecidos sintéticos no mercado da lã. Os dois principais produtos da economia uruguaia chegavam, assim, ao fim de um fértil período de ouro alimentado pela guerra mundial e a da Coréia, nas décadas de 60 e 50.

Os latifundiários do Uruguai enriqueciam placidamente enquanto a classe média, que seria calculada em 70% da população do país, também era beneficiada pelos respingos da riqueza que gerava empregos públicos e de prestação de serviços com inexplicável facilidade.

Tinham casa própria, residência na praia, um automóvel pelo menos e visitavam a Europa uma vez ao ano. Bafejada ainda pelas garantias sociais criadas no país por volta de 1915, pelo presidente José Battle Y Ordonez, onde pontificaram pioneirismos como a jornada de oito horas de trabalho, a criação de um salário mínimo adequado, ensino gratuito, amparo à velhice, divórcio e um modelar atendimento sanitá.io, os uruguaios viviam praticamente sem queixas no seu paraíso cinzento.

Medidas prontas de *seguridad*

Foi com a crise econômica dos anos 60 que a classe média encarou os primeiros sinais da futura decadência que chegou a determinar índices de inflação superiores a 130%. Ao mesmo tempo considerava-se falido o sistema de governo colegiado, criado por um pacto entre os dois maiores partidos do país, Blanco e Colorado, segundo o qual o governo era conduzido por nove membros sendo cinco do partido vencedor nas eleições diretas e outros quatro representando o partido derrotado.

Em 1965, um presidencialismo efetivo assume as regras do jogo elegendo Oscar Gestido para o cargo. A corrupção que campeava solta nos gabinetes oficiais por esta época também emergiu com a crise que fustigava a classe média.

Assim, no dia 6 de dezembro de 1967, quando Gestido morre e é substituído pelo seu vice José Pacheco Areco, inaugura-se no país os tempos mais duros da era que virá. Antes de terminar o ano, Pacheco torna ilegais os partidos de esquerda considerados radicais e manda fechar os "jornais tupamaros" que se mostravam simpáticos ao movimento de guerrilha urbana gerada entre a classe média. Com o respaldo dos militares, Areco, instaura as famosas *Medidas Prontas de Seguridad* que resistem até hoje contribuindo para o clima de temor e pânico existentes no Uruguai.

Vale recordar que a ascenção das Forças Armadas Uruguaias nesse palco teve de início dois objetivos práticos. Acabar com as guerrilhas tupamaras e moralizar o governo corrupto. De resto em toda a América os militares mostravam uma decidida disposição para abandonar os quartéis rumo ao controle político das nações.

Seria, porém, em fevereiro de 1973, durante a presidência de Juan Maria Bordaberry que a ditadura militar se solidificaria com a constituição de um conselho dirigente formado por 14 generais das Forças Armadas e a liquidação de todos os partidos políticos. Daí em diante o presidente do país só teria a missão de ser o porta-voz das mensagens castrenses.

Hoje quem ocupa o Palácio do Governo, nas funções de primeiro mandatário, é o septuagenário e jurista aposentado Aparício Mendez. Qualquer criança uruguaia sabe que quem manda no país são os militares e que Mendez é um recurso administrativo.

Assim, o Uruguai é um país de medo, de murmúrios e de velhos. De velhos porque a juventude abandona o país em busca de empregos, caracterizando um êxodo anual de quase 100 mil pessoas, deixando para os 650 mil aposentados a incumbência de representar cerca de 20% dos gastos do país e determinar a média de idade da população entre os 40 e 50 anos.

É um país de medo e de murmúrios porque todos sabem que os quartéis uruguaios estão estourando por dar abrigo à excepcional quantia de sete mil presos políticos. E isso de acordo com os cálculos otimistas dos que se baseiam na capacidade dos cárceres. Mas são feitas outras contas para se tentar compreender o sentimento de terror que cala e amedronta o povo uruguaio. Há quem proceda uma operação aritmética multiplicando cada um desses presos por cinco pessoas ligadas a eles por laços de parentesco e amizade para concluir que pelo menos 35 mil uruguaios estão atingidos diretamente por este medo e pânico.

E levando-se em conta que existem no país 62 mil homens armados entre militares e policiais com igual ligação de parentes e amigos, pode-se deduzir que o medo provocado por este confronto não é nenhum exagero. Afinal o presídio de *Libertad* onde estão alojados dois mil homens não é nem um pouco subjetivo. Muito menos *Punta Rieles*, situado a 15 quilômetros da capital, que é uma prisão feminina com 500 mulheres detidas.

Numa praça de Montevidéu, uma mostragem da população do Uruguai.

fotos de luiz abreu

Os biticome: **novos personagens numa nação empobrecida**

Não ande pela esquerda: uma recomendação com sentido amplo

Livrarias: autores proibidos e pouca gente comprando

A sede do governo. Ao fundo, as obras paralisadas do palácio da Justiça em recesso

As presas trabalham em silêncio

Pode-se, no entanto, com alguma sorte, vencer a desconfiança e ganhar a simpatia de um ou outro silencioso uruguaio que se dispõe a falar da situação do país, da sua vida, para se tentar compreender como o Uruguai aportou em tão nebuloso panorama. O governo não concede entrevista, os militares não falam. Vez que outra, Aparício Mendez surge em cena para apoiar uma nota das Forças Armadas marcando uma nova carta no jogo político. Ou apenas para dar uma declaração do tipo "vivemos em uma ilha de tranqüilidade". Diante das omissões oficiais, restam as narrativas do povo. São narrativas quase sempre tristes, pungentes.

A mãe de uma presa de *Punta Rieles* conta, por exemplo, que há pouco mais de um mês uma encarcerada de nome Casares, de 19 anos, estourou a cabeça contra a parede da cela. E narra, resignada, que as prisioneiras de *Rieles* trabalham 12 horas por dia — das 6 às 19h com uma hora de intervalo para almoço e descanso — cumprindo tarefas na agricultura e fazendo serviços de olaria.

Cuidadosamente vigiadas por guardas munidos de metralhadoras, as moças são submetidas ao trabalho em absoluto silêncio. Uma palavra, um breve murmúrio, pode decretar um castigo coletivo que varia do corte de todas as visitas até um fuzilamento sumário simulado. "O pior", diz a mãe, "é que as verduras plantadas por elas são para a mesa dos milicos".

É difícil encontrar-se hoje grupos de mais de três pessoas nos bares ou ruas de Montevidéu. E é fácil perceber uma rápida piscadela cúmplice no grupo assim que se aproxima um estranho. Porque suspeita-se de todos no Uruguai de hoje. Diz um advogado anônimo: "Existe um milico para cada 38 uruguaios. Então, se precisa olhar muito atentamente em volta antes de se abrir a boca para se dizer o que pensamos".

É o temor já mina a própria estrutura familiar, pois se há duas décadas o sonho de todo menino era ser "oficinista" (funcionário público), hoje, é o futuro financeiro da carreira militar que mais o atrai.

E não se diga que o menino não terá lá sua razões. Vivendo sob o famigerado *estado de seguridad* que assemelha-se a um período de guerra, os militares recebem hoje seus soldos dobrados. O que na verdade torna, para efeitos de contabilidade, o país como portador de um contingente não de 62 mil homens armados mas sim de 124 mil assalariados.

A esse exagero, um economista menciona outro, informando que os custos desse *estado de seguridad* representam 68,6% dos gastos nacionais (cerca de 200 milhões de pesos novos) para concluir: "Não é muito difícil descobrir por que buraco escorrem mais rapidamente os nossos pesos".

O povo uruguaio tem enfrentado as agruras da crise econômica com relativa galhardia procurando silenciosamente como *las giras* ou *los biticomes* resolver diminuir seus males. No ano passado, durante oito meses, faltou carne em todo o país e o consumo de leite, calculado em um milhão de litros diários, desceu para os 500 mil litros. A prática de fazer um rápido almoço comercial no centro à base de 10 pesos (cerca de Cr$ 40,00) e substituir a janta por um lanche, feito numa das antigas confeitarias da cidade ao fim da tarde, é cada vez mais obedecida. Desde que a ditadura militar detém o poder, os salários não tiveram aumento superior aos 35%, enquanto a inflação oscilou dos 137 ao mínimo de 59%. Por tudo isto o Uruguai não é mais o mesmo.

A vida cultural com a proibição a discos, filmes, peças teatrais, livros e jornais mergulhou em desalentador caos. O próprio futebol, uma das grandes paixões nacionais, sofreu um colapso com a saída dos principais jogadores em busca de melhores salários no Brasil e na Europa. Em 1976, ao ser desclassificado nas eliminatórias da Copa do Mundo a ser disputada em 1978 na Argentina, o selecionado nacional confirmou, de certa maneira, que as coisas iam mesmo mal para o país.

A dor maior, no entanto, nasce verdadeiramente do terror imposto pelas forças militares. A população murmura que a qualquer momento a polícia pode invadir sua casa sem qualquer espécie de mandato e conduzir uma pessoa para o cárcere destinado a apodrecer. A ação é contundente: o detido é imediatamente encapuçado. Passa um bom período preso sem que se saiba onde e um belo dia é condenado para efeitos oficiais. "Aqui se paga para ir preso", conta um parente de prisioneiro, exemplificando com diversos casos em que após o cumprimento das sentenças as pessoas permanecem presas por medida de segurança passando então a ter rigorosamente anotadas refeições e roupas que utilizarem. "Quando finalmente é libertado, apresentam-lhe uma conta de despesas como se estivesse em um hotel de veraneio."

Há pouco tempo, narra o mesmo cidadão, apareceram 30 cadáveres no Prata, próximos à cidade de Rocha. Uma nota oficial do Departamento de Relações Públicas do governo, que costuma nutrir os editoriais dos cinco diários existentes em Montevidéu (três foram fechados pelos militares), noticiou o fato anunciando aparecimento de corpos irreconhecíveis no rio. Quando a população iniciou uma natural especulação tentando descobrir de que presídio haviam desaparecido 30 detentos, o governo distribuiu nova nota oficial informando que os cadáveres deviam pertencer à tripulação de algum navio chinês ou japonês devido às feições orientais dos corpos. "Nunca o governo foi tão eficiente", diz o uruguaio. "Pois descobriu feições em cadáveres irreconhecíveis em questão de horas."

Episódios deste quilate sobram neste triste Uruguai. Entre os brasileiros que lá residem é de particular tristeza o que sucedeu com Zélia Stein, uma brasileira casada com uruguaio, que há dois anos foi presa e torturada na famosa *Casa de Maldonado*, uma espécie de "Dops montevideano", situado na esquina das ruas *Maldonado* e *Yi*, fortemente guardado por três sentinelas e cuja vizinhança tem peregrinado para outros bairros graças à sinfonia noturna de urros que dela partem. Pois segundo os murmúrios uruguaios, Zélia passou três dias conhecendo os requintes de Maldonado. Despida, encapuçada e obrigada a ficar de pé durante muito tempo, Zélia contária mais tarde que perdeu completamente a noção de espaço e tempo. A recuperação do equilíbrio era restituída por uma forte aguilhoada de baioneta acompanhada de palavrões. Essa sessão só foi interrompida para um interrogatório no que julgou ser o seu terceiro dia de prisão e no qual queriam uma confissão dela colaborar com os comunistas. Ao fim de nova sessão, desta vez ilustrada por torturas conhecidas do povo uruguaio como o *submarino* e o *cavalete* (*Coojornal* nº 21) e diante da falta da confissão, os seus algozes prometeram-lhe um método infalível para arrancar-lhe tudo o que sabia. E adentraram na sala um cão policial cuja especialidade era violentar as presas de Maldonado.

À saida da cadeia, é preciso pagar a conta

Onde estão todos os que reagiram?

A tortura conduzida por cinco homens chefiados pela lendária figura de Fontana, o torturador mais famoso do Uruguai, só foi paralisada com a chegada providencial do advogado da senhora do presidente Juan Maria Bordaberry que libertou Zélia, imediatamente conduzida à embaixada mexicana de onde abandonou o país apavorada dois ou três dias depois, rumo ao México. Ao se mencionar uma embaixada vale recordar o caso que determinou o rompimento de relações entre a Venezuela e o Uruguai no ano passado. ▶

Perseguida pela polícia, uma professora uruguaia correu para a embaixada venezuelana em busca de asilo. Diante do prédio, foi alcançada por policiais que entraram em luta com os guardas venezuelanos, chamando a atenção dos colegas da embaixada ao lado da do Vaticano.

Em meio à briga que envolvia policiais uruguaios contra representantes de duas embaixadas, um dos perseguidores da professora puxou uma arma e uma identificação de oficial militar que encerrou a luta. Arrastada pelos policiais, a professora desapareceu completamente. Na reconstituição oficial do espisódio, no qual o governo uruguaio procurou justificar-se com o Vaticano e a Venezuela, os militares disseram que a professora descera de um táxi diante da embaixada mas que os policiais já estavam ali à sua espera e que ela sequer tocara território venezuelano. Andrés Perez recebeu uma nova versão de seu embaixador onde relatava-se que a moça tinha sido arrancada já de dentro da embaixada e cortou relações com o Uruguai, contribuindo para piorar a situação econômica do país que importa 80% do petróleo consumido.

Mas ninguém reage? — haverão de indagar. E os uruguaios sussurrarão listas infindáveis de nomes de pessoas desaparecidas, como os do escritor Júlio Castro, do advogado Rodolfo Shurmann, do matemático José Massera, do médico Daniel Banina, de Ayala, Matos, Almirati, Bonnesi, Sanseviero, Quintana, Toledo, Turiansky... após o que serão capazes de brincar: "Esses reagiram". Contarão, talvez, o acontecido no mês de dezembro último quando aparentemente alguém reagiu colocando entre os classificados do jornal *El Dia* uma expressão ofensiva aos militares (Milicos Putos) e foi imediatamente recompensado com o fechamento do diário e a expulsão do país do seu diretor. Haverá quem lembre ainda — como reação pública — que hoje em dia se executa muito pouco o hino nacional do Uruguai em colégios e cerimônias públicas, pois havia sempre nos coros uma eênfase especial à estrofe que aninha a frase *tiranos estremecei!*

E como o país suporta as pressões internacionais, as condenações à sua política de direitos humanos, freqüentemente acompanhadas de rompimento de relações comerciais? Os militares hoje têm deixado entrever em pequenas atitudes uma relativa disposição de afrouxar o regime a caminho de uma lenta e gradual distensão. No final de 1977 aumentavam as especulações em torno deste rumo. Dias antes, em nome da Comunidade Comum Européia, o embaixador da Bélgica no Uruguai pediu anistia aos presos políticos do país. E foi permitida a entrada no país de uma comissão da ONU, formada por três juristas, um americano, um francês e um espanhol, para analisar a situação dos direitos humanos. O jornal *El Dia* foi reaberto 10 dias após o seu fechamento e seu diretor foi readmitido no país, graças à interferência dos Estados Undiso.

"O Pentágono está muito impressionado"

Mais sintomática ainda foi a reunião que o General Mac Auliffe, comandante-chefe do Conselho de Defesa do Atlântico Sul, convocou para um coquetel na embaixada americana com a presença de Mendez e dos 14 generais que governam o país. Durante a reunião, Mac Auliffe foi taxativo a respeito das diferenças de posição sobre direitos humanos entre Jimmy Carter e o Pentágono (ao qual está subordinado o Conselho de Defesa) fartamente explorada pelos militares uruguaios para rebater as críticas que recebiam do presidente americano. "Não existem diferenças", incidiu o general. "E assim como Carter, o Pentágono está impressionado com a situação do Uruguai. Os vossos quartéis estão abarrotados e as vossas forças armadas só têm disposição para controlar os presos. Se hoje o Conselho de Defesa incumbisse as forças armadas de uma missão não haveria gente para cumprir."

Nesse momento, murmura-se no Uruguai, um graduado oficial uruguaio levantou-se e encarou furioso o general americano: "Estes presos são presos condenados legalmente pela Justiça Militar". Ao que Mac Auliffe rebateu, igualmente feroz: "Justiça Militar em tempo de paz? É uma aberração. Isso não existe em lugar nenhum. Um juiz militar presta continência aos generais, aos oficiais superiores. Isso não é justiça em tempo de paz". A noite que sucedeu o coquetel haveria uma ceia na embaixada e não apareceu sequer um uruguaio para cumprimentar Mac Auliffe que no dia seguinte por certo fazia um relato em Washington.

Agora o uruguaio também não tem tempo para ir almoçar em casa

fotos de luiz abreu

La Casa de Maldonado, **sede da polícia política e horror da população**

Outro novo personagem do país: menores pedintes e futuros delinqüentes

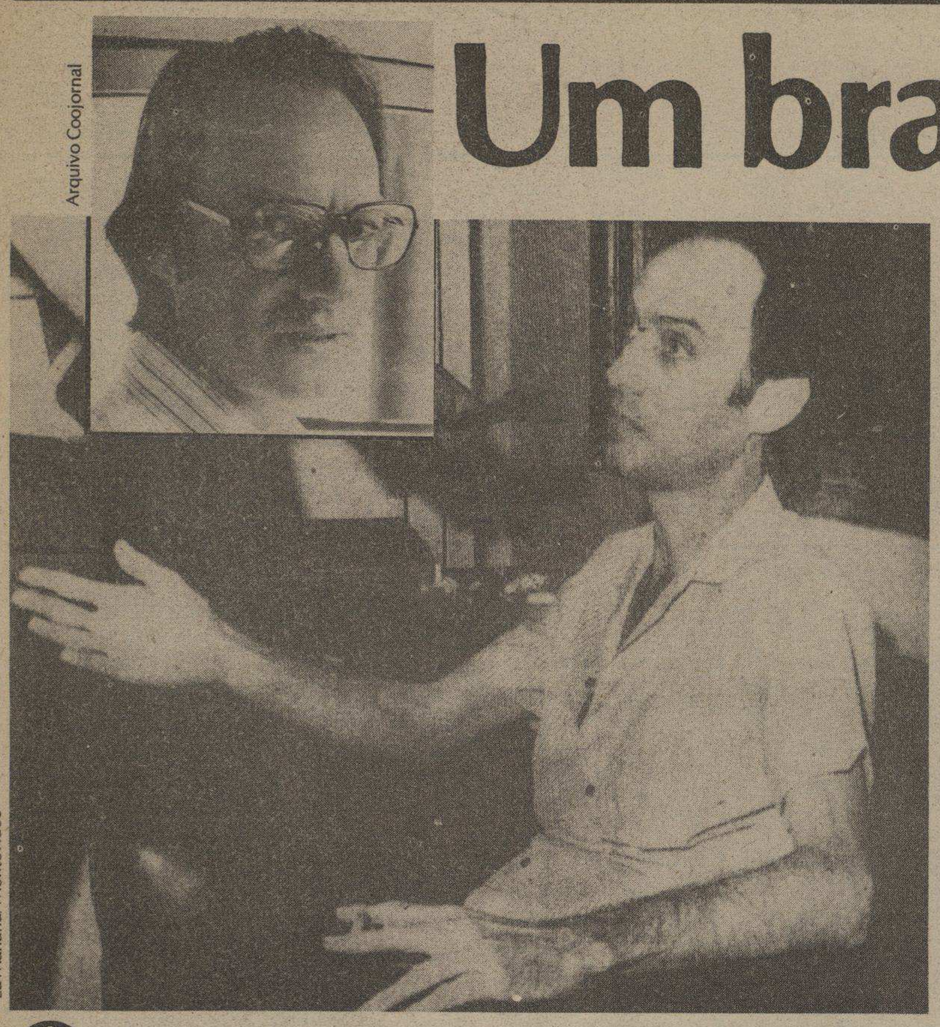
Os defensores da tese da distensão consideram este acontecimento como um bom sinal. E comentam, em bem guardados cantos, que é bem possível uma negociação entre o Uruguai e os Estados Unidos segundo a qual os presos seriam anistiados realmente em troca da absolvição da dívida externa uruguaia. "São 1,3 milhões de dólares de dívida", argumentam esses teóricos. "O que significa cerca de três vezes o total das cifras de exportação do país. Somente um negócio destes poderia talvez salvar o Uruguai da sepultura econômica. Fora os gastos com segurança, que são o maior rombo na economia, o país carrega ainda o peso de 650 mil aposentados que representam quase 20% do orçamento. A Acta 7 que acabou com as garantias dos funcionários públicos que atingem 180 mil pessoas, exigindo um atestado de fé democrática, que expulsou cerca de sete mil pessoas não conseguiu amenizar o problema financeiro. O que resta além da barganha?"

Otimistas dentro dos limites permitidos pelas especulações, os profetas da abertura esperam fevereiro com inusitada expectativa. Acontece que neste mês passa para a reserva o comandante chefe das Forças Armadas, General Vadora, abrindo uma disputa pelo cargo que aparentemente deve ser vencida pelo General Gregorio Alvarez, de 54 anos. Ele tem sido comparado a João Baptista Figueiredo, graçass a uma possível posição menos à direita que o outro candidato da chamada ala radical de direita Luiz Queirollo, de 52 anos. Enquanto Alvarez é comandante da região militar sediada em Minas, a 150 quilômetros de Montevidéu, Queirollo cumpre missão como delegado uruguaio na Junta Americana de Defesa, nos Estados Unidos. Entre os créditos que indicam Alvarez como vitorioso nesta batalha está sua aintigüidade no exército e sua famosa aspiração pela própria presidência do país. Inclui-se ainda a seu favor as conversas sigilosas que tem mantido com líderes dos extintos partidos *Blanco* e *Colorado* a quem acena com uma "Composição governamental populista". De acordo com a tal proposição o país seria levado às eleições diretas antes de 1981 (quando termina o mandato de Aparicio Mendez) e Alvarez poderia ser o candidato da frente formada pelos *blancos* e *colorados*, já que a frente ampla, formada por partidos tradicionais, articula-se poderosamente fora do país.

Gregorio Alvarez, a quem os defensores da abertura já começam a chamar intimamente de *Goyo,* é visto como o único sinal do aceleramento do processo político rumo à bendita abertura democrática. Evidentemente a população uruguaia ainda se encontra bastante distanciada destas especulações, só conhecidas em pequenas rodas. Mas um advogado uruguaio, multiplicando rapidamente as forças policiais do país pelos seus familiares, tenta demonstrar que Gregório Alvarez teria, mesmo em uma eleição direta, sérias possibilidades de vir a ser presidente do Uruguai. "Seriam mais de 300 mil votos", conclui ele. "Certamente nem precisariam de fraudes para vencer uma eleição". É preciso, no entanto, colocar na balança o outro lado das Forças Armadas, classificadas vagamente como a ala radical direitista. E não se pode esquecer, por exemplo, que os cárceres continuam abrigando sete mil presos políticos, graças exatamente a esta forte posição. E que sequer uma ampla e irrestrita anistia aos prisioneiros irá apagar durante um bom tempo esta marca dolorosa da vida do povo uruguaio.

O ambiente no Uruguai pouco faz para que se dê créditos especiais a estas articulações. Como a lembrar ao povo que quem manda no país as camionetas veraneios azuladas, de fabricação brasileira, percorrem intensamente as ruas carregando no seu interior um policial com uma metralhadora bem visível. E ao lado da sede do governo, um prédio inacabado, paralisado por falta de verbas, repousa simbólico e sintomático. Ali deveria estar hoje o Palácio da Justiça. Mas quem acredita nisso no Uruguai?

Um brasileiro na cadeia



Arquivo Coojornal

La Mañana/Montevideo

A última fotografia de Flávio (de óculos) enviada à mãe, antes de ser preso. Bem diferente do momento em que foi apresentado à imprensa em dezembro, em Montevidéu

fotos de luiz abreu

No Cárcere Central ele passou 156 dias

O mais fino hotel de Montevidéu, o Victória Plaza, localizado em frente ao Palácio do Governo uruguaio, hospedava o jornalista brasileiro Flávio Tavares desde o dia 5 de janeiro último. A conta do seu quarto, porém, não tinha data certa para ser fechada. Na verdade quem decidiria isso era um coronel do exército do Uruguai chamado José Spinelli, também Juiz Militar, encarregado da sentença que castigaria Tavares por estar incurso no artigo 62 do Código Penal Militar por prática de "tentativa de espionagem".

Até o dia 10 de janeiro a conta do hóspede brasileiro continuava aberta pois Spinelli não tinha decidido o futuro de Tavares. Especulava-se na capital uruguaia que o jornalista podia ser condenado a um ano de prisão, conforme o pedido do promotor e também coronel Rodolfo Villaroel. Mas o mais provável, diziam experimentados juristas, é que fosse condenado a exatamente cinco meses e 22 dias, para ser expulso do Uruguai imediatamente. A pressa tinha um motivo insuspeitável: a visita que o presidente Geisel fará ao país este mês.

E porque cinco meses mais 22 dias? Por que foi exatamente este o período em que Tavares permaneceu nos cárceres uruguaios. Essa sua condenação e expulsão evitariam um desagradável embaraço para o presidente brasileiro, pois Tavares foi banido do Brasil em 1969, o que torna sua situação algo complicada. Mesmo sem ter perdido a cidadania, legalmente Flávio Tavares não é merecedor das mesmas atenções de outro brasileiro não banido. De todo modo, sua presença em uma cadeia uruguaia durante a visita de Geisel nublaria o ambiente festivo comuns aos encontros entre primeiros mandatários. Além do mais, Geisel iria hospedar-se no mesmo fino hotel Victória Plaza.

Na verdade, a rapidez com que começou a andar o caso de Tavares nos últimos dias do ano passado demonstrava o interesse político de encerrá-lo. No dia 28 de dezembro, por exemplo, o próprio coronel promotor Villaroel obrigou-se a atitude que as autoridades militares uruguaias não costumam cultivar e telefonou para o advogado uruguaio de Tavares, o dr. Bernardo Del Campo. Apressadamente, marcou hora para a denúncia do brasileiro no fim daquela mesma manhã e explicou ao surpreso Del Campo que não iria solicitar uma pena entre dois a seis anos, conforme o código penal. Graças às atenuantes do caso, pediria a metade da pena mínima, ou seja, um ano.

Diante disso, Del Campo habilitou-se a solicitar a liberdade provisória do cliente enfim concedida no dia 5 de janeiro, após Tavares ter passado 175 dias no cárcere. Tranqüilo em seu gabinete, no mesmo dia 28, Bernardo Del Campo, 48 anos, natural de Montevidéu, advogado e assessor do governo no Banco de Previdência Social do Uruguai, conseguia animação para tentar esboçar uma análise do país.

"O Uruguai só tem uma saída", dizia ele. "É ser anexado pelo Brasil ou pela Argentina. O país está morrendo economicamente, mais de um milhão de uruguaios deixou sua terra. Na Guerra do Vietnã não conseguimos vender carne como fizemos na Coréia e antes nas guerras mundiais. É o fim, é a morte econômica. Mas o país está pacificado, a subversão está acabada, o Uruguai está pronto para ser integrado por outro país. Ninguém precisa mais temer os tupamaros, estão todos acabados."

Porque Bernardo Del Campo, esse advogado com fama de reacionário e que costuma vir a Pelotas freqüentemente para tratar do inventário de um certo Comendador Correa, cuja fortuna espalha-se pelo Uruguai e pelo Brasil, foi escolhido para defender Flávio Tavares? Dizem os amigos do jornalista, que se mobilizaram na contratação de um advogado, que o primeiro profissional procurado negou-se a ser o defensor de Tavares apenas duas horas depois de ter aceito o caso. Del Campo foi procurado quando descobriu-se que justamente por ser um homem identificado com o governo ele teria facilitado os caminhos para chegar ao até então desaparecido jornalista.

Sua contratação deu-se na segunda-feira, dia 18 de julho, quando Flávio Tavares estava sumido desde o dia 14. No dia 21, uma quinta-feira, Del Campo já tinha localizado seu cliente prisioneiro no que define vagamente como "um corpo militar". A 2 de agosto conseguiu que Flávio fosse transferido para a prisão do Cárcere Central de Montevideo, localizado na esquina das ruas Yi e San José, a uma quadra da movimentada Avenida 18 de Julho. Ali, como diria o jornalista a amigos, cessaram as torturas de que fora vítima durante os 19 dias anteriores.

"A cela onde estou é do tamanho de uma cama de casal e o calor insuportável", escreveu Flávio a um amigo. Queixava-se também da falta de um tratamento médico adequado à doença contraída no México, uma espécie colite crônica só amenizada com a ingestão de remédios especiais e que exige exames mensais. Elogiava a comida feita pela mãe do colega uruguaio Graziano Pascale e durante uma entrevista para a televisão, onde aparecia muito magro, com os olhos fundos, ressaltou que era bem tratado "naquele local".

O que enfrentou durante os 19 dias que esteve prisioneiro no quartel militar para onde foi levado na noite de 14 de julho, Flávio Tavares não narrou aos telespectadores uruguaios. Muito provavelmente a maioria não precisaria exercitar a imaginação para calcular o que havia passado àquele homem de feições tristes e sofridas. As torturas infligidas pelos órgãos policiais uruguaios são hoje de conhecimento público no país que detém a espantosa quantia de um preso para cada 600 habitantes. Mas se acabaria sabendo o que tinha acontecido com Flávio Tavares através de outros presos, em conversas trocadas entre policiais e por meio de sorrateiros bilhetes que acabavam atingindo o destino certo.

Por um desses canais escorrera a informação de que o jornalista tivera a honra de

Del Campo, com fama de reacionário

ser um dos primeiros a conhecer um novo tipo de pau-de-arara, há pouco estreado nas prisões uruguaias. Esta engenhosa novidade mantém o torturado em posição vertical, de pé, suspenso somente pelos braços que são amarrados a um pau. Os pés mal tocam no chão e aos poucos o corpo vai sendo invadido por uma paralisia que escala progressivamente os membros, até provocar uma sensação de sufoco, de falta de ar, que torna a morte iminente. Dependendo do humor de quem conduz o interrogatório, o castigo pode ser completado com golpes usuais, como porretadas, socos e pontapés.

Mas o que Flávio Tavares classificou, a certa altura do sofrimento, como o mais aterrador foi uma simulação de fuzilamento porque passou. A cena tinha ingredientes tão reais como o rugir de tambores e o último pedido, que ao grito de "disparar!" desferido por um oficial e ao som das balas de festim, Flávio Tavares não resistiu e desmaiou. Quando o advogado Del Campo o localizou, soube-se que seria do conhecimento dos militares uma versão que Tavares estava levando para fora do país informações secretas a respeito da ditadura militar uruguaia.

De acordo com esta versão, o jornalista teria adquirido as informações contidas em uma fita cassete e em um bloco de anotações na embaixada do México junto ao diplomata Arroyo Parra e a uma fonte militar uruguaia só identificada como "Oscar". Vale dizer que Arroyo Parra era uma figura que canalizava o ódio dos militares uruguaios ao manter sempre abertas as portas da embaixada mexicana a qualquer pedido de asilo político dos perseguidos pelo regime. Teria, também, ligações com os movimentos de oposição aos militares que se articulam fora do país — o que o tornava uma personagem não grata ao governo. "Oscar" seria representante da dissidência militar dentro das próprias Forças Armadas. Ambos eram, assim, pessoas nas quais o regime gostaria de colocar suas pesadas mãos.

Mas como tocar em um diplomata e descobrir a identidade de "Oscar"? Flávio Tavares seria o meio. No dia 14 de julho, o jornalista brasileiro havia conseguido êxito na missão que o enviara de Buenos Aires a Montevidéu ao arrancar da cadeia o colega do jornal Excelsior, do México, o correspondente uruguaio Graziano Pascale. Onze dias preso por ter enviado ao México uma notícia onde dizia que os inimigos do sistema uruguaio só tinham dois destinos — a cadeia ou o cemitério — Pascale logo após ser libertado se dispôs a conduzir Tavares ao aeroporto de Carrasco.

Após almoço passado na companhia do ex-governador gaúcho Leonel Brizola, Tavares foi visto pela última vez na Rua Rio Negro, no centro de Montevidéu, dentro do Fiat-850 de Pascale. Entre este período e as 19h, quando embarcaria em um avião da Aereolíneas Argentina para pousar 30 minutos depois em Buenos Aires, é que Tavares teria encontrado Parra e "Oscar". Ao fim do encontro, novamente no carro de Pascale foi conduzido ao aeroporto. Despediu-se do colega no saguão e rumou para o corredor de embarque. Ao retornar ao carro, Pascale foi interpelado e revistado pela polícia que concluiu o encontro com um decidido "não é este". Pascale tranqüilizou-se e foi embora, enquanto Tavares era detido alguns metros adiante, integrando-se no rol dos 126 jornalistas presos na América Latina, 33 só no Uruguai em 1977.

Se saberia mais tarde que semelhante atitude policial estava preparada para Arroyo Parra — mas que estranhamente o diplomata não se decidiu a abandonar a embaixada como fazia costumeiramente às 19h. Na segunda-feira, quando a mulher de Tavares ligou enganadamente para o Hotel Balfer (Tavares hospedara-se no Hotel Iguassu) à procura do marido, Pascale foi o primeiro a ser procurado pelos amigos do jornalista. "Ele embarcou quinta-feira", jurou Pascale. "Eu mesmo levei-o até Carrasco." Mas isso todos compreenderiam imediatamente: não queria dizer que Flávio tivesse realmente embarcado, como de fato Bernardo Del Campo descobriria no dia 21. Enquanto isso Arroyo Parra já estava no México e "Oscar" virava um fantasma importante.

Para Flávio de Freitas Tavares, nascido a 12 de junho de 1934, na cidade gaúcha de Lageado (a 100 quilômetros de Porto Alegre), onde viveu até os 15 anos quando foi morar na capital, começava um período de insegurança, aflição e torturas. Acusado de espionagem pelo governo uruguaio, enfraquecido também pela doença que contribuiria para rebaixar seu peso de 60 para 37 quilos, o jornalista passou a compartilhar as horas de agonia com parentes, amigos, colegas e políticos que se solidarizaram com sua situação. "Para o governo uruguaio", escreveria Flávio em carta do dia 10 de setembro, "todo jornalista deve ser um espião. Acho esta acusação ridícula, absurda e infantil".

Numa carta à sua mãe, Olívia Tavares, de 78 anos, que mora em Porto Alegre, Flávio elogiava a atitude do governo brasileiro por não tê-lo aceito como prisioneiro e ao presidente Ernesto Geisel por ter ordenado à embaixada que acompanhasse o caso de perto. Contava que já tinha sido visitado pelo cônsul brasileiro no Uruguai e queixava-se da doença, "essa que os médicos para não complicar chamam de entero-colite crônica". Confirmava o recebimento da Oração do Padre Antonio e da medalhinha de Santa Terezinha, sua padroeira. Terminava assim: "Abraços e beijos. Rezo diariamente, mãe".

Em meados de outubro outra carta que ainda encontrou sua mãe na cama, vítima de hepatite, mostrava uma melhor disposição do prisioneiro. Estava se alimentando de arroz integral, carne e ovos, tinha planos de pôr em prática a idéia de um livro e, embora soubesse que no fim do ano a justiça uruguaia tornava-se mais lenta ainda, confiava que "mais dia menos dia serei libertado". Mandava dizer que o filho mexicano Camilo já tinha perdido dois dentes de leite.

Em dezembro seria visitado pela mãe que o achou muito abatido mas otimista. Dona Olívia assistiria, porém, episódios tristes. No dia 3, quando filho de Flávio completava seis anos, os policiais impediram seu ingresso no Cárcere Central para dividir um bolo com o pai e reduziram as visitas dos parentes de dois para um único dia, o domingo. Ao voltar ao Brasil, dona Olívia trouxe uma impressão menos apreensiva do filho. Magro e com um começo de laringite, Flávio encontrou ânimo para, ao despedir-se, pedir-lhe que enviasse marmelada brasileira para a cadeia. Era seu doce preferido quando guri.

4 cadáveres nos pés do delegado

Os quatro homens, pacificamente, entram no camburão da polícia, alheios ao mormaço que havia feito do dia um inferno e que prometia prosseguir noite afora. O ato é absurdo mas de rotina: a porta traseira do veículo é trancada, um policial sobe na cabine, liga o motor, manobra e entra de ré na garagem da Delegacia. Em seguida, o homem sai e tranca também a porta da garagem. Os familiares dos presos, prudentemente colocados na calçada oposta, já não têm mais o que assistir e retiram-se do local. Tratar da vida, são quase 19 horas.

Às nove horas da manhã seguinte, o sol forte prenuncia mais um dia de modorra e de calor de verão. Mas o inspetor Léo Ivanderli dos Santos, 27 anos, seis de vida policial — responsável pela Delegacia — entra na garagem e esquece temporariamente o mormaço: ao abrir a porta do camburão, quatro cadáveres malcheirosos caem a seus pés. Não houve um bom-dia ou um palavrão. A cena policial, desta vez, não tinha dado certo.

A morte dos quatro agricultores sem terra, na Delegacia de Tenente Portela, área de segurança nacional (município de fronteira), foi um tiro forte demais para as autoridades — um tiro pela culatra, causador de situações bastante embaraçosas. Na defesa dos policiais, só saíram as vozes minguadas dos familiares do inspetor Léo, que desculparam a prisão no camburão e a asfixia dos detidos pelas precárias condições de trabalho oferecidas pelo governo à polícia. Esse culpado, o governo. E o governador gaúcho, Sinval Guazzelli, não perde tempo, e exige um inquérito público imediato, mas esquece — insinua a oposição — que já deveria ter providenciado um prédio para o presídio local.

Tentente Portela, com um efetivo policial civil e militar que não vai além de 10 homens, teve que ser reforçada com 25 PMs da cidade de Três Passos. E o povo lembrou velhos casos esquecidos — casos semelhantes, de gente sem terra que morre porque trabalha e ganha pouco, bebe e briga.

"Eu vou consumir com vocês hoje!", ameaça o inspetor Léo, intimidando os envolvidos na briga ocorrida há poucos instantes na frente da estação rodoviária da cidade. Virgílio Medeiros, um dos brigões, apenas levanta a cabeça e olha para o policial. Mas Clotilde, sua companheira, chama a filharada para fora do saguão da Delegacia e fica na calçada em frente. Os policiais, enquanto isso, conduzem Virgílio, seu filho Adão, o genro Ladislao e um desconhecido, também chamado Ladislao, para o interior do camburão. Pela briga, paga-se com cadeia. Mas não há cadeia, e os quatro passarão a noite no xadrez da viatura policial.

Clotilde, na calçada, fica resmungando pragas, lamentando o azar. Logo agora foi acontecer isso — agora, que a vida estava se ajeitando melhor. Em todo caso, o companheiro e os parentes serão soltos amanhã de manhã, e todos poderão então embarcar para Miraguaí, plantando na terra que o genro Ladislao conseguiu com parente chegado. Depois de 22 anos de vida e oito filhos com Virgílio, vai ser a primeira vez que vão poder plantar por conta própria, sem patrão. Virgílio já havia trabalhado para terceiros em Ijuí — onde nasceu há 44 anos — em Horizontina, em Tenente Portela, em Três de Maio em Tuparendi.

juan gomes

A cela era improvisada, o delegado improvisado: de quem é a culpa?

Em Tuparendi, aconteceu a decisão. Um dia Ladislao chegou e disse: "Vamos todos para Miraguaí, sogro". Eva, a filha do casal, 17 anos, esposa de Ladislao, no quarto mês de gestação, foi quem convenceu Virgílio e Clotilde a mudar de vida: que, afinal, eles tinham que aceitar trabalhar por conta própria, que aquilo não era vida ("... o patrão só quer que a gente trabalhe acampado. Trabalho só por dia de capina, Cr$ 50,00 seco, e são duas colônias, 50 hectares para cuidar, e é só arcando na roça, trabalhando, trabalhando...").

E foram. Foram Virgílio, Clotilde, a filha Eva, o genro Ladislao, o filho Adão que vai para o quartel logo que for solto do camburão, o filho Leonel que está só com 15 anos, e mais a Cenilda, com 12, o João Alair, com 11, o Claudino, com oito, a Cleusa Rosana, com seis, e o pequeno Claudir, que daqui há dois meses faz o segundo aniversário, mas que ainda chora quando não lhe deixam mamar no peito.

O patrão, Aldino Valemback, percebeu o descontentamento daquela família que há mais de três anos morava em sua terra, vivendo embaixo de um amontoado de tábuas velhas, num potreiro da propriedade. Percebeu, mas não deu importância. Deixou que fossem, e até ajudou a pagar a passagem do ônibus que os levaria a Tenente Portela.

Em Tenente Portela, a família se dirigiu até a casa do sobrinho de Virgílio, João Francisco Rodrigues da Silva, outro agricultor sem terra, que vive agregado num pequeno minifúndio de sete hectares em Parezinho, a cinco quilômetros da cidade. Em sua casa, onde vivem apenas três pessoas — ele, a mulher e um filho de três meses — João Francisco abrigou os parentes. E, de repente, a maloca estava abrigando 14 pessoas, sabe-se lá como. Mas foi só de um dia para o outro, de uma segunda para uma terça-feira.

Na terça, a família de Virgílio foi para a cidade, tomar o ônibus para Miraguaí. Enquanto as mulheres ficaram na rodoviária esperando o ônibus, os homens foram beber alguma coisa pela redondeza. No bar de Laudino Utzzig, ex-vereador pelo PTB, tomaram uns "martelos". Adão preferiu guaraná. Depois, atravessaram a rua e foram até o Bar e Mercado Barth, onde cada um tomou mais dois "martelos", durante 10 minutos.

Virgílio e Ladislao, segundo os proprietários dos dois bares, estavam um pouco alterados, mas não bêbados. Em todo caso, pelo álcool ou por distração, Ladislao entrou no ônibus que ia para São Pedro, pensando que era o de Miraguaí. Ao se dar conta do erro, e depois de um bate-boca com alguns passageiros, desceu apressado, esbarrando em alguém que subia, um rapazinho. O rapazinho empurrou Ladislao e recebeu um soco de volta. Virgílio interferiu, quis saber o que estava acontecendo, e foi ameaçado pelo cobrador do ônibus, que estava armado com uma chave de roda.

Mas as mulheres, aos trancos, puxaram os brigões para o outro lado da rua, à custa de tapas e empurrões. O rapazinho empurrado enquanto subia no ônibus, então voltou à cena, e se agarrou com Ladislao, iniciando a briga propriamente dita, que envolveu, ainda, os familiares e outras pessoas que estavam pelos arredores. Inclusive o soldado PM Adelar Monteiro, que acabou sendo agredido.

O interventor de Tenente Portela, Israel Capelari, no momento da briga, encontrava-se às voltas com um conhecido biscateiro, que tentava comprar fiado em seu supermercado. Ladislao Pluta, o biscateiro, estava bêbado — e por isso foi convidado a se retirar. Na rua, em frente ao supermercado, a 50 metros da rodoviária, perceberam a briga e cada um correu para um lado: o prefeito para o telefone, para chamar a Brigada Militar, e Ladislao direto para o meio da confusão, entrando gratuitamente na briga.

Mas o soldado PM Adelar Monteiro conseguiu dominar a situação, levando os briguentos até a Delegacia. Adão, o filho mais velho de Virgílio, que não se sabe por onde andava, chegou quando a luta estava terminada. Foi até a Delegacia para ver o que estava acontecendo. Lá, encontrou um clima tenso: sentados, um em frente ao outro, Virgílio e Ladislao apresentavam leves cortes, um na testa, o outro no nariz. Clotilde, nervosa, não arredou pé do local. E percebeu quando um "sargento" (homem de farda) perguntou para seu marido: "O que houve com a sua mão?" Referia-se à falta de três dedos na mão esquerda de Virgílio, perdidos numa máquina de engenho quando tinha 12 anos. Antes que Virgílio conseguisse responder, o soldado pegou a mão atrofiada do detido e a jogou com força contra o próprio rosto do agricultor.

Clotilde chegou a ficar irritada quando escutou o "delegado" (inspetor Léo) mandar seu filho Adão embora. "Porque o praça chamou ele, dizendo que ele estava na briga. Coitadinho do meu filho, estava fora, só foi ver o que iam fazer com o pai e ficou junto". O menino Leonel, do lado de fora do prédio, foi quem ouviu o inspetor dizer: "Eu vou consumir com vocês hoje!"

Meia hora depois, os detidos, ao invés de serem enviados para o presídio de Três Passos, o mais perto, foram colocados no interior do camburão. A "gata preta", como é chamada a viatura policial por alguns moradores do local, seria aberta no outro dia pela manhã.

No outro dia, pela boca de um vendedor de picolés, Clotilde soube que os motoristas de táxi da cidade andavam

ASSINE DE FATO

Nome _____
Profissão _____ Idade _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____
CEP _____

O interessado deve enviar pelo correio o cheque nominal ao Jornal DE FATO — Avenida do Contorno 2399 — fundos — Floresta — B.H. — CEP-30 000

Assinatura anual
$ 100,00

Composição (com revisão) e fotolito

O Núcleo Industrial da Coojornal, responsável pela qualidade técnica de nossas publicações, está comercializando seus setores de composição e fotolitos. Consulte-nos sobre prazos e orçamentos e teste a nossa qualidade. Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — Fones: 21-8984 e 24-0951.

cooJORNAL

Léo, delegado improvisado

fotos de juan gomes

Leonel, 15 anos: testemunha da tragédia e herdeiro dos problemas

Prefeito: e imagem externa?

falando que, no camburão, todos tinham morrido. Ficou braba e encheu o guri de desaforo, porque pensou que fosse uma brincadeira. Mas, desconfiada, mandou o filho Leonel saber da verdade: desconfiada porque, às 9 horas, como tinha sido combinado, não encontrou nem o companheiro, nem o filho, nem o genro soltos, na Delegacia. Às 9, quando foi até a polícia, o inspetor Léo mandou que voltasse às quatro e meia, que então seriam levados a Miraguaí. Uma mentira.

Um pouco antes do meio-dia, o inspetor Léo chegou em casa e pediu para a mulher apurar o almoço, pois estava com pressa — "e tinha que levar um morto para o médico legista". O sogro, o fotógrafo profissional Paulo Peters, 57 anos, estranhou a atitude do inspetor, que não costuma realizar pessoalmente esse tipo de tarefa. A mulher serviu o almoço, mas Léo não pôde comer. Largou o garfo no prato e justificou-se: "Não posso comer, estou sentindo cheiro de morto". Em seguida, acompanhado de outro inspetor, de nome Luís Otávio, Léo saiu de casa.

O velho Paulo ficou preocupado. E então, através do inspetor Egervi, colega de seu genro, ouviu a terrível verdade: "Paulinho, já sabes da última? O Léo botou quatro no camburão e quando ele foi abrir a porta caíram nos pés dele, mortos. Eu, como não tenho nada com isso, vou embora porque estou de férias. Tchau!". Mais tarde, no bar do Hotel Avenida, o fotógrafo, revoltado, dava discursos:

— São quatro famílias que choram, filho, porque sofrer só pela falta de um cubículo dois por dois. Levaram a notícia para todo o Brasil e não existe nenhuma alma que defenda este inocente. Era o único policial justo que ninguém compra em Tenente Portela. Não existe profissional como o Léo. Levanta às quatro da manhã para olhar os presos. Mas aqui existe outro boi na linha. Tem crime. Existem outros fatos que agora eu não posso dizer. Eu já vi outra vez três presos ficarem horas no sol dentro do camburão e não morreram, por que agora iam morrer? Se não temos segurança aqui, o governo está roubando votos. Se existisse uma cadeiazinha, não acontecia nada.

O inspetor Luiz Otávio interrompe o discurso. Aos repórteres que ouvem o velho, diz sem rodeios: "Estou acompanhando os passos de vocês direitinho, mas tem volta, tem volta. Até Jesus Cristo voltou, dizem, por que não vai ter volta?"

Na praça, a cena era de desespero. Sentada num banco, Clotilde estava sendo consolada por dezenas de populares, políticos, e até a Câmara de Vereadores foi colocada à disposição para servir de local para o velório dos corpos. A população, enquanto isso, achou que o município ficava em má situação — o que não iriam falar, por aí afora? Houve até quem sugerisse o mesmo tratamento — passar uma noite no camburão — para o inspetor Léo. Em seu bar, o ex-vereador petebista era especialmente corajoso:

— Matou, está solto e agora está ameaçando matar mais cinco. Quatro já estão mortos. A obrigação era fazer os curativos primeiro e depois, se não tem cadeia, algemar e deixar no pátio. Uma noite quente dessas... por isso que o povo está revoltado.

E as velhas histórias. Amigos do agricultor Angelo Gobbi Marcheti já conheciam os inspetores Léo e Luiz Otávio de

Clotilde e o que restou da família: um novo casebre e desesperança

outras vezes. No dia quatro de abril do ano passado, Angelo Gobbi, agregado numa propriedade do interior do município, recebeu uma intimação para comparecer à Delegacia. Havia uma queixa contra ele. Às quatro horas da tarde, a "gata preta" parou em frente a sua casa, e os dois inspetores desceram do carro. "O senhor não compareceu lá hoje", teria falado o inspetor Léo. O agricultor Angelo, então, foi colocado dentro do camburão:

— Mas ao invés de me levarem prá delegacia, me levaram para o putedo, onde demoraram mais de duas horas. Sorte que não trancaram o xadrez, eu pude sair e fui até a Delegacia. Lá, não me fizeram nada, me soltaram e eu vim a pé prá casa.

E casos e mais casos. Um deles, dizendo até que, há cinco anos, já havia morrido gente no camburão. Mas a polícia diz que o camburão está há menos de dois anos em Tenente Portela. Outras duas histórias, no entanto, não são desmentidas: uma, de quatro meninos que passaram cinco dias no interior do camburão, há seis meses, e a outra envolvendo o pedreiro Ereci Vargas de Castro, de 29 anos, que passou uma noite no xadrez metálico, depois de detido pelo inspetor Luiz Otávio. "Sorte" — diz o pedreiro — "que a viatura ficou fora da garagem, senão eu tinha morrido"

No terceiro dia de drama, a cidade esperava os corpos, que chegariam da capital. Em Santa Rosa, município próximo a Tenente Portela, não houve aparelhagem para o teste de teor alcoólico — a causa da morte alegada, em princípio e com prudência, pelas autoridades. Clotilde e os filhos, bem cedo, instalaram-se outra vez na praça, em frente à Prefeitura, reiniciando a aglomeração.

Ninguém apareceu para reclamar o corpo de Ladislao Pluta. "Esse morreu à toa, só porque estava bêbado" — foi o comentário do prefeito-interventor, dirigido a seus assessores. Ou "entrou de gaiato na história", segundo o delegado de Santo Augusto, Aristóteles Bridi, designado para dirigir os interrogatórios. Este, até acha que "a oposição vai tirar partido, mas a prefeitura não pode ser responsabilizada por um deslize de um funcionário". Já o prefeito acredita que a morte dos quatro agricultores "não afeta a política, porque os policiais nada tem a ver com a Arena. Quanto à política interna, não afeta nada, pode alterar a política externa, em relação aos direitos humanos." Uma séria preocupação. "A gente gosta de promoção pelo trabalho e pelo progresso, mas a cidade se promoveu por um ato de insegurança. E isso coloca a prefeitura em situação bastante difícil, mas acredito que não haja influência no ritmo de crescimento do município." A não ser, talvez, pelos Cr$ 10 mil que o prefeito calcula como despesa do município com o caso da morte no camburão.

Os corpos, finalmente, chegaram à cidade por volta das 16h30min, sendo recepcionados por cerca de 1.500 pessoas, em frente à prefeitura. E, por entendimentos entre o prefeito e o tenente Francki, do 7º Batalhão da BM de Três Passos, não foram velados na Câmara de Vereadores, como era esperado, e sim logo enterrados. A multidão seguiu os caixões até o cemitério. E lá, durante a encomendação, um tumulto interrompeu o padre Guido, da paróquia católica local.

O padre falava sobre "o excesso de violência que nos acompanha diariamente", quando uma voz — da advogada Valdirene Garbinato — elevou-se por cima do zum-zum, para exigir "que se abram os caixões para identificação dos corpos". Foi o início da confusão: o povo invadiu e abriu os caixões, que mostraram os cadáveres por alguns minutos. Foi o suficiente para que o menino Leonel estranhasse o aspecto do corpo de seu pai: tinha um talho no braço que não era conseqüência da briga. E muitas manchas pretas nos braços e no corpo. "O pai tinha mais machucadura", observou.

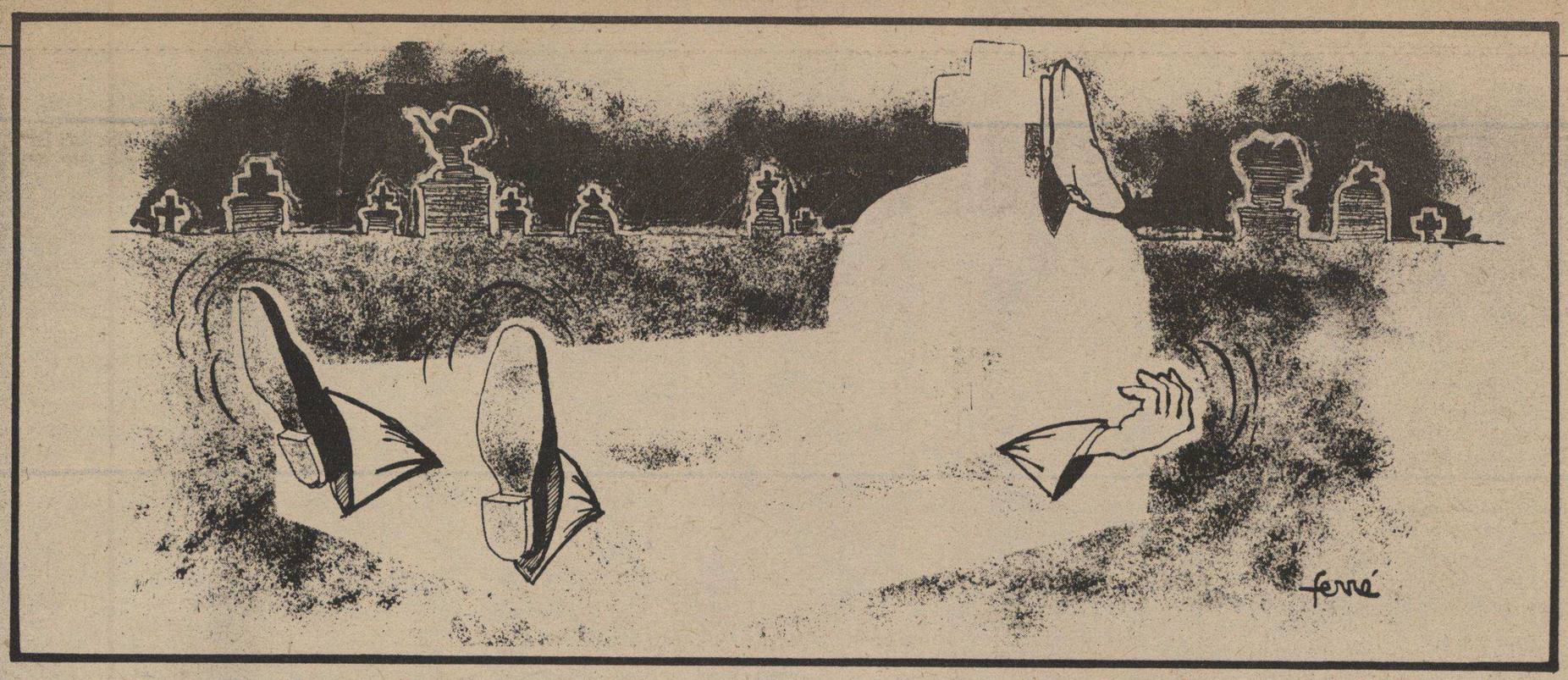
A família, depois do enterro, voltou para a casa do parente João Francisco, levando um rancho oferecido pelo prefeito e a promessa de uma casinha e um lote para plantar. No dia seguinte, a última sexta-feira do ano de 1977, a cidade acordou mais calma. O laudo médico que apontará as causas da morte ainda não foi concluído — ou, se foi, pelo menos não foi divulgado.

O menino Leonel, agora o mais velho homem da família, lastima tudo. "Não tinha acontecido nada disso se não incomodassem a gente". Em todo o caso, nem ele nem sua mãe Clotilde nem os irmãos irão mais a Miraguaí. Todos ficarão em Tenente Portela, morando na casa doada pela prefeitura.

"Há males que vêm para o bem. O que o prefeito vai fazer por essa família a imprensa não vai fazer". Foi o final feliz que o raciocínio do Delegado de Santo Augusto conseguiu para colocar um ponto final na história — um raciocínio que, certamente, leva algum rancor pelo trabalho desses metidos, os repórteres. Mas, mesmo assim o delegado concorda que não vale a pena perder marido, filho e genro para ganhar uma casa e um lote de terra. Isso, para pessoas com sentimentos. Porque os familiares dos mortos no camburão, "acho que não sentiram a morte, pelo menos é melhor do que morrer de fome por aí, como tantos". Uma história triste com um final ainda mais triste.

atendimento de problemas da infância

SAERME
Responsável Técnico: Dr. Raul Fernando Iserhard Cremers 3661
Av. Getúlio Vargas, 331 — Fone: 21-2375 — CEP: 90.000 - Porto Alegre



Os mortos querem voltar

Por Fernando Pereira, Gilberto Pauletti

Como costuma fazer todos os meses o morto ressurgiu para receber sua pensão. Poderia ser um bom início de mais um conto de ficção científica, se não estivesse acontecendo de fato, nesse Brasil de 1978. O morto é um ex-oficial general da Aeronáutica, velho e doente, que "morreu administrativamente" ao ser cassado e demitido da Força Aérea Brasileira em 1964. Como é separado da esposa, que recebe a pensão, ele precisou ameaçá-la com uma ação alimentar para poder receber a sua parte. Hoje, sem condições de trabalhar, é obrigado a se sujeitar a esta dependência.

Situações semelhantes, nunca imaginadas pelos melhores autores de ficção, são vividas diariamente por uma comunidade com mais de duas centenas de militares cassados. Só pelo Ato Institucional nº 1 foram expulsos da Aeronáutica 244 pessoas entre oficiais, suboficiais, sargentos, cabos, taifeiros, funcionários civis e alunos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica-ITA. Outros 140 foram reformados pelo mesmo ato, mas estes, pelo menos, são considerados vivos.

Pelo regulamento militar os demitidos são considerados mortos. As esposas ou filhos daqueles que tinham mais de dez anos de contribuição para o Montepio Militar recebem uma pensão. A situação pior é dos cassados que não tinham dez anos de vida militar. Estes não têm direito de receber nada.

São idosos, quietos, tensos e muito formais. A formação militar pode ser sentida desde o momento das apresentações. "Queremos nos defender perante a sociedade. Passados treze anos onde só se ouviu a voz autoritária dos que nos alijaram de nossas carreiras, nós oficiais da Aeronáutica, cassados pelo movimento de 1964, queremos a anistia e um Brasil livre, democrático e soberano", explica o ex-comandante da III Zona Aérea, major-brigadeiro Francisco Teixeira, 66 anos, sem esconder sua mágoa.

Julgados e absolvidos, quando seus processos foram enviados à Justiça, esses oficiais cassados da FAB arrastam as dificuldades que lhes foram impostas. Alguns deles, inclusive heróis de guerra, conservam suas antigas patentes quando se encontram, talvez para esconder a maior tristeza que todos têm: estão impedidos de voar, mesmo para empresas comerciais.

Numa batalha judicial silenciosa os cassados da Aeronáutica vêm lutando por seus direitos. O ex-comandante do I Grupo de Transporte de Tropas da Base Aérea do Campo dos Afonsos, tenente-coronel Paulo Mata Resende, 54 anos, junto com outros companheiros impedidos de trabalhar em sua profissão, aviador, ou mesmo no serviço administrativo de qualquer empresa de aviação, conseguiu um acórdão favorável do Supremo Tribunal Federal para voltar a voar. Mas com base na Portaria Reservada nº S-285/6M-5 de 1º de setembro de 1966, o Departamento de Aeronáutica Civil — DAC — nega-lhe a concessão deste direito. O mesmo aconteceu com o ex-oficial Ary Sayão Bastos Filho.

INCOERÊNCIAS

Ex-membro do Conselho de Segurança Nacional, o coronel Afonso Ferreira Lima, 57 anos, foi só reformado e, graças a isto, recebe seu soldo como "vivo". Ele lembra de "arbitrariedades" cometidas no afastamento de centenas de oficiais e soldados que não estavam de acordo com os objetivos do movimento de 64. "Mas as maiores incoerências vieram com o AI-5. Três oficiais que já haviam sido expulsos pelo AI-1 foram punidos pela segunda vez." Ferreira Lima hoje trabalha na administração de uma firma de engenharia.

O major brigadeiro Francisco Teixeira já esteve preso várias vezes e suspeita ter sido alvo de ataque terrorista, quando sua casa foi destruída por um incêndio ocorrido em circunstâncias estranhas. Hoje ele não existe para a instituição a que dedicou a maior parte de sua vida. O major relembra 64: "Como militares defendíamos e defendemos a legalidade. Achávamos que o país necessitava de reformas. Esse pensamento, condenado pelos revoltosos de 64, não era minoria nas Forças Armadas. Com base nesses ideais, na defesa de um Brasil livre, desenvolvido e soberano ganhamos as eleições para o clube da Aeronáutica em 63, pleito de que todos os oficiais da Arma participaram. Nunca pregamos a anarquia. Durante todo o último governo civil, eleito pelo povo, os casos de indisciplina foram cometidos por eles, os revolucionários, que se sublevaram contra o poder legitimamente constituído, como foi o episódio de Aragarças".

Ereto, com cabelo cortado como se ainda fosse militar, Teixeira continua: "Eles depois de tomarem o poder tiveram todas as possibilidades de provar que queríamos a anarquia ou o comunismo. Foram feitos rigorosos inquéritos, prisões em que algumas vezes não foi respeitado o regulamento militar. Sargentos foram coagidos a nos acusar, mas em juízo negaram todas essas infâmias, mesmo se arriscando a voltar às prisões. Éramos e somos nacionalistas. Se hoje ser patriota e democrata é crime, então nós ainda somos criminosos".

Os casos se sucedem. O filho do brigadeiro Ricardo Nicoll, aprovado no exame para o Colégio Militar, não pôde se matricular por determinação do Ministério do Exército. Expulsos do Clube da Aeronáutica os cassados estavam impedidos de freqüentar suas instalações. Isso fez com que os colegas passassem a fazer seus almoços comemorativos de fim de ano fora do ambiente militar. Há também o caso das condecorações, a maioria recebeu comunicados do Ministério para que as devolvessem.

O coronel Malta Resende, depois da demissão escreveu cartas para várias empresas oferecendo-se para trabalhar. Depois de muitas tentativas, um amigo, ex-companheiro de farda, concordou em lhe dar um trabalho temporário, sem contrato, já que qualquer vínculo contratual poderia trazer "aborrecimentos para a empresa". Ele traduzia do inglês as instruções técnicas para manutenção de aeronaves. Mas pouco depois, por "pressões", foi demitido. Passou por vários empregos e hoje é diretor técnico numa firma de clicheria.

HERÓI

Um maranhense, herói de guerra, o coronel Ruy Moreira Lima, 58 anos, foi um dos oficiais cassados que mais dificuldades teve para se adaptar à vida civil. Reformado no comando da Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, ele passou um "tempo difícil" em que tinha de vender pacote de farinha aos armazéns do Rio de Janeiro. Hoje proprietário de uma distribuidora de valores, de uma agência de turismo e de uma consultora de projetos especiais, ele lembra com melancolia daquele tempo em que saía pela rua do Acre gritando com os comerciantes portugueses para vender seu produto.

O coronel Moreira Lima foi um dos combatentes da FAB na II Guerra. Por suas ações nos céus da Europa foi condecorado com a Cruz de Bravura Americana da USAF (Força Aérea Norte-Americana) e a "Distinguished Flying Cross", do Congresso norte-americano. Das mãos do presidente da França, Charles De Gaulle, recebeu a Cruz de Guerra com Palma, por ter destruído uma base de foguetes V-2, com que os alemães pretendiam destruir Paris. Tem ainda quase todas as medalhas mais importantes da Aeronáutica Brasileira e outras do Exército e Marinha nacionais.

"Na FAB éramos 45 pilotos, nove morreram, cinco caíram prisioneiros dos alemães combatendo os nazi-fascistas", explica orgulhoso o coronel aviador. Hoje ele escreve um livro sobre a participação da FAB na Guerra e tem uma cicatriz no olho resultado das queimaduras que sofreu quando seu avião incendiou.

Foi um dos introdutores da aviação de caça no Brasil e criou o Grupo Especial de Transporte da Presidência da República, tendo pilotado aviões dos presidentes Getúlio e Juscelino. Fez vários cursos na Europa e Estados Unidos e finalmente comandou a Base de Santa Cruz, onde hoje está proibido de entrar, apesar de receber todos os anos convites do Ministro do Exército para participar de solenidades.

Ao saber que ia ser preso pela polícia política em 64, Moreira Lima telefonou ao Ministério da Aeronáutica avisando que estava armado e não iria permitir a violação do Código Militar, que prevê nestes casos que a prisão seja feita por um oficial de patente igual ou superior. Cercado pelo Exército em Santa Cruz, ele recebeu seu substituto, coronel Esron Correia Pires, dizendo que só passaria o comando no dia seguinte, com "banda, guaraná e salgadinhos", o que realmente aconteceu.

Presos em vários quartéis, os oficiais da Aeronáutica foram depois transferidos para o navio Princesa Leopoldina para dar início aos inquéritos. Durante quase 50 dias embarcados foram interrogados, primeiro pelo marechal Guedes Muniz, que depois foi afastado. O novo encarregado do processo, marechal Ajalmar Mascarenhas, à medida que ia ouvindo os presos, foi colocando-os em liberdade. Todos foram reformados, mas nada ficou provado. Moreira Lima diz que teve tratamento indigno, "sendo colocado na parte mais baixa do casco, sem lençóis, cobertores ou toalhas. A comida era péssima e fiz greve de fome. Depois de sete anos fui absolvido na Justiça".

O coronel aviador tentou trabalhar na Empresa Aérea Paraense, mas o DAC não lhe concedeu licença. Trabalhou depois na empresa de Carrocerias Grassi, até que descobriram que era ex-coronel. Informaram que a empresa devia favores ao Banco do Estado de São Paulo e que Adhemar de Barros, o governador paulista de então, era revolucionário, foi demitido. "Depois fui vendedor de farinha, tempo em que aprendi muita coisa", em seguida vendedor de sepultura do ossuário da Catedral do Rio, vendedor de vagas em garagens e finalmente vendedor de casas pré-montadas. "Daí em diante a coisa começou a melhorar, consegui capital para fundar minha distribuidora de valores... Olha, quando os rádios dizem que reina paz na família brasileira eu só posso dizer que na nossa não."

ORGULHO

Recrutado em 1956 pela Junta da Base Aérea do Campo dos Afonsos, A.R.S., então com 19 anos, inciava sua carreira na Força Aérea Brasileira. Cinco anos depois, quando da renúncia do presidente Jânio Quadros, ele e seus colegas sargentos da Aeronáutica manifestaram-se pela legalidade constitucional, ou seja, a posse do vice-presidente eleito, João Goulart. "Tomamos uma posição política — explica — porque achávamos que um vice-presidente eleito tinha de tomar posse. Não tínhamos muito conhecimento de causa, mas nos baseávamos no princípio da legalidade. Se o povo votou a gente tinha que garantir a posse."

A.R.S. lembra que as divisões na Aeronáutica começaram com a discussão sobre a inegibilidade dos sargentos para cargos legislativos, pouco antes de 64. "Me lembro de um coronel que disse, num discurso, que não chamaria sargento de excelência. Isso uniu ainda mais os sargentos. O pessoal do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul não gostou." Veio o 31 de março e ele servindo na III Zona Aérea ficou novamente a favor da legalidade. "Não concordava que um grupo de militares mudasse o governo. Impedimento para um governo eleito, só com o Congresso aprovando. Isso estava na Constituição. Mas depois de quatro ou cinco horas no QG, senti que tudo estava liquidado."

Processado, ele foi preso e levado para Santos. Lá estavam mais de cento e poucos colegas, entre cabos, sargentos e suboficiais. "Fiquei preso 136 dias e no dia 26 de agosto de 1964 fui demitido pelo AI-1. Como tinha apenas 8 anos e 9 meses de serviços prestados não atingi o limite mínimo de dez anos para ter direito a pensão de morto." Foi sustentado pelo pai, enquanto procurava emprego. Mas como sua carteira estava anotada com a demissão pelo AI-1 ninguém o aceitava. Depois foi pintor de parede, fiscal de terminal rodoviário, entregador de encomenda de armazém, e vigia noturno de obras, enquanto a mulher lavava roupa para fora. Hoje tem 40 anos e um casal de filhos. Recentemente a filha teve uma surpresa ao ser escolhida no colégio para receber os cumprimentos do presidente Geisel, em uma visita oficial. Ao apertar-lhe a mão o presidente disse à menina de 14 anos: "Você deve se orgulhar do seu pai" e ela respondeu afirmativamente.

Premiando a atualidade

Por Riomar Trindade, Waldoar Teixeira

Durante a guerra do Vietname, Luis Edgar de Andrade — correspondente brasileiro no Extremo Oriente — foi acordado às pressas por um oficial americano, na base da Da Nang. Surgira a esperada vaga em um avião que seguiria imediatamente para Ke San, fronteira do Laos cercada pelos vietcongs há três meses, onde já tinham morrido quatro jornalistas estrangeiros. Então, um velho correspondente de Guerra olhou-o paternalmente e disse: "Meu filho, nem que você viva 100 anos jamais esquecerá os horrores de Ke San".

De volta ao Brasil — após seis ou sete anos de intensa atividade profissional na Europa e na Ásia — em 1969 Luis Edgar é classificado em primeiro lugar no Prêmio Esso de Jornalismo, com uma série de reportagens sobre psicanálise. Em discurso ao receber o prêmio, ele contou a história acima e lamentou ser premiado por um trabalho de cunho científico. E justificou que, na verdade, já esquecera os horrores de Ke San, mas nunca conseguiria esquecer os gritos ouvidos numa cela brasileira. E lamentou, da mesma forma, não poder ser premiado escrevendo sobre fatos da atualidade brasileira. Os jornais estavam sob censura.

O protesto de Luis Edgar de Andrade foi o único que se conhece feito por um ganhador do prêmio maior do concurso, embora desde 1964 a premiação dessa linha de trabalhos científicos ou eminentemente técnicos — quando não futebolísticos — tenha sido uma constante, o que resultou num visível desprestígio do Prêmio Esso, entre a classe jornalística durante esse período. Entretanto, os coordenadores do concurso, o maior do País, que completa 23 anos consecutivos em 1978, afirmam que nunca houve uma mudança de critérios na seleção dos trabalhos.

O primeiro coordenador do Prêmio Esso, Lydio de Souza (repórter de economia de O Globo) e responsável por sua instituição, em 1955, juntamente com Nei Peixoto do Valle, diz que o concurso sofreu modificações: mas atendendo à solicitações da própria classe e sem nunca alterar sua filosofia básica, que é de estimular o aperfeiçoamento profissional, premiando o esforço do jornalista no sentido de retratar a evolução da conjuntura política, econômica, social e cultural da sociedade brasileira.

A principal modificação de que fala Lydio de Souza, ocorreu em 1962, quando o concurso passou de Prêmio Esso de Reportagem para Prêmio Esso de Jornalismo, abrangendo inclusive a reportagem fotográfica. "Porque uma boa foto pode ter maior expressão jornalística do que um texto" — como diz Olavo Luz, coordenador do concurso há seis anos.

Carga de Cavalaria. **No Parque Marechal Osório, no Rio Grande do Sul, Antonio Vargas (33 anos), da sucursal de O Estado de S. Paulo, colheu esta foto, que ganhou para a fotografia, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio regional do Esso de Jornalismo.**

Mas, se não mudaram os critérios, como se justifica a premiação de trabalhos que nem de longe traduziam "a realidade da vida nacional, opondo a informação à desinformação", como justificou a comissão julgadora do ano passado? O diretor de jornalismo de O Globo — jornal que proibiu seus repórteres de concorrerem ao prêmio — Evandro Carlos de Andrade, discorda dos coordenadores do concurso.

— A experiência nos mostrou que o critério de composição do júri, sendo arbitrário e correspondendo a desígnios insondáveis da empresa que promove o concurso, acaba resultando em julgamentos extremamente subjetivos , afirma Evandro. E acrescenta: "As idiossincrasias do relator acabam conduzindo o júri a aceitar e encampar o juízo absolutamente pessoal e, com muita freqüência, preconceituoso".

A revista Veja também não participa do prêmio, mas por razões opostas às de O Globo: a censura. A equipe de Veja argumenta que se não há condições de veicular a realidade nacional, princípio básico do concurso, não há razão para concorrer. Uma justificativa cabal, embora sejam apontados também outros motivos, como uma certa mágoa por parte da revista, que nunca foi apontada para um prêmio de contribuição ao jornalismo.

O coordenador Olavo Luz — que afastou-se da atividade jornalística e hoje dirige uma agência especializada em assuntos ligados ao setor — explica a atribuição dos prêmios a trabalhos científicos ou técnicos com o argumento de que "o concurso reflete sempre a tendência do jornalismo da época" — o que equivale a dizer que a pobreza dos trabalhos inscritos não é culpa do Prêmio Esso, mas da conjuntura política nacional e sua repressão à imprensa.

Entretanto, nos dois últimos anos o concurso sofreu uma virada capaz de recuperar-lhe o prestígio. Em 1976, atribuiu o primeiro prêmio nacional à equipe de O Estado de S. Paulo responsável pela série de reportagens intitulada *Assim vivem os nossos superfuncionários* — um trabalho respeitável e corajoso que denunciou à Nação as despesas absurdas com a mordomia nos altos escalões governamentais.

No ano passado, o primeiro prêmio foi concedido aos repórteres cariocas Luiz Valério Meinel e Amicucci Gallo, que concorreram com *O Assassínio de Cláudia Lessin Rodrigues,* publicada na revista Veja. O fato da matéria premiada ter sido publicada na Veja justifica-se: ambos os repórteres trabalharam como *free-lancers*.

Murilo Mello Filho (editor político de *Manchete* e diretor executivo do Grupo Bloch), que integrou o júri de 77, explica a premiação ao *Caso Cláudia:* "O critério foi de premiar o esforço dos repórteres, que chegou inclusive a reverter a tendência reinante do caso. Até então, o rumo das investigações levavam a crer que Cláudia Lessin havia morrido noutro local, não no apartamento de Michel. Foi o esforço dos dois repórteres que mudou o rumo de tudo."

Mas aqui vai uma *pedrinha* do redator-chefe da Veja, Carmo Chagas: ele diz que, apesar do grande mérito dos dois repórteres na reportagem de Cláudia Lessin, outras pessoas trabalharam na matéria; inclusive a indicação para que eles chegassem até o tal patologista foi fonte da própria revista — que significa que outras pessoas também deveriam ser premiadas.

A verdade, porém, é que nos dois últimos anos o Prêmio Esso de Jornalismo contemplou dois bons trabalhos de atualidade — na opinião dos coordenadores, também reflexo do jornalismo da época, favorecido pelo relativo afrouxamento da censura e das pressões. O concurso continuará nesse nível? Ao que parece, dependerá da liberdade de imprensa, hoje apenas consentida, o que aliado ao condicionamento à autocensura não nos autoriza a sonhar com grande futuro.

Principalmente na Região Sul, a imprensa continua autocondicionada. Tanto que nos últimos dois anos os primeiros lugares do Prêmio Esso regional foram ganhos por fotógrafos. Em 1976, foi contemplado o fotógrafo Mário Nunes, com um flagrante de agressão policial, publicado no Diário do Paraná. No ano passado, foi premiado o fotógrafo Antônio Luiz Benck Vargas, da sucursal de O Estado de S. Paulo em Porto Alegre. O prêmio foi concedido "pela capacidade profissional, que soube captar a tradição gaúcha da carga de cavalaria, fundindo o velho com o novo, e integrando o soldado à paisagem" — segundo o relatório dos jurados.

Convém lembrar que, apesar da liberdade consentida, os tempos já não são os mesmos em que Luis Edgar de Andrade arriscava-se ao lamentar o fato de estar sendo premiado por uma reportagem sobre psicanálise, por absoluta impossibilidade de retratar o clima de tortura reinante no País com o endurecimento do regime, em 68/69.

Vinte e um anos de concurso

A queda de qualidade dos trabalhos premiados pelo Prêmio Esso no período 1964/75 — considerado o ponto de vista sócio-político — pode ser notada a partir dos títulos dos prêmios principais, desde a instituição do concurso:

+ 1956 — Uma tragédia brasileira: os paus-de-arara, de Ubiratan de Lemos e Mário de Morais — O Cruzeiro.
+ 1957 — 100 dias na fronteira da loucura, de José Leal — O Globo.
+ 1958 — Morte em Alagoas, de Márcio Alves — Correio da Manhã.
+ 1959 — Diário de um flagelado das secas, de Rubens Rodrigues dos Santos — O Estado de São Paulo.
+ 1960 — Um rio desafia o Brasil, de Mário Mazzei Guimarães — Folha de São Paulo.
+ 1961 — Adote uma Criança, de Sílvia Donato — Jornal do Brasil.
+ 1962 — Fraude Eleitoral, de José Gonçalves Fontes — Jornal do Brasil.
+ 1963 — Guapé será apenas um retrato na parede, de José Franco — O Cruzeiro.
+ 1964 — 100 dias na Amazônia de ninguém, de Walter Firmo — Jornal do Brasil.
+ 1965 — Os filhos proibidos, de José Itamar de Freitas — Fatos & Fotos.
+ 1966 — Único ano em que não foi concedido o Prêmio Maior
+ 1967 — O futebol brasileiro: o longo caminho da fome à fama, de João Máximo Ferreira Chaves — Jornal do Brasil.
+ 1968 — Juiz, ladrão e herói, de Vital Bataglia e Hedyl Valle Jr. — O Estado de S. Paulo.
+ 1969 — Psicanálise: remédio ou vício, de Luis Edgar de Andrade — Última Hora.
+ 1970 — 113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente, de Carlos Chagas — O Globo.
+ 1971 — Receita para São Paulo, de José Maria Mayrink e Ricardo Gontijo — Jornal da Tarde.
+ 1972 — Edição especial sobre a Amazônia — à equipe de Realidade.
+ 1973 — Expedição de contactação dos índios Kranhacarore, de José Marqueiz — O Estado de S. Paulo.
+ 1974 — Volta ao ponto de partida, de Humberto Borges — Jornal do Brasil.
+ 1975 — As drogas, de Juarez Bahia — Jornal do Brasil.
+ 1976 — Assim vivem nossos superfuncionários, equipe de O Estado de S. Paulo.
+ 1977 — O Assassínio de Cláudia Lessin Rodrigues, de Luiz Valério Meinel e Amicucci Gallo — Revista Veja.

assine versus

Faça sua assinatura anual de Versus por Cr$ 150,00. Você receberá 12 números do jornal e mais nossas edições especiais. Se você conseguir três assinaturas terá direito ao nosso livro «Paulo Pontes — A Arte da Resistência», ou o Livrão de Quadrinhos. Ou ainda o livro de poemas de Cesar Vallejo. Assine Versus com seus amigos. Envie cheque nominal ou vale postal à Editora Versus Ltda, R. Capote Valente, 376 — Pinheiros, São Paulo — SP, CEP 05.410.

NOME .....

RUA .....

BAIRRO ..... CEP .....

CIDADE ..... ESTADO .....

PROFISSÃO .....

OBSERVAÇÕES .....

Sobral Pinto e a Sucessão

Heráclito Fontoura Sobral Pinto completou, em novembro último, 84 anos de existência. E há muito tempo tem sido um dos mais ousados defensores das liberdades democráticas em nosso País. Seus instrumentos de luta: cartas e entrevistas a jornais. "Não gosto de falar pelas costas" — repete ele sempre.

No período entre 1945 e 1977, Sobral Pinto escreveu centenas de cartas. Todas elas endereçadas a pessoas que decidiam os destinos da Nação: presidentes, ministros (da Guerra e da Justiça), militares e políticos. Sempre coerente com os seus princípios democráticos e religiosos (é católico praticante) desde a mocidade. Nesta entrevista ao repórter Riomar Trindade, no Rio, o jurista analisa a condução do Processo Sucessório.

Célio Apolinário/Veja

"O Brasil não pode suportar isso"

Coojornal — Como o senhor vê a escolha do general Figueiredo?

Sobral Pinto — Sai um general, entra outro general, mantém-se o mesmo sistema. Um sistema em que os militares não confiam no voto popular e, por isso mesmo, eles não querem colocar na presidência da República alguém que vá disputar o voto dos cidadãos. De maneira que pode-se afirmar, sem nenhum exagero, sem nenhuma irrealidade, que a sucessão não interessa. Porque nós vamos continuar debaixo do mesmo sistema que implantou nesse País uma ditadura militar. Em virtude deste sistema é que o Ato nº 5, de 15 de dezembro de 68 e os atos posteriores que já vão, se não me engano, ao número 17, além dos atos complementares que chegam a 70 e muitos, são bem a expressão daquilo que os militares resolveram implantar no País: governo de força.

Coojornal — Onde ficam então os partidos políticos?

Sobral Pinto — O Exército passou a ser partido político. É um partido armado. Os outros partidos são apenas nominais, porque eles nem mesmo representam uma ideologia, uma concepção de governo, um sistema de administração. Há de estar lembrado que Castello Branco, por um ato institucional suprimiu os partidos e estabeleceu que daí em diante haveriam apenas dois partidos. E esses dois grupos não se formaram de acordo com idéias, princípios. Esses partidos formaram-se de acordo com as tendências dos homens que estavam atuando na política. Os mais ferrenhos, mais amigos do poder, só confiando no poder e, outros, mais liberais achando que poderiam ir buscar a força na opinião pública. E foi assim então, à sombra dessas tendências que se formaram os partidos chamados Arena e MDB

Coojornal — Mas atualmente fala-se em mudanças

Sobral Pinto — Mudanças? Nós vamos continuar no mesmo sistema, com as mesmas tendências, com os mesmos arbítrios, as mesmas violências. Soberano só existe um poder que é o Executivo. O Legislativo não chega a ser poder. O Legislativo é apenas uma reunião de homens que fazem certas Leis,m as as fundamentais, as Leis necessárias, eles não podem fazer. Porque não sabem qual é a orientação do general presidente. Por exemplo: em abril do ano passado, o MDB quis ser um partido de oposição ilimitada e não concordou com uma reforma mandada pelo poder Executivo. O general presidente não teve dúvidas: fechou o Congresso. Arvorou-se em poder constituinte, mudou a Constituição e baixou, então, através desse ato violento, as leis que ele queria. Então, aqui não há poder Legislativo. E se não há Legislativo Federal é evidente que não há poder Legislativo Estadual e Municipal. Todos eles estão presos, ligados a estes atos institucionais.

Coojornal — Então não há chance de mudanças?

Sobral Pinto — Pode haver, se houver uma mudança de mentalidade no País. Como ela vai se processar eu não sei. Não sou adivinho. Não sou profeta. Mas é evidente que uma Nação como o Brasil não pode suportar isso.

Coojornal — Mas e o poder judiciário?

Sobral Pinto — É claro que também não existe poder Judiciário. Porque quer o Legislativo, quer o Judiciário, estão exclusivamente na dependência da vontade do presidente da República. O presidente da República pode tirar do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores quem ele quiser, através de um decreto que sai da noite para o dia. E que a pessoa atingida vai tomar conhecimento através dos jornais. Nem ao menos esta pessoa é ouvida. A mesma coisa acontece com o Judiciário. Qualquer juiz, desde o Supremo Tribunal Federal, até o juiz mais modesto, mais humilde do Estado, pode ser aposentado, demitido, posto em disponibilidade pelo poder Executivo. De modo que, na realidade, só existe o poder executivo. Quem escreveu um artigo maravilhoso sobre isto foi o Carlos Drumond de Andrade. No sábado...

Coojornal — Diante desse quadro todo, qual seria uma saída?

Sobral Pinto — Não sei. Veja bem, a saída normal para isso é a saída que se deu em 1945, quando foi acabado o Estado Novo e se elegeu um novo presidente. Com um programa de restaurar a democracia no País e eleger um parlamento encarregado de fazer uma nova Constituição. Foi assim que se fez a Constituição de 1946. Essa seria a saída normal. No meu entender uma saída decente, democrática e dentro das tradições do País. Sem revolução, sem perturbação da ordem pública, sem desrespeito à autoridade do presidente. Mas isso não se faz porque eles têm medo do comunismo. Eles supõem que para vencer o comunismo é preciso existir um regime

com os mesmos processos de violência que usam os comunistas. Na União Soviética, como na China, como nos países dominados pela Rússia e pela China, só existe um poder que é o Executivo. A legislação, a distribuição da Justiça, tudo se faz de acordo com os preceitos do poder Executivo. Então toda e qualquer oposição a este regime queeles estabeleceram, imediatamente eles abafam, processam, condenam, mandam para o cárceres. Aqui, qualquer atitude de oposição ao sistema, ao regime, imediatamente encontra de parte deles as maiores sanções, as mais violentas. Por isso eles estão liquidando a noção de direito que é fundamental na sociedade civilizada. Eles estão liquidando a noção de justiça, que coincide com a lei da dignidade humana, lei que dá a cada um o que lhe pertence. Eles estabelecem um arbítrio soberano daquele poder que é armado pelo Poder Executivo. Então, com isso eles estão preparando o caminho para o comunismo que pode vir daqui a 5 ou 10 anos, como aconteceu na Rússia. Um desalinho tremendo, ficaram séculos naquela opressão terrível, e um belo dia, quando estourou, foi de uma forma definitiva, liquidando todas aquelas forças morais que ainda existiam na Rússia.

Coojornal — Quer dizer que o senhor não vê perspectiva de normalização democrática, consagrando sistematicamente este processo?

Sobral Pinto — Eu sei que isto não pode durar. É a única coisa que eu sei. E não sou eu que vou organizar nada porque eu não tenho força para isto. Eu sou apenas um cidadão, um advogado. Eu não tenho poder, eu não tenho elementos, eu não tenho partido. E eu sou terrivelmente adversário de conspirações. Acho que a conspiração é uma diminuição do homem. Porque um homem andar escondido e dizendo coisas pelas costas e dizendo uma coisa e fazendo outra. Isto é terrivelmente contrário à minha natureza, a minha maneira de ser e a toda minha vida. Então, o que eu sei é que isto não pode durar. Isto é tão antinatural, tão antitradicional no País que não pode durar. Tem que acabar. Veja estes políticos que hoje estão submissos. Chegará uma hora que a submissão será de tal modo desmoralizante, de tal modo humilhante, que eles acabarão se levantando, se insurgindo e encontrando, nas Forças Armadas, elementos que os apóiem. Estou convencido que isto vai mudar por estas razões todas que apresentei. E veja bem, só general é que pode ser presidente da República? Neste País não existe um civil? Um político que possa desempenhar bem este papel? Quem fez esta Nação? Foram os militares? Não. Foram os Prudentes de Moraes, foram os Campos Salles, foi Rodrigues Alves, foi Afonso Pena, foi Artur Bernardes, foi o Juscelino. Foram todos estes homens que fizeram o País, não foram os generais.

Coojornal — Quer dizer também que a questão da anistia é secundária. O que o Brasil necessita é realmente a democratização?

Sobral Pinto — A anistia é uma conseqüência disso. É uma medida de pacificação geral.

Abaixo, a Crônica de Carlos Drummond de Andrade e a carta que lhe foi enviada por Sobral Pinto, dois dias depois

Eleitor: nada a declarar

Faço minhas as palavras exemplares do Ministro Armando Falcão, quando lhe perguntavam (agora nem perguntam mais) sobre fatos da vida política do país:

— Nada a declarar.

É o que me ocorre dizer, como cidadão eleitor, ao ser informado de que mais um general foi escolhido, por outro general, para continuar a série de generais presidentes da República: Nada a declarar. Estou na situação de milhões de eleitores que não foram chamados a opinar no processo de escolha nem o serão no processo de homologação formal da escolha. Tudo se passa à nossa revelia, não nos cabendo aprovar nem desaprovar, mesmo porque seria veleidade, para não dizer fantasia pura, opor argumentos aos dois processos: eles se desenvolveriam da mesma forma e com idêntico resultado.* A escolha foi feita por quem se considera com poderes para isto, embora não conste de lei ou papel algum, semelhante atribuição de legar a Presidência a pessoa da confiança do seu detentor no momento.

Não tenho, não temos, teríamos por acaso algo a declarar a não ser precisamente que não nos compete fazer qualquer declaração sobre matéria em que não nos é permitido meter a colher cívica? Tudo se passa numa região fora do alcance de nossas vistas, direi mesmo do nosso entendimento. Somos nominalmente, eleitores, isto é, indivíduos com a responsabilidade de manifestar por meio de voto nossas idéias políticas e preferências partidárias, pela escolha de nossos mandatários. Para tanto nos deram um papel com o nome de Título Eleitoral, e não foi sequer porque o reclamássemos. Esse documento é de porte obrigatório, como signo de cidadania, mas sua utilidade maior consiste em habilitar quem o exibe a requerer passaporte ou carnê de turista* quase uma sugestão de que a pessoa com apetite de votar deve ir lá fora.

A marginalização em massa no processo político determina o silêncio como sucedâneo de opinião e do debate. Este pode produzir-se em escala consentida, mas será sempre um exercício bizantino, à margem da realidade, com um muro bem alto, separando as palavras dos fatos. Promessas de abertura, distensão, democratização, redemocratização ou que nome tenha, são formuladas durante anos, mas sempre com a ressalva de condicionais que discretamente as restringem ou anulam na prática. Parece haver maior preocupação em determinar os limites estreitos da liberdade do que em admiti-la. A liberdade autolimita-se pela consciência cívica, manifestada através de eleições não censuradas e de leis votadas normalmente por mandatários do povo, que as eleições indicaram. Não pode ser dádiva de alguns, arvorados em medidores de sua extensão e curadores de sua prática.

A candidatura que nos é comunicada, e não submetida à análise crítica, exposta ao confronto e à dura competição das campanhas políticas, que revela os prós e os contras do candidato, não dá margem a avaliação. Que idéias tem, que demonstração já deu de espírito democrático, sua experiência da vida pública bastou para definir-lhe o perfil político, pode-se confiar no seu critério de homem público, ele manifestou até agora interesse pelos problemas sociais, mostrou-se compreensivo das aflições do povo, fez alguma coisa por minorá-las? Qual a sua filosofia política, a sua formação cultural especializada, a sua marca intelectual e humanística? São perguntas que não ocorre fazer, por desnecessárias. O candidato é o candidato, estabelecido antes de qualquer indagação ou consulta às correntes de opinião nacional. Existe. É um fato, não uma hipótese ou uma conjectura. Está escolhido e será referendado por um colégio especial. Para que exigir-lhe credenciais ou garantias?

***Nada a declarar, portanto, do ponto de vista do eleitor que suponho ser, como tantos outros patrícios (milhões) também se imaginam. Nem cheirado, nem sondado, nem ouvido, nem prevenido, declaro que não tenho nada a declarar. Esta não é declaração no chamado estilo mineiro, de dizer alguma coisa sem dizer absolutamente nada. É declaração de brasileiro maior de idade, contribuinte, de profissão confessável, portador de Título Eleitoral, que não tem nada a ver com isso que está aí, portanto sem a mínima declaração a fazer. Boa-noite.**

Carta ao poeta

Carlos Drummond de Andrade,

Maravilhosa, de altivez, dignidade e realismo, a sua Crônica "Eleitor: nada a declarar", publicada no Jornal do Brasil, de sábado, 7 do corrente, no Caderno B, à página 4.

Não é apenas uma página literária lapidar, digna de figurar numa antologia. É muito mais do que isto: é a voz altaneira de milhões de cidadãos brasileiros, reivindicando, em termos corretos, lúcidos e irrespondíveis, o seu direito político desrespeitado pelo atentado do atual General Presidente contra a sua cidadania, ferida violentamente, em nome tão só do abuso de poder, praticado à sombra da força organizada do Estado, desviada arbitrariamente da sua função legal.

Nela, não há uma vírgula a acrescentar, nem a tirar, nem a deslocar de um lugar para o outro. Nela, tudo é exato, tudo é verdadeiro, tudo é evidente. Numa palavra: ela é uma perfeição, que encanta e seduz.

Quem deveria dizer o que o Sr. disse, nessa Crônica empolgante, a um tempo, elegante, bela e eloqüente, eram os políticos militantes da Nação, aqueles a quem o povo colocou, através de seu voto, nos postos eletivos, federais, estaduais e municipais.

Entretanto, omitindo-se, temerosos, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores receberam, sem uma palavra ou um gesto de recusa altiva, das mãos do General Presidente um papel em que Sua Excelência lançou o nome de outro General, seu colega, para sucedê-lo na Presidência da República.

Neste deserto povoado de sombras silenciosas, apareceu, todavia, para salvar a cidadania brasileira, além da sua Crônica, serena e nobre, a pessoa de um Senador da República, o Sr. Magalhães Pinto, afirmando, como político, o seu direito de candidatar-se, no seio da Convenção da Arena, como candidato civil ao posto de Presidente da República, em contraposição ao nome do General, apresentado, com base em seu próprio arbítrio, pelo atual General Presidente.

Permita-me sugerir-lhe que remeta a todos os políticos que exercem, presentemente, postos eletivos, federais, estaduais e municipais, cópia da sua Crônica magnífica, numa nobre tentativa de despertar neles o cumprimento do seu dever cívico, exercido dentro dos preceitos da legalidade eleitoral e do respeito às normas intransponíveis da paz pública.

De minha parte, farei chegar, através de minhas modestas possibilidades de divulgação, a alguns Senadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Vereadores, na área política; a membros do Conselho Federal e de Conselhos Seccionais e a sócios do Instituto dos Advogados Brasileiros, na área da classe dos advogados; e a jornalistas, na área da imprensa, cópia da sua Crônica estupenda e deste despretencioso comentário ao seu tão notável trabalho literário, cívico e político.

Queira aceitar, ilustre homem de letras, expressão do que há de mais alto e de mais fino no pensamento cultural e artístico do povo brasileiro, este testemunho sincero, embora pequenino e medíocre, do seu concidadão e admirador, agradecido.

H. Sobral Pinto

ASSINE coojornal

12 EDIÇÕES: Cr$ 110,00

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate.
Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira.
Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião.
Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr$ 110,00

Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000
Fones 218984 e 240951

Você pode assinar o Coojornal a partir do nº 13
Assinale no quadrinho a edição em que você quer que comece a valer sua assinatura:

13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24

Nome: _____

Profissão: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

São Pedro — 11 mil habitantes — surgiu sem ato solene de fundação. As casas são todas iguais e as ruas não têm nome

Guerrilha com arroz e sandália havaiana

Em Belem do Pará, funcionários do governo segredavam em tom de denúncia: há um foco de guerrilha no sudeste do estado, na divisa com o Maranhão. O repórter Palmério Dória de Vasconcelos viajou para descobrir guerrilheiros. Encontrou uma vila — São Pedro da Água Branca — fundada e habitada por lavradores, que cresce a índices impressionantes mas nunca registrou um crime de morte. Por isso nem policiamento tem. E a guerrilha? Boato de um dono de terras interessado em fazer as autoridades expulsarem os moradores de São Pedro. O que existe mesmo é um foco de tensão social, igual a muitos outros da Amazônia, onde há grandes latifúndios e muita gente sem terra.

Guerrilheiros no Pará!? Outra vez?

Em Belém, o chefe do setor social do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Rolando Chalu Pacheco, fez esta revelação em outubro do ano passado: descobriu um foco de guerrilha, numa vila habitada por milhares de lavradores — *São Pedro da Água Branca* —, na fronteira do Pará com o Maranhão. Por trás de tudo, dizia o funcionário, estava um missionário gaúcho, padre Ross. "Ele dá aulas de invasão da propriedade alheia aos colonos."

Estranho. Guerrilheiros às margens da PA-70, estrada que liga a cidade paraense de Marabá à rodovia Belém-Brasília. Isto é: a 100 quilômetros do Batalhão de Infantaria do Exército, com mais de 600 homens, em Marabá, e a 300 quilômetros do Batalhão de Infantaria da cidade maranhense de Imperatriz, com mais ou menos o mesmo contingente.

Que futuro podia ter uma guerrilha em área tão devassada?

A PA-70, no sudeste paraense, é a primeira grande via de penetração no estado, depois da Belém-Brasília. Aberta em 1970, um ano antes da Transamazônica, logo suas margens foram ocupadas por fazendeiros baianos, capixabas, mineiros (a terra no Pará é mil vezes mais barata que no Paraná, por exemplo) — as multinacionais ocuparam mais embaixo, no sul; vilas empoeiradas no estilo Velho Oeste num e noutro ponto — a maior de todas, Vila Randon, hoje com quase 30 mil habitantes; e "homens sem terra em busca de terras sem homens", como dizia o general Médici, quando foi aberta a temporada de caça à Amazônia. Nesta região seriam colocados 500 mil colonos até 1980 — um êxodo semelhante ao do povo hebreu — através do Incra.

Logo começaram a estourar os conflitos, nessa área onde cerca de 50% dos títulos de propriedade são falsos, segundo cálculos oficiais. Um deles em julho passado, quando o fazendeiro norte-americano John Davis, dono da Fazenda Capaz, morreu com o filho numa emboscada — 65 colonos se vingaram do fazendeiro, que lhes cortou o acesso à água e foram parar no presídio São José, em Belém.

"Tem terrorista por trás disso"

É a versão que corre sempre. E, até provar que berimbau não é gaita, como se diz no Pará, haja tempo! Tudo porque de fato houve uma guerrilha — que ninguém ficou sabendo devido à censura à imprensa — no governo Médici, que se concentrou na mata do Araguaia, bem menos explorada que a PA-70. Isso levou o Exército, a partir de 1972, a instalar primeiro destacamentos, depois modernas vilas militares em Marabá, Imperatriz, Itaituba e Altamira — "a maior área de segurança do mundo" —, em substituição aos velhos Tiros de Guerra.

Eram — segundo processos públicos que correm na Justiça Militar — 69 guerrilheiros: advogados, médicos, arquitetos, engenheiros, estudantes, lavradores, homens e mulheres de vários pontos do país, que lá começaram a chegar a partir de 1966. Viveram normalmente entre a população, em posses que compraram ou nos lugarejos. Quando as Forças Armadas iniciaram a "Operação", em abril de 72, passaram a viver no mato (o mais conhecido de todos era Osvaldo Orlando Costa, o "Osvaldão", negro de mais de 40 anos, ex-jogador de basquete do Botafogo, engenheiro de profissão; antes da "Operação", viveu como caçador de peles, garimpeiro e lavrador no lugar).

A "Operação" foi comandada pelos generais Antônio Bandeira (um dos quatro novos generais-de-exército promovidos em novembro pelo presidente Geisel) e Viana Moog, ex-secretário da Segurança Pública de São Paulo. O grosso da tropa se concentrou em Xambioá, cidadezinha que — na época de chegada dos primeiros cinco mil soldados — devia ter uns cinco mil habitantes, perto da Serra das Andorinhas. Mas as operações chegaram a envolver, em alguns períodos, cerca de 20 mil homens, o Comando Militar do Planalto à frente.

"Foi um fazendeiro que andou dando tiro"

Quem está falando é o comandante do Batalhão de Marabá, coronel Cid Zenobio de Aguiar, que substituiu o major Rosa Júnior no Comando 8, como é conhecida a Vila Militar, em 1975. "O que houve ali — diz — foi apenas um princípio de briga entre os moradores e um certo Jacques Mendonça, fazendeiro — parece até que o título dele é falso. Foi na gestão do major Rosa Júnior. Ele mandou prender o fazendeiro uns dias, porque andou dando uns tiros no lugar."

Agora, a orientação é o Exército não mexer com essas coisas. Porque estava ficando muito difícil. Explica o coronel Cid:

— Tudo vinha cair nas nossas mãos. Sabe como é, aqui não tem nada. Era uma procissão na porta da Vila Militar: fazendeiro contra grileiro, grileiro contra posseiro, posseiro... Agora, não: estamos mandando tudo para os canais competentes: o que é do Incra, para o Incra; o que é da Polícia Militar, e assim por diante.

O "castelinho" da PM fica de frente para o esverdeado Tocantins. O comandante, capitão Cleto da Fonseca, paraense, está há quatro anos em Marabá. Esteve dois anos no Rio, fazendo um curso de Atividades Subversivas — diploma que ostenta na parede do gabinete. Para ele, o fazendeiro Jacques Mendonça fez bobagem ao pensar que ainda dava para retirar os moradores do lugar.

— Dá pra fazer quando são 10, 20 posseiros, mas não centenas como era o caso de São Pedro. Na PA-70, poucos podem dizer: isso aqui é meu mesmo! Em todo lugar. Em Conceição do Araguaia é mais problema de escravidão de peão. Mas como é que eu vou pegar os fazendeiros? Eles têm a lei do lado!

O capitão Cleto disse que a Vila estava cercada de fazendas, "que ele não sabia do quê". Acha que os problemas como o de São Pedro da Água Branca têm uma explicação simples: "Os culpados são esses

padres, que ficam chamando gente pra cá".

Lei de terra pra inglês ver

Marabá, 50 mil habitantes, só tinha serviço de alto-falante até janeiro de 77, quando finalmente chegou a televisão. A residência do bispo local, dom Alano Pena, fica a três quarteirões do "castelinho" da PM, em frente a uma concorridíssima igreja da Assembléia de Deus. É um dos poucos lugares aprazíveis desta cidade, a "Capital da Castanha e do Ferro" — como anuncia o serviço de alto-falantes Som Paraíso. Refere-se aos já devastados castanhais e à maior reserva de minério de ferro do mundo (Serra dos Carajás), situados no município.

Do lado de lá do rio Itacaiunas, o outro rio que banha a cidade, o bairro de São Pedro surgiu quase de repente. Já são mais de 11 mil habitantes, gente que veio atrás de terra, não conseguiu e se plantou por lá, vivendo de biscates em geral.

"Lei de terra aqui é pra inglês ver" — é o missionário gaúcho que dava "aulas de invasão" em São Pedro. Não é isso. O que os padres fazem na verdade, na Amazônia, é um trabalho dentro da lei. "O padre Ross sempre fez isso, mas os ânimos chegaram a um ponto que os superiores acharam mais seguro ele voltar para a sua terra."

A legalidade do trabalho dos padres — explica — pode ser constatada até nos próprios documentos divulgados pela Igreja, em sua pastoral na Amazônia. Eis um trecho desses documentos, denominado "Mensagem aos Posseiros e Trabalhadores na Agricultura", de 22 de junho de 1975:

"A grande força que vocês têm na mão é a sua união, um dando apoio ao outro. Todos juntos pedindo o cumprimento da lei de terras e da lei do trabalhador. Vocês devem se apegar à sua terra, de onde poderão tirar o sustento e sobrevivência de sua família. A própria lei lhes garante o direito de continuar na terra. Só o juiz é que pode retirá-los da terra que ocupam. Vocês não devem sair dela por qualquer pressão ou ameaça feita sem esta ordem".

Título falso, "uma praga"

— São Pedro? Já ouvi falar. Soube que lá não entra estranho.

Desta vez é o próprio Juiz de Direito de Marabá, Manoel da Conceição, atiçando a lenda "subversiva" a respeito da vila. Tocou no problema dos títulos falsos, "uma praga", em sua opinião — mas o que podia fazer ele? Lembrou, só como exemplo coisas que "infelizmente" aconteceram, como uma quadrilha que emitia títulos falsos na própria Secretaria da Agricultura do Estado do Pará. "Meu filho, desde que veio essa *integração nacional,* o que saiu de título falso até Deus duvida. É... não sou eu que vou mudar o mundo", desabafa.

Encontramos Jacques Mendonça, o "inimigo número um" de São Pedro, por puro acaso, num boteco de vila empoeirada à altura do quilômetro 88 da PA-70. Voz grossa, entroncado, pançudo, camisa escura bem aberta, peito molhado de suor, cabeludo. Com 60 anos, cara de 45, chapéu de feltro negro, pontuado de branco na aba, não se pode dizer que é uma pessoa afável.

Na rua, dentro da sua camioneta C-14, torrando sob o sol, conseguimos desembuchar: "É sobre essa história de São Pedro...". Ele: "hã-hã... Posso lhes contar tudo que se prende à verdade, às influências nocivas, os assaltos à propriedade. Mas antes quero saber direitinho quem são vocês".

Ao saber que éramos jornalistas, se deu por achado. Voltamos para o boteco e ele mandou baixar cerveja. "Isso é uma conexão com a Serra das Andorinhas, com os terroristas de Xambioá. São os falsos padres, as falsas freiras, os falsos patriotas. São os contrabandistas do nosso urânio para a China Vermelha. Estão acabando com o nosso urânio, não é?" — vira-se para os colegas fazendeiros com terras "invadidas", que confirmam com a cabeça.

— Já fiz de tudo — continua Jacques — para colocar as autoridades em pleno conhecimento do assunto. Já mandei abaixo-assinado para o ministro Jarbas Passarinho, já pedi auxílio do Comando do 8, já procurei os meus amigos da Secretaria da Segurança em Belém. E sabe o que aconteceu? O major Rosa mandou me prender 10 dias; diz que eu tinha ido aperrear os moradores .

Foi buscar seus documentos no porta-luvas da C-14. Voltou com uma escritura com aparência de velha, mas quando vimos a assinatura, lembramos: Raimunda

Chico Baterista e Mané, os fundadores. De moderno, só sandália Havaiana

Costa, tabeliã em São Miguel do Guamá, era a tal de dona Paquita, nome corriqueiro nos processos que correm na Polícia Federal sobre falsificação de títulos.

São Pedro: bandeira tremula na praça, todos os dias

Os moradores definem: "Isto é parte do Nordeste!".

São Pedro da Água Branca fica a 12 quilômetros da PA-70, encravada no meio das terras que os fazendeiros dizem ser deles."Mas cadê os documentos?",perguntam os quase sete mil moradores. Todos trabalham na roça que cerca a vila. "Aqui não tem isso de dizer *aqui é meu,* todo mundo lavra misturado. As ruas de areia pura são perfeitamente alinhadas. Quem chega, recebe um lote do Raimundinho *Fiscal,* já delimitado direitinho na rua. São 15 travessas compridas e largas. Não têm nome, e correio só em Imperatriz.

A praça principal também não tem nome: de terra batida, cercada por velhos troncos de palmeira. Toda manhã, às 6 h, num mastro rústico, a bandeira nacional passa a tremular. Quem hasteia é a única professora da única escolinha do lugar — Denúbia Santos, maranhense, 24 anos. Uma recomendação do Exército, desde que passou por lá, por causa da briga com Jacques Mendonça. A polícia não existe em São Pedro.

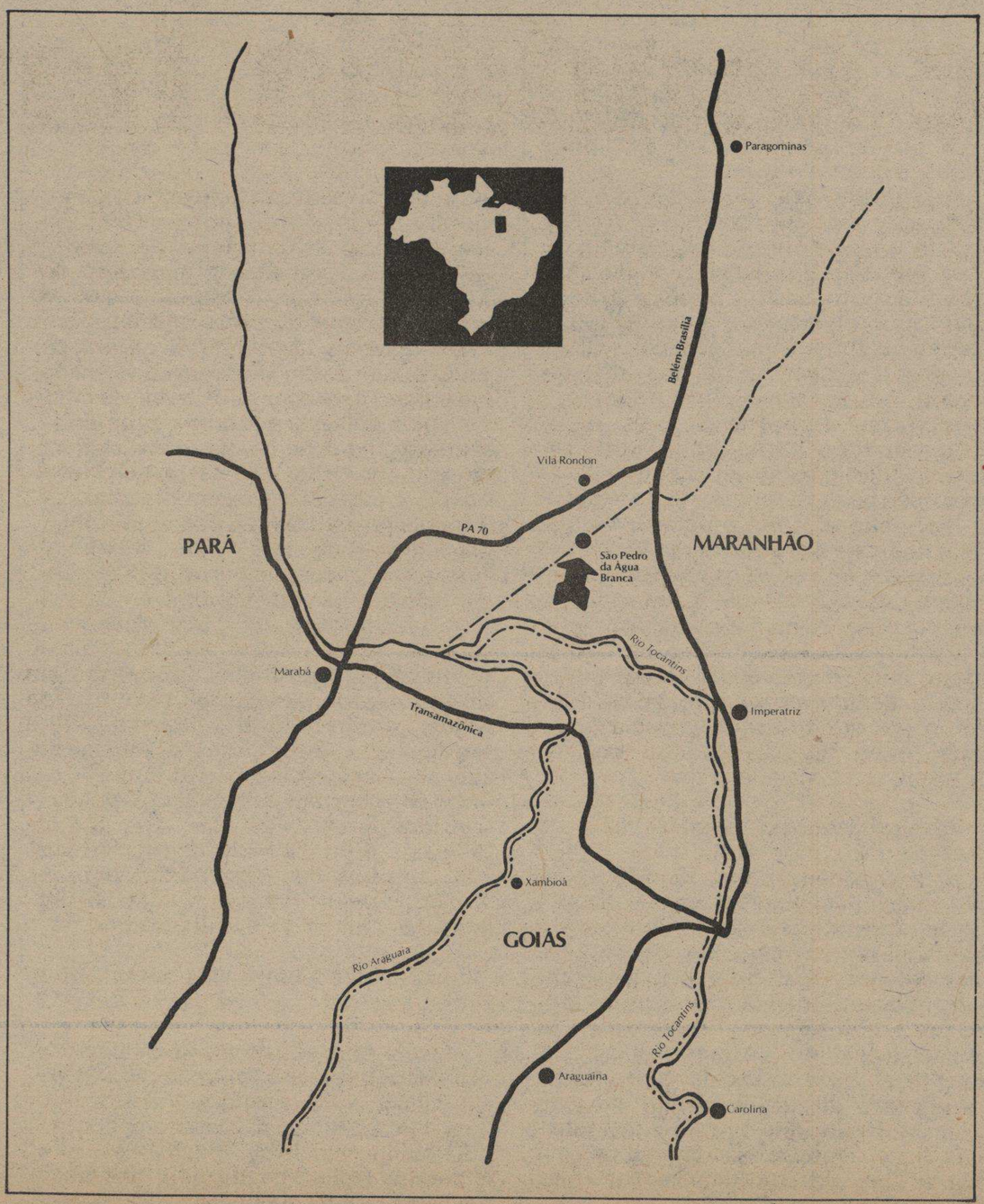
"Aqui nunca morreu ninguém de morte matada, nunca houve briga de sair gente ferida por arma qualquer", afirmam. Nem há assistência médica. Nos três dias que passamos lá, morreram oito recém-nascidos.Diversão só o campo de futebol, "tênis de boca" (conversa) e muita cantoria. Televisão, a maioria nunca viu. Mas quem pode não deixa de ter seu radinho de pilha. Existem três camionetes. E, da chamada sociedade de consumo só uma coisa todo mundo usa: sandália Havaiana, vulgo "Lambreta".

O boteco mais antigo pertence aos fundadores da vila, os irmãos Chico Baterista e Mané, maranhenses que não sabem nem a idade. Dizem ter chegado há mais ou menos sete anos. São apresentados pelos habitantes como prova viva de posse sobre o lugar, pois quando os fazendeiros chegaram, os dois irmãos já estavam ali com "benfeitoria" implantada e tudo: "Aqui só tinha mato mesmo, só bicho do mato; não tinha cristão, não tinha dono de terra", contam.

"Ano depois, lá vem seu Jacques"

Chico Baterista e Mané trabalharam duro por um ano, derrubando mato, preparando a roça. Batizaram o lugar, foi aparecendo mais gente.

— Ano depois, isso aqui criado, lá vem seu Jacques. Quer dizer: ele não, o agrimensor dele, mais uns ajudantes, carregando uma corrente. Perguntamos: "Como é, de quem é esssa medição que vocês tão fazendo?".Responderam que era do Jacques Mendonça. Nós já tinha notícia dele. Um caçador disse que ele era um homem muito valente. E que quando amanhecia com o chapéu na mão lá no quilômetro 92, todo mundo já tinha uma resposta.



Segundo os fundadores, Jacques primeiro bancou o protetor. Disse que queria fazer ali uma bela cidade. Propôs até um nome — Salva-vidas. Mas eles recusaram: "Nós já botamos nome no lugar". Aí Jacques pediu que os lavradores buscassem mais gente. Patrocinou uma grande derrubada em São Pedro para a cidade prometida e para o pasto dele. Os lavradores só perceberam a manobra do grileiro quando a derrubada estava perto do fim. Ele queria mais gente só para abrir o pasto. Ficou claro quando Jacques levou alguns, inclusive os fundadores, para Imperatriz. Lá, queria que eles dissessem em cartório que "as benfeitorias" do lugar eram dele. A resposta dos fundadores — negros, mulatos, cafusos, índios, brancos:

— Mas moço, o senhor pensa que a gente é besta?

A sete palmos

Jacques ainda tentou comprar o "direito", mas os colonos não quiseram acordo. Então iniciou uma guerra psicológica adversa: "Quem fizer casa do meu lado, o direito vai ser sete palmos!".

De tempos em tempos — contam eles espremidos na farmácia do Raimundinho, o "representante" do lugar —, Jacques espalhava que seus homens iam queimar a vila, cortar a água do ribeirão, que ninguém ia sair ou entrar em São Pedro. E as cucas esquentando, a energia só não virando violência por causa do papel do padre Ross, que nas suas idas à vila, em companhia das irmãs Dorothy e Rebeca, mostrou que eles podiam defender-se na lei.

Foi quando o grileiro passou a espalhar que ali era uma "conexão terrorista". Um morador chegou a ser preso como suspeito, na Vila Militar de Marabá, mas solto em seguida. Jacques então apelou: a 8 de dezembro de 1975 entrou na vila dando tiros a torto e a direito, dentro de um jipe cheio de empregados. "Matou uma galinha, quase acerta uma criança", lembram. Foi a desgraça dele, pois aí o Exército interveio.

Caso comum na Amazônia: terra à vontade, mas onde?

O Exército passou três meses lá. Comprou o arroz (a maior riqueza dessa cidade em formação) pelo Banco do Brasil, mandou jipe para carregar. Mandou colocar a bandeira, a notícia espalhou, não parou mais de chegar gente: todo dia chegam duas carradas, em camionetas. "Gente veio descarreirada pelo capim; não precisa nem fazendeiro mandar embora: o capim manda."

Assim foi que São Pedro da Água Branca se transformou em um dos lugares que mais cresce no mundo. Seus moradores fazem as contas: em dezembro de 75 eram mil; em abril de 76, três mil; e em outubro de 76, quando passamos por lá, sete mil. São Pedro tinha crescido sete vezes em 10 meses. Oito meses depois, recebemos uma carta do farmacêutico Raimundo Cícero de Oliveira, contando que a situação continuava a mesma. Terra à vontade em volta e eles sem mais lugar para plantar, o Jacques e outros "fazendeiros" pressionando outra vez. Os lavradores esperando uma solução do presidente da República.

Em Belém, um funcionário do Incra, Delmiro Santos, disse que casos como o de São Pedro, cada vez mais comuns na Amazônia, poderiam ser resolvidos com um instrumento que o órgão tem, mas nunca aplicou aos casos de "colonização espontânea" — desapropriação por interesse social.

O caso da vila é semelhante ao de Moju, Redenção, Repartimento e tantos outros lugares. A "colonização espontânea" — que sofre a pressão de grileiros, fazendeiros, multinacionais — não estava nos planos de quem planejou a oficial, sob o comando do Incra, que chegou a fretar Boeing, para levar os primeiros colonos às margens da Transamazônica nos anos 70.

Tanto que a conversa dentro do órgão, de um tempo para cá, vem sendo "criar barreiras" nos principais pontos de penetração da Amazônia, "para fazer uma triagem dos que chegam". E a Amazônia é a metade do Brasil, uma das regiões com menor densidade demográfica do mundo.

— Se não for aqui — pergunta um morador de São Pedro — onde é que vai ser? Na Lua?

A Guerra dos Braços Cruzados

Foram cinco dias no início de agosto de 1917. Os operários entraram em greve, organizaram uma Liga que passou a controlar Porto Alegre. Borges de Medeiros chamou de A Guerra dos Braços Cruzados. *Da capital, o movimento se estendeu ao interior. A greve de 1917 foi reconstituída com base nos jornais da época e a orientação de historiadores*

Uma passeata dos grevistas: manifestação contra os trustes e apoio à imprensa

Foto Revista Kodak

"Problema sério. O movimento operário que se tem operado em várias cidades do país seria um aviso de grande eloqüência para os dirigentes de nossa nacionalidade, se estes não vivessem, como sucede, inteiramente absorvidos nas tricas políticas que lhes asseguram as posições oficiais. Todo esse movimento quase revolucionário que estalou em São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro não é mais nem menos do que o transbordamento da medida cheia demais pela extrema carestia de vida e que transformou a existência das classes operária e média do Brasil num verdadeiro sacrifício... Cada partido, cada governo, cada legislatura, confia na riqueza insuperável do solo brasileiro, como se bastasse o solo unicamente para sermos ricos e felizes. Reduz-se a população nacional a uma infinita população de famintos com impostos e mais impostos... Até agora esta situação se tem mantido e talvez ainda se manterá por algum tempo, porque nossos núcleos de população operária são relativamente reduzidos e fáceis de serem dominados pelo argumento da força. Porém nossos centros industriais já vão se tornando volumosos..."

No dia em que o *Correio do Povo*, então dirigido por João Obino, publicou este editorial, as ruas da comarca de Porto Alegre, uma cidade de aproximadamente 150 mil habitantes, servida por linhas de bondes puxados a burros, da Companhia de Força e Luz, estão praticamente vazias nos primeiros dias de agosto de 1917. Mas aparece em vários locais do centro um carro com bandeira branca e as iniciais da Liga de Defesa Popular, sediada na Rua Santo Antonio, nº 157. A polícia reforça seus efetivos e as famílias estocam gêneros de primeira necessidade. Os bondes estão recolhidos ao Campo da Redenção e apenas o cinema Carlos Gomes, o único da cidade com gerador próprio, funciona. Para circular, os carros necessitam salvo-conduto da Liga de Defesa Popular. No Palácio Piratini, Borges de Medeiros, presidente do estado, que exerce o poder de forma quase absoluta, está muito preocupado. Os jornais da capital como o *Correio do Povo* e o órgão do Partido Republicano Rio-grandense, *A Federação*, reduzidos a quatro páginas por falta de luz, refletem as preocupações das classes dominantes. A Primeira Guerra Mundial prossegue. Na Rússia, sob a inspiração de Vladimir Ilicth Lenin, desmorona o regime czarista. Nesses dias, o Rio Grande do Sul assiste, num desdobramento de lutas sociais que se verificam nos grandes centros urbanos do país, a primeira greve geral de sua história. Durante cinco dias, operários da capital e de grandes cidades do interior, liderados principalmente pelos ferroviários, desafiam as forças policiais, reivindicando condições mais justas de trabalho. Algumas são atendidas, mas os seus principais líderes acabam morrendo na Ilha das Cobras, anos mais tarde. Fazemos o levantamento dessa greve esquecida pela história oficial.

"À greve, à greve"

A Guerra dos Braços Cruzados, como a chamou o próprio presidente da província, Borges de Medeiros, ocorre numa época em que a jornada diária de trabalho varia entre 10 e 12 horas, nas fábricas, oficinas e construção civil. No comércio, a jornada de trabalho se amplia até as 19 ou 20 horas, inclusive aos sábados.

Um boletim que circula dia 29 de julho de 1917, nas principais estações da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, denuncia a "ganância desbragada", as péssimas condições de trabalho e os salários insuficientes.

O país sofre os reflexos da queda dos preços dos produtos não considerados de primeira necessidade, como o café, fundamental na pauta de exportações brasileiras. E o triunfo das idéias socialistas, na Rússia, desperta a solidariedade de classe e aumenta a firmeza dos líderes.

Em Porto Alegre, os boatos sobre a eclosão do movimento grevista de agosto, circulam a partir do dia 22 de julho. *A Federação,* sob a influência do ideário-positivista de Augusto Comte, admite o desequilíbrio de classes. Para restabelecer esse desequilíbrio, provocado por salários injustos, *A Federação* admite que os operários só têm uma arma para sensibilizar o poder: a greve geral.

Até mesmo o chefe de polícia da capital, o líder republicano Firmino Paim Filho, que chegou a ser presidente regional do PSD, afirma que "os operários têm direito de ficarem em greve, desde que em atitude pacífica". Esta sensibilidade para o problema social, porém, é muito limitada: por precaução, Paim Filho solicita aos empresários os nomes de todos os empregados, para detê-los com maior facilidade caso não mantenham uma atitude pacífica.

A greve eclodirá simultaneamente na capital e no interior, com intensidade maior em Santa Maria e Pelotas. Em Porto Alegre, o movimento nasce de uma concentração na Praça da Alfândega, dia 31 de julho, marcada para as 15 horas. As palavras do líder operário português, Cecílio Vilar, serão ouvidas por 500 pessoas.

— O direito mais legítimo que nos assiste é o direito à vida e esse direito ninguém nos pode tirar. Se marchamos cantando para as fronteiras, ao som das fanfarras de guerra, para combater um inimigo que não se conhece, saiamos também cantando para a rua a fim de conquistar a reivindicação de nossos direitos. O operário não tem canhões, fuzis, metralhadoras, nem baionetas. Não tem outra arma senão a greve. Assim, lancemos mão da única arma que possuímos.

Palmas e gritos o interrompem: "À greve, à greve".

As reivindicações

O comício da Praça da Alfândega termina às 17h45min. Antes que os trabalhadores se dispersem, é tomada importante medida prática: a formação da Liga de Defesa Popular. A Liga, instrumento para levar adiante as reivindicações dos operários, compõe-se de três líderes: Luís Derivi, secretário do sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Classes Anexas e Cecílio Vilar (pseudônimo de Henrique Martins) e João Baptista Moll, representantes dos tipógrafos.

À noite, a Liga redige uma *Nota ao Povo de Porto Alegre.* As principais reivindicações contidas nessa nota são: diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade em geral; providências para evitar o açambarcamento do açúcar; estabelecimento de um matadouro municipal para fornecer carne à população a preços razoáveis; criação de mercados nos bairros operários; obrigação da venda de pão a peso e fixação semanal do preço do quilo; redução do preço do fornecimento de água; compelir a Companhia de Força e Luz (bondes) a estabelecer passagem de 100 réis, de acordo com contrato feito com a municipalidade; aumento de 25% sobre os salários atuais; generalização da jornada de oito horas e estabelecimento da jornada de seis horas para crianças e mulheres.

As reivindicações, como se observa, beneficiavam também à classe média. Para obtê-las, a Liga de Defesa Popular conclama à greve geral. No dia seguinte, os componentes da Liga se encontram com o intendente municipal, José Montaury Leitão e o presidente da Província, Borges de Medeiros. Este lhes promete que estudará as reivindicações, autorizando a realização de comícios.

Entram em greve algumas categorias profissionais, representadas pela União Tipográfica, Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Classes Anexas, Sindicato Padeiral e os Tecelões. Realizam-se comícios na Avenida Eduardo e na Praça dos Navegantes.

Grupos de trabalhadores percorrem a cidade concitando seus companheiros à greve. A Brigada Militar se mantém de prontidão. Na rua José do Patrocínio, esquina da Lopo Gonçalves, um grupo de padeiros encontra um colega trabalhando. O homem apanha e foge. Na esquina da Praça Garibaldi, se faz distribuição gratuita de pão. O fato se repete na esquina da Comendador Coruja com a Voluntários da Pátria. Vozes de meninos anunciam *A Época,* folha de defesa do operariado de Porto Alegre. Um grupo de 200 operários apedreja a fábrica de banha Crivellaro e Difini, na rua Voluntários da Pátria, 98, porque seus colegas, satisfeitos com os salários, não aderiram à greve.

Os cobradores e motorneiros da Força e Luz entram em greve. Exigem mais 5% sobre os 20 que já haviam recebido, com a condição de que o aumento também seja estendido aos funcionários da usina e oficinas. Dia primeiro de agosto aderem à greve os trapicheiros, estivadores, cortadores de pedra e boleeiros. No dia seguinte, é a vez dos chapeleiros, caixeiros (balconistas), tamanqueiros, carroceiros, alfaiates, marcineiros e funcionários de várias firmas, como os Moinhos Riograndenses, Casa Singer e Empresa de Carruagens entrarem em greve.

Alguns desordeiros são desautorizados pela Liga de Defesa Popular, que exerce o máximo controle sobre as violências. A Liga também distribui uma circular desmentindo o "boato malévolo" de que pretenda envenenar a hidráulica. Ao mesmo tempo explica que só é permitida a circulação de carros com salvo-conduto. À noite, o caudilho Borges de Medeiros, acompanhado do seu secretário do interior, Protásio Alves, anda a pé pela cidade, avaliando a situação criada com a greve geral.

Ao som do malho

A greve geral em Porto Alegre continua dia três de agosto com a adesão dos leiteiros, empregados de hotéis, cafés e pensões. Falta verdura e carne no mercado público. Os hotéis servem charque aos hóspedes. Os trabalhadores, em piquetes grevistas, percorrem as ruas da cidade. Vão até o Palácio Piratini.

Da sacada, Borges acena para eles. Continua a procura de gêneros alimentícios. As sobras de pão fabricadas pelos presos para abastecer a casa de correção são vendidas a preços elevados. Em novo comício realizado na Praça da Alfândega, agora com a presença de quatro mil pessoas, o líder Luis Derivi elogia a organização da greve. Denuncia ainda, que "os grandes açambarcadores são estrangeiros e não se compreende como as forças policiais saiam em sua defesa para a rua espingardeando os operários brasileiros, que gritam porque estão com fome".

João Batista Moll prossegue o comício, dizendo: "Camaradas! Que o som produzido pelo choque do malho e da bigorna seja o eco da liberdade a ressoar pelo mundo". Lamentando que crianças trabalhem até dez horas para ajudar no sustento da casa, Moll lembra o exemplo da Rússia, onde "os cossacos, de Tolstoi, Gorky e Kropotkine, depois de uma escravidão quase infinita, conseguiram por si um regime de liberdade".

Em meio ao comício, chegam 70 mulheres que são levadas para o centro da praça. O povo se concentra defronte a

Tabacaria Eden, na Rua dos Andradas, onde os "reclamistas" Walter e Rocinha distribuem cigarros gratuitamente. No final do comício foi feita uma coleta entre os presentes para pagar o ônibus das mulheres.

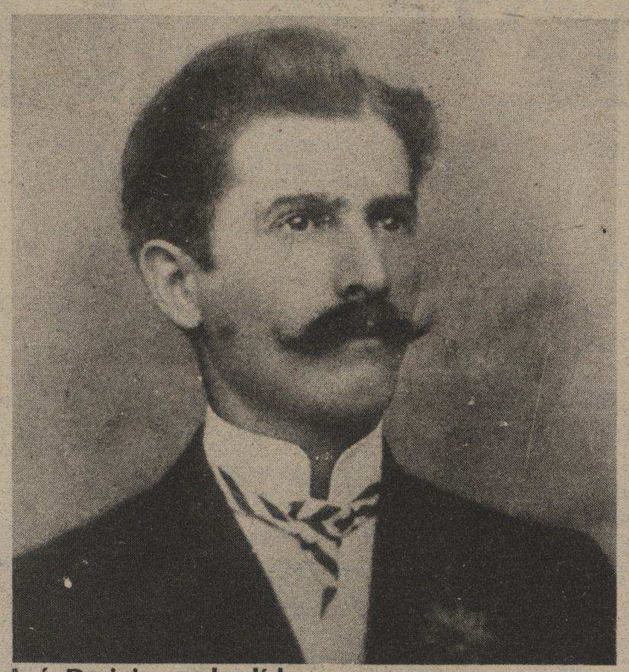
Com a paralisação quase total das atividades, os comerciantes da capital reúnem-se na Praça do Comércio (onde hoje se localiza a Junta Comercial), sob a presidência do general Antonio Chaves de Barcellos Filho, com a presença do intendente municipal José Montaury. Formam-se, então, duas comissões: uma, para estudar a possibilidade de baixar os preços e outra, para se entrevistar com Borges de Medeiros, formada por Antonio Francisco de Castro, Edmundo Dreher e Carlos Soares Bento. Em documento levado a Borges eles manifestam "o mais completo apoio", lamentando, porém, o fato de que um estado basicamente agrícola como o Rio Grande do Sul, na época, fosse atingido por um movimento proletário. Atribuem a elevação dos preços à Primeira Guerra mundial e às dificuldades de transportes, reconhecendo o desequilíbrio de classes existente. Borges responde que "os fatores universais da carestia de vida atingiram o nosso proletariado" e pede colaboração. Às 21 horas, o chefe de polícia chama os dirigentes da Liga de Defesa Popular para dizer que as reivindicações serão atendidas. No dia seguinte, quatro de agosto, é baixado o ato 137, com uma nova tabela de preços de gêneros de primeira necessidade, pelo intendente José Montaury. Nele estão previstas multas por desobediência e são reduzidos os preços dos produtos: arroz, açúcar, banha, cebola, café, carne, feijão, farinha de mandioca, milho e trigo, salame, erva-mate, querosene, leite, manteiga, massa branca, milho, fósforos, polvilho, pão, sal, vela de sebo e charque. Também foi reeditado o ato 107, de 1914, estabelecendo normas para a venda de carne verde e criando três cortes especiais, com preços diversos. A greve se aproxima do fim. A Sociedade Médica Rio-grandense, porém, oferece gratuitamente os serviços médicos e remédios para os grevistas que necessitarem. A *Standard Oil* e a *Texas Company* seguem caminho diverso: aumentam o preço do querosene de 400 para 1.900 réis. Os varejistas procuram o intendente para reclamar dos novos preços. Alegam o encarecimento dos custos. Quando Montaury pergunta quais são esses custos, os varejistas não sabem responder. Dizem que o alto comércio não lhes fornece nota.

Fim da greve

À medida que novas categorias profissionais se incorporaram ao movimento grevista da capital e a vida econômica do Estado fica praticamente estagnada, os operários se convencem de que é possível obter do governo o atendimento de suas reivindicações. Borges de Medeiros cede à pressão. Decreta, através de atos excepcionais, a elevação dos salários dos proletários e regula a exportação de produtos do estado, "para assegurar a retenção de quantidades precisas de gêneros alimentícios ao consumo público". Em contrapartida, os dirigentes da Liga de Defesa Popular prometem estar ao lado do "benemérito presidente do estado, que solicitamente atendeu aos justos reclamos do operariado".

No dia quatro de agosto, a direção da Força e Luz concorda em estender o aumento a todos os seus funcionários. O assunto é submetido à Liga de Defesa Popular, que convoca motorneiros e cobradores para discuti-lo. Fica decidida a volta ao trabalho para o dia seguinte. A Companhia de Força e Luz solicita à Liga permissão para que o tráfego seja restabelecido, o que é feito às 15h30min do dia cinco. Quase todas as firmas concedem aumentos de 25% e a jornada de oito horas. Muitas promessas, porém, não são cumpridas, como no caso das fábricas de móveis. Os operários voltam ao trabalho; a cidade recupera sua normalidade. A Liga de Defesa Popular encerra a greve no dia cinco, com um comício na Praça Montevidéu. Os manifestantes cantam o hino "Filhos do Povo" e ouvem a palavra de seus líderes. Uma nota da Liga explica: "Cessa, portanto, o motivo da greve geral. A Liga de Defesa Popular aconselha a volta ao trabalho a todas as classes que julgarem conveniente. Viva a solidariedade operária!". Além das reivindicações atendidas, a greve geral ensejou a formação dos sindicatos dos sapateiros, trapicheiros, estivadores, chapeleiros, alfaiates, tecelões e dos funcionários da Força e Luz. Foi fundado o Centro Feminino dos Navegantes e reconstituída a união de operários de veículos. *A Federação*, em meio a elogios ao caudilho Borges de Medeiros, sentencia, em editorial: "A greve, a supressão temporária do trabalho, é sempre um recurso legítimo de reivindicação...".

No interior, principalmente em Pelotas e Santa Maria, houve violência durante a greve. Os ferroviários eram os líderes



Luís Derivi, um dos líderes

A FEDERAÇÃO
ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO
Porto Alegre — Quinta-feira, 2 de agosto de 1917
A GRÉVE
As providencias do governo do Estado

CORREIO
RIO GRANDE DO SUL
Porto Alegre — Andradas, 135 e 140
NUMERO AVULSO
Na capital..... 100 réis
Fora da capital..... 200 réis
ANNO XXIII — Gerente da empreza — JOAO OBINO
Fundador
Agitação operaria
A GREVE GERAL
O ASPECTO DA CIDADE
As providencias tomadas
DIVERSAS NOTAS

Correio do Povo e A Federação: cobertura da greve dos operários

Tiros no Interior

A primeira greve geral do Rio Grande do Sul se espalha no interior graças aos ferroviários, que demonstram grande capacidade de organização, principalmente em Santa Maria, onde a Associação Beneficente dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul exige do seu inspetor geral, W. Cartwright, um aumento progressivo, que vai de 30% para os salários mais baixos até 10% para os mais altos.

Além disso, querem uma jornada de oito horas, pagamento de horas extras e semana inglesa (isto é, trabalhar sábado só até o meio-dia). Como Cartwright não atende ao pedido, inicia-se um comício no Bairro Itararé. Aderem os operários das oficinas, guarda-freios, chefes de trens de carga, passageiros e, mais tarde, o pessoal de escritório. Trens são abandonados, enquanto Cartwright ameaça despedir os grevistas e solicita a intervenção da 7ª Região Militar.

Declaram-se em greve as estações de Santa Maria, Rio Grande, Pelotas, Bagé, Porto Alegre, Gravataí, Passo Fundo, Couto, Cacequi e Rio Pardo. No dia dois de agosto, o general Carlos Frederico Mesquita autoriza a ocupação da estação ferroviária de Santa Maria por 50 praças. Só entram no local pessoas autorizadas por Cartwright. Os grevistas arrancam trilhos, incendeiam dormentes, derrubam pontes e abatem postes telegráficos.

Os trens trafegam guarnecidos por tropas militares. Em Passo Fundo ocorrem choques entre trabalhadores e militares e, em Cachoeira do Sul, os grevistas engraxam os trilhos nas encostas dos morros, impossibilitando a subida dos trens. Em Pelotas, segunda cidade do Estado, com mais de 60 mil habitantes, o intendente municipal Cypriano Barcellos, resolve enfrentar os trabalhadores, ignorando suas reivindicações semelhantes em tudo às de Porto Alegre.

Dia quatro de agosto começa a greve, com a adesão dos estivadores, curtidores, *chauffeures*, verdureiros, alfaiates, sapateiros, motorneiros e cobradores da Força e Luz. Um motorneiro chamado Antonio Nunes, que "furou" a greve, teve sua cabeça quebrada por uma pedra jogada na Praça da República. À semelhança da Liga, nasce, em Pelotas, um Comitê de Defesa Popular para cuidar das reivindicações dos trabalhadores. Dia 10 de agosto, a polícia intervém na manifestação popular realizada na Rua 15 de novembro até a Praça 7 de Julho. Os trabalhadores recebem a polícia a tiros. Três pessoas saem feridas e se verifica a intervenção do 11º de Cavalaria.

À noite os trabalhadores concentram na sede do Comitê de Defesa Popular e a polícia tenta desalojá-los. O cavalo do chefe de Polícia, Francisco Jesus Venetti, é abatido com um tiro. Cai ferido o funcionário da intendência municipal, Domingos José de Almeida Neto, que morrerá dois dias depois. A greve termina dia 15 com a baixa dos preços dos gêneros de primeira necessidade. O *Diário Popular*, de orientação Republicana, atribui essa conquista "principalmente ao desinteresse, digno sem dúvida de registro, da honrada classe empresarial, que bem compreendeu o momento grave que atravessamos, reduzindo ao mínimo o nível dos preços".

Em Pelotas, a greve tem uma conotação política bem definida. Um documento do comitê conclama: "Não vos qualifiqueis, companheiros e, se já tendes título, rasgai-o a fim de não dar a esses régulos o vosso voto. Mostrai que tendes dignidade e não continuais a ser a eterna besta subjugada pela espingarda e corrida à pata de cavalo. Se tendes brio, sabeis repelir com asco aqueles que vos bajulam, quando vós precisais e que vos maltratam quando servidos. Nada de voto, nada de urna".

Por todo o estado sucedem-se greves e manifestações. Em Bagé, os manifestantes e grevistas recebem uma surpreendente adesão. O vice-intendente, Carlos Mangabeira, então no exercício da intendência municipal, jura fidelidade à sua classe: "Nasci do povo, vivo pelo povo e pelo povo tudo farei".

Era um período de crise

A I Guerra Mundial provocou a queda dos preços internacionais de todos os produtos não considerados como de primeira necessidade, entre eles o café, que ocupava o primeiro lugar na pauta de exportações brasileiras. Para um país ainda essencialmente agrícola, isto significava crise. Ao mesmo tempo, se desenvolvia, desde o final do século passado, um incipiente setor industrial (têxteis e alimentos) voltado para o abastecimento interno.

O primeiro censo completo sobre as indústrias no Brasil, em 1907, registra 3.258 estabelecimentos que empregavam cerca de 150 mil operários. O Rio de Janeiro era responsável por 33% do produto industrial nacional, seguido de São Paulo com 16% e Rio Grande do Sul 15%. Ainda assim, os manufaturados representavam 55% do total de nossas importações — o resto se compunha de 25% de gêneros alimentícios e 20% de matérias-primas.

Com a guerra, os países industrializados desviam sua produção para a fabricação de material bélico, e as dificuldades de transporte agravam ainda mais os problemas de suprimento do mercado brasileiro. A economia nacional passa a viver a necessidade de substituir as importações através da produção interna dos bens que eram consumidos. Com isso o parque industrial, que não atendia em média 5% das necessidades nacionais, dá um salto. De 1915 a 1919 surgem 5.940 indústrias e o valor da produção vai de 1.350 mil réis em 1914 para 3.000 mil réis em 1920.

Esse salto, no entanto, não altera basicamente a estrutura industrial do país, causando o desenvolvimento de setores já existentes — a indústria de alimentação participa com 40% da produção em 1920 e a indústria têxtil com 28%. A balança de pagamentos começa a mostrar superavits sucessivos, mas a dependência de bens de capital importados e dos intermediários vai consumi-los progressivamente. Também durante a guerra ocorre o deslocamento do eixo financeiro internacional de Londres para Nova Iorque, ligando a economia brasileira mais diretamente à americana, passando os Estados Unidos a terceiro fornecedor do país.

RIO GRANDE

Dentro deste quadro e durante toda a República Velha (1889-1930), a economia gaúcha continua voltada essencialmente para o mercado nacional. A pecuária é a base econômica do Estado e no final do período será responsável por 80% da produção nacional de charque. Os pecuaristas gaúchos continuam a sofrer com a concorrência dos países do Prata (Argentina e Uruguai) que contavam com tecnologia mais avançada — a Argentina adquiriu seu primeiro frigorífico em 1883. Essa situação vai começar a mudar lentamente em 1917, com a instalação do primeiro frigorífico norte-americano (Armour), em território gaúcho. Apesar disso, os uruguaios continuavam vendendo seu charque no mercado brasileiro a preços inferiores aos dos produtores gaúchos.

O arroz aparece no Rio Grande na primeira década do século, e se tornará o principal cereal comercializado por volta de 1920. Nesta época, a indústria gaúcha só era superada por São Paulo e Rio. Aqui, também, está o maior número de bancos controlados por brasileiros e enquanto os investimentos estrangeiros no centro do país são fundamentalmente britânicos, a preponderância no sul já é do capital norte-americano.

Apesar da multiplicação crescente do número de pequenas propriedades, o latifúndio ainda dominava. Em 1920, menos de 3% das propriedades rurais representavam mais de 45% do valor de todos os imóveis rurais, segundo Robert Levine em estudo econômico sobre a República Velha. Os germano-brasileiros se destacam nas atividades industriais não ligadas a empresas pastoris. O charque e a erva-mate eram dominados pelos luso-brasileiros e o vinho e a manteiga pelos italianos.

(Texto baseado em: Modelo Brasileiro — Impasse e Alternativa, *de Francisco Machado Carrion Júnior;* Rio Grande do Sul como Fator de Instabilidade na República Velha, *de Robert Levine;* Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, *de Leôncio Rodrigues;* e O Ano Vermelho, *de Moniz Bandeira, Clovis Mello e A. T. Andrade.)*

Anistia: "Uma luz no túnel"

"Sou uma menina brasileira, nascida no México, filha de pais (brasileiros) exilados nesse país amigo. Há sete anos não vejo meu pai; ele está na Suécia, é formado em Arquitetura e Doutorado. Não tem condições de voltar ao Brasil porque não possui passaporte nem garantias de volta. Eu pergunto: Não faz parte dos Direitos Humanos ser pai? Os responsáveis públicos por nós, crianças brasileiras (somos muitas fora do Brasil), não nos dão esse direito da presença de um pai querido? Muitos filhos crescem, casam, sem ver seus pais. Muitos pais morrem sem ver seus filhos. Só tem uma maneira de acabar com esse desencontro com a família brasileira: anistia, anistia para todos os brasileiros idealistas e bons."

A presidente do Movimento Feminino pela Anistia vê 1978 iniciar com bons sinais: "É um ano bastante promissor" diz ela

A carta da menina Mariana Pereira Yarzes é apenas uma entre muitas, que recebe mensalmente a presidente do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), Therezinha Zerbini. Foi entregue durante as comemorações do Dia dos Direitos do Homem, 10 de dezembro, em solenidade realizada na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio. Mariana disse a Therezinha Zerbini: "Como a senhora entregou uma carta para a Rosalyn Carter, eu lhe entrego essa".

A presidente do MFPA não ficou surpresa com o gesto, pois está acostumada com cartas semelhantes de mães, irmãs e filhos de exilados ou presos políticos brasileiros. A maioria não é divulgada por medo de que ocorram represálias e segundo a vontade dos próprios interessados.

"Essas pessoas foram tão violentadas, sofreram tanto, que pedem pelo amor de Deus para que eu não divulgue seus nomes", confirma Therezinha, responsável pela criação do movimento de anistia feminino, surgido em São Paulo e que hoje tem núcleos no Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. Ela diz sentir-se hoje — dois anos depois da primeira reunião do MFPA — "como quem vê luz no fim do túnel".

Em 1975, falar em anistia era tabu, poucas vozes ousavam defendê-la, "eram ainda vozes isoladas, que não incomodavam. No entanto, hoje, a anistia já é uma realidade muito próxima e trabalhar por ela ficou muito mais fácil". Animada com as perspectivas de abertura política, Therezinha está convencida de que chegou a hora do "basta". Ela diz que a nação chegou ao seu limite de paciência depois de 15 anos.

— Cabe a nós, mulheres brasileiras, diante do caos econômico, político e jurídico que a nação está atravessando, pedirmos que venha depressa a solução.

As 15 mil mulheres que assinaram, há dois anos, um Manifesto da Mulher Brasileira, enviado ao presidente Geisel, são também signatárias de outro documento, resultado do I Encontro Nacional do MFPA, realizado em São Paulo, para comemorar o 29º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem:

cici

Terezinha Zerbini: a favor dos exilados, presos políticos e desaparecidos

— Acreditamos que nenhuma abertura política conseqüente, desde a crise que instalou o país em regime de exceção, será possível sem anistia política ampla... Perante a nação reafirmamos neste documento histórico o compromisso de não descansar enquanto nossos objetivos não forem atingidos na sua totalidade.

Therezinha diz que o movimento surgiu respaldado no apelo feito pelo presidente para que todos usassem a imaginação criadora.

— Como estamos sob uma legislação de exceção — mas que nunca admitiu publicamente que é exceção — tivemos de dançar conforme a música. Como não se dispunha de espaço político, transformamos a luta pela anistia em um movimento de persuasão e pressão, pois, antes de mais nada, o MFPA é essencialmente político. Político com P maiúsculo e apartidário. Ela exemplifica dizendo que quando se faz um documento pedindo que "neste Natal não exista nenhum lar com crianças, homens e mulheres chorando a ausência de seus entes queridos...", no fundo fazemos uma pressão moral.

Ela vai além, dizendo que o objetivo é uma anistia ampla, plena e irrestrita, como está estipulado no artigo 2º do estatuto do MFPA. "Não somos ingênuas, se a anistia não for ampla não é mais do que um "passa-moleque". Aqui ela fala de sua luta à repórter Tânia Mendes.

— Quantos brasileiros seriam beneficiados com a anistia?

Therezinha — Fora do país existem aproximadamente cinco mil exilados. Entre eles, a nata da cultura nacional, como um Paulo Freire, que hoje está na Unesco trabalhando pela redenção dos povos africanos e poderia estar trabalhando pela nossa redenção. Há uma multidão de cérebros fora do país, principalmente em Paris, na Suécia e Portugal, alijados da vida brasileira. Parte dos cinco mil não podem voltar e, o que é mais grave, é que o governo brasileiro está negando cidadania aos filhos de nossos exilados. Quanto aos presos políticos chegam atualmente a 300, além dos desaparecidos, que oficialmente são 26, mas a rigor devem ser mais de mil. Como tolerar uma situação dessas?

— Como é o contato entre a Anistia Internacional e o MFPA?

Therezinha — Sou amiga e admiro muito o presidente da Anistia Internacional, Thomaz Hammaberg. Nos conhecemos em Paris, no ano passado. Mas não houve durante sua visita ao Brasil, ou mesmo antes, nenhum contato oficial entre o MFPA e ele. Digamos que houve um contato oficioso, quando pude dar-lhe uma visão correta e honesta da situação brasileira. Nosso movimento é essencialmente tupiniquim, pois temos capacidade de lidarmos com nossos próprios problemas. Somos suficientemente inteligentes para saber que não teríamos vantagem alguma em aproveitar um trabalho feito no exterior. O MFPA foi tirado na fé e na garra por oito mulheres de São Paulo e agora é irreversível, anda por si mesmo, está estruturado de norte a sul do país.

— A Anistia Internacional vai abrir um escritório aqui?

Therezinha — Não, porque aqui não há um delegado da Anistia Internacional. Hammaberg tem dito que a organização não está preocupada em criar núcleo em lugar nenhum e que as coisas não são criadas de cima para baixo. Se alguém achar necessário, que crie um comitê e é lógico que a Anistia irá se valer disso. O importante é que essas pessoas tenham ética e dignidade para informar apenas a verdade.

— Qual é a receptividade do MFPA junto à classe política brasileira?

Therezinha — A bem da verdade não temos essa preocupação. Colocamos apenas que a anistia é um imperativo de consciência e cabe a nós ganharmos essas consciências, estejam onde estiverem. Confiamos na consciência jurídica dos homens públicos brasileiros e nos sentimos respaldadas nas consciências democráticas deste país. Dentro da Arena, reconhecidamente, existem homens que merecem o ▶

Aqui você encontra Coojornal

Belo Horizonte
Juiz de Fora
Florianópolis
Tubarão
Lages
Blumenau
Curitiba
São Paulo
Campinas
Santos
Vitória

Natal
Maceió
Recife
Caruaru
Brasília
Salvador
Rio de Janeiro
Niterói
João Pessoa

Fortaleza
Mossoró

Nas praias
Tramandaí
Capão da Canoa
Torres
Pinhal
Cidreira
Camboriú
Santa Teresinha

cooJORNAL

AQUI VOCÊ COMPRA COOJORNAL

Juiz de Fora
Tubarão
São Paulo
Florianópolis
Belo Horizonte
Vitória
Recife
Natal
Curitiba
Salvador
Fortaleza
Rio de Janeiro
Niterói
Mossoró
Lajes
Nas praias
Blumenau
Camboriú
Torres
Brasília
Tramandaí
Capão da Canoa

respeito da nação, como Teotônio Vilella e o próprio senador Jarbas Passarinho, que recentemente declarou em São Paulo que por ele assinaria a anistia. Agora, evidentemente, temos mais afinidade com o MDB, que tem a anistia em seu programa. Não acreditamos que no MDB exista uma só pessoa contra a anistia, o que seria uma contradição.

— O Secretário da Segurança de São Paulo, Erasmo Dias, diz haver uma diferença entre anistia e anistia ampla e irrestrita.

Therezinha — Respeito a opinião do Secretário, porque para termos a opinião respeitada a gente tem de respeitar a opinião do outro. Mas quem pode menos, pode mais — é uma norma do Direito. Liberdade não é dada a conta-gotas. Liberdade se pede em tese, é valor absoluto. E não se entra em discussão sobre o *quantum*. Queremos toda, ampla, geral...

— O MFPA tem apoio da Igreja?

Therezinha — Não existe ligação formal, oficial entre nosso movimento e a Igreja progressista. Existe uma ligação moral, porque seus princípios são, como os nossos, de justiça e liberdade. Já enviamos ao Papa Paulo VI uma carta pedindo sua mediação para que o presidente da República viesse a conceder a anistia ampla no maior país católico do mundo.

— Como vivem as famílias dos exilados e presos políticos?

Therezinha — Sempre que me perguntam pelo número de presos e exilados, costumo dizer que isto pode ser multiplicado por dez, cem ou até mil. Porque o problema envolve toda uma família. São as mães, pais e irmãos deles. São também torturados psicologicamente por esta situação. Eles nos procuram, mas se sentem amendrotados, pedem que não divulguemos seus nomes.

— Quais as perspectivas para 1978?

Therezinha — Estamos cada vez mais seguras de atingir nosso objetivo. 78 será um ano promissor. Hoje quem está pedindo anistia não somos só nós. É um marechal Mário Poppe de Figueiredo, é o general Pery Bevilácqua, um dos baluartes de 1964, se declarando favoráveis à anistia. A ABI, ao ser procurada pelo senador Portela para o famoso diálogo, pediu anistia. Pedem também os sindicatos, trabalhadores, estudantes, intelectuais, cientistas da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — todas as camadas sociais enfim. Alguma coisa está acontecendo neste país. Depois disso vamos continuar unidas para transformar nosso movimento a favor dos Direitos Humanos em outras lutas importantes.

— E a situação do jornalista brasileiro, Flávio Tavares, preso no Uruguai?

Therezinha — Acabei de receber relatório do Rio Grande do Sul . Flávio está pesando 46 quilos, hemiplégico, paralítico dos braços e das pernas. Vamos apelar para as consciências bem formadas deste país, pedindo que enviem cartas ao presidente Geisel para que ele tome providências. Nosso cartão de Boas Festas perguntava: Como desejar boas festas em tal situação? (N. R. Dias depois desta entrevista, Flávio Tavares foi libertado. Veja matéria na página 19).

Contra todos os preconceitos

O crescimento da intolerância política, religiosa e racial em várias partes do mundo tem como contrapartida a valorização, também crescente, de organizações como a Anistia Internacional. O reconhecimento do trabalho iniciado em 1961 por esta organização veio em 1977, quando ela recebeu o prêmio Nobel da Paz. A Anistia Internacional é independente e não governamental, tem 170 mil membros contribuintes em 165 países. Mas só conseguiu montar 35 sucursais nestes países, tendo 45 delegados individuais em outros. Já conseguiu a libertação de 10.600 presos, sempre lutando com a falta de recursos.

O Secretário Geral da Anistia Internacional é o economista inglês Martin Ennals, 50 anos e dois filhos. Desde julho de 1968 ocupa este cargo. Aqui ele responde ao major brasileiro (cassado) Francisco Hardy, membro da AI e cogitado para ser representante da organização na América Latina.

— Qual a situação dos direitos humanos hoje no mundo? E qual o papel da Anistia Internacional neste quadro?

Ennals — *Cada vez mais países e organizações vêm lutando pelo respeito aos direitos humanos. Mas o mundo também tem testemunhado o crescimento da brutalidade e tem visto violência, terrorismo e tortura tornarem-se internacionais. A AI concentra seus esforços no sentido de salvaguardar a importância da pessoa humana. Antes de tudo, procuramos socorrer, de forma prática, humanitária e imparcial, pessoas que estejam presas por seus credos políticos, religiosos ou devido a preconceito racial. Uma de nossas maiores preocupações é promover a abolição da tortura e da pena de morte. Pensamos que foi por isto que o Comitê do Prêmio Nobel procurou homenagear a AI concedendo-lhe o prêmio Nobel da Paz de 1977 — Ano do Prisioneiro de Consciência.*

— Quais os planos para utilização do prêmio?

Ennals — *O montante é de 80 mil libras (Cr$ 2 milhões e 500 mil), que será usado para trabalhos futuros em outras áreas do mundo, especialmente no Terceiro Mundo. Pretendemos recrutar coordenadores nesta área, pois no momento só temos dois: um para a América Latina e outro para a Ásia.*

— O que está sendo feito na América Latina?

Ennals — *É uma região onde a preocupação com os direitos humanos está sendo sentida profundamente. A AI tem membros isolados em diferentes países. São seções nacionais na Venezuela, México, Peru e Costa Rica.*

— Que pensa a Anistia da atuação do bispo brasileiro Dom Helder Câmara?

Ennals — *A AI aplaude os esplêndidos e incansáveis esforços de Dom Helder em promover respeito aos direitos humanos, no plano nacional e internacional, sua coragem em denunciar violações contra a dignidade e liberdade de indivíduos, onde e quando elas ocorram.*

— Como a AI vê a atuação de Jimmy Carter?

Ennals — *Até onde o presidente Carter pretenda partilhar do interesse da AI em relação a prisioneiros da consciência, detenção prolongada de prisioneiros políticos sem julgamento, execução sumária de detidos e a prática de torturas e outros tratamentos e punições cruéis, nós acolhemos esta posição como faríamos se viesse de qualquer outra personalidade ou instituição. Ao mesmo tempo ficaríamos satisfeitos se ele se manifestasse a favor da abolição da pena de morte em todos os casos. É muito cedo para avaliar como sua atitude tem sido complementada, embora tenhamos razões para acreditar que em algumas intervenções recentes o governo dos Estados Unidos possa ter assegurado a libertação ou segurança física de prisioneiros, sobre os quais a AI já se tinha ocupado.*

Ennals: liberdade para 10 mil

— Como alguém pode se tornar membro da AI?

Ennals — *Você pode tornar-se membro da Anistia Internacional mandando sua contribuição, taxa anual de cinco libras, para o Secretariado Geral da AI, em Londres. * Isso o habilita a receber o boletim mensal e o relatório anual, assim como informações atualizadas sobre o lançamento de novas publicações.*

** O endereço da Anistia Internacional é: TURN AGAIN — LANI — Farring Don Street, London, EC-4, England.*

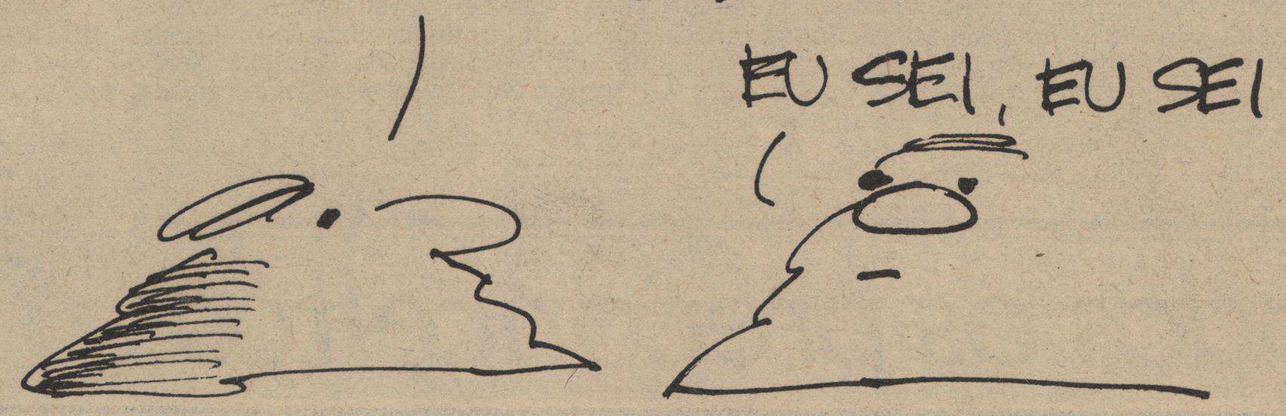
CONTINENTAL,

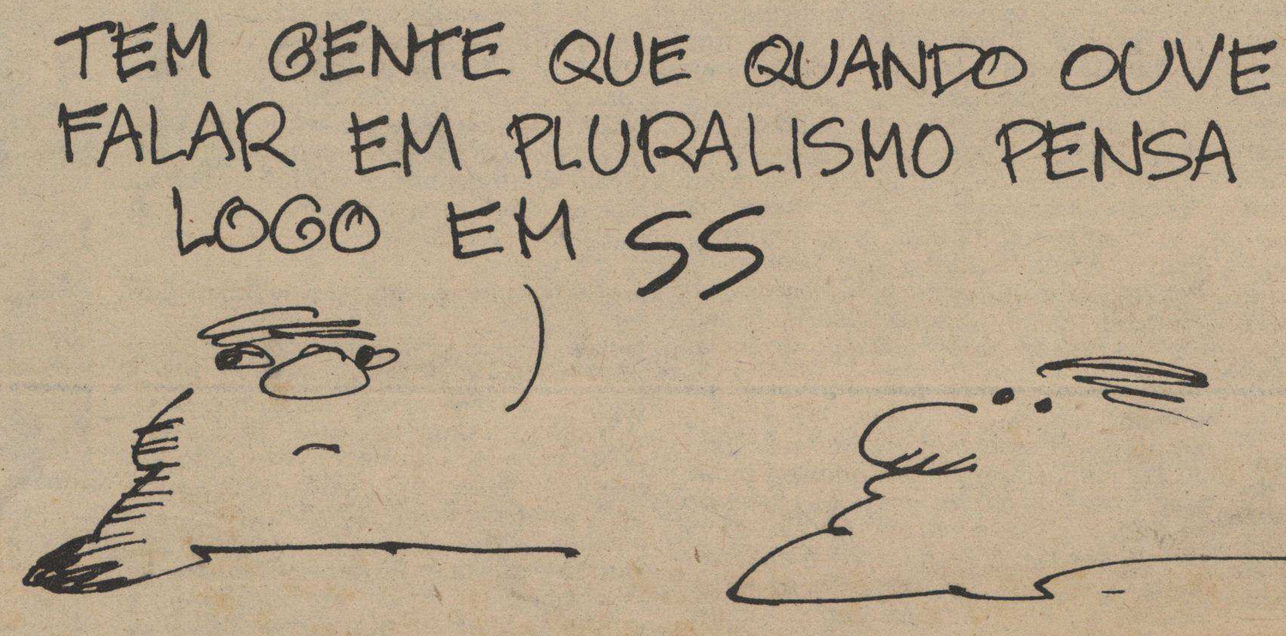
RÁDIO EM FREQÜÊNCIA LIBERAL

SOM PURO NOS 1120

ESCOLHA SEU PARTIDO!

LUIS FERNANDO VERÍSSIMO





O bipartidarismo estaria com os seus dias contados no Brasil. Como se sabe, a experiência não deu certo. Os dois partidos são heterogêneos demais: A Arena, por exemplo, se divide em três alas — a ala minuta (sempre pronta a obedecer o governo), a ala kazan (sempre pronta a obedecer o governo, com salamaleque) e o Teotonio Vilela. Já o MDB reúne velhos libertadores e velhos petebistas unidos num único ideal: o de conter a ala kamikase também conhecida como o naipe dos metais. Você conhece os metais do MDB. Eles às vezes se alvoroçam, pulam da cadeira e anunciam:

— Ninguém me segura! Vou botar a boca no trombone!

Aí o PTB segura por um braço e o PL pelo outro levam o solista de volta à sua cadeira e pedem um copo de água con açúcar. Nem sempre conseguem intervir a tempo, no entanto, e o resultado é que vários emedebistas tiveram a mesma sorte de Glenn Miller e foram abatidos antes do tempo.

Esta incômoda promiscuidade ideológica não pode continuar e já se anuncia uma das prováveis alterações institucionais na política brasileira: sai bi, entra pluri. Qual seria a composição dos novos partidos? Como, ao que parece, não permitirão a volta das velhas siglas, algumas adaptações podem ser previstas.

O PL, por exemplo, passaria a ser o PR — Partido Retórico. Reuniria os libertadores que defendem a sintaxe, a livre manifestação de imagens literárias e uma melhor distribuição de vírgulas. Outros remanescentes do velho PL fundariam o PPL, ou Partido Pera Lá, com os mesmos ideais liberais do velho PL mas, pera lá, sem muita mistura com o populismo. Quer dizer, a democracia é ótima mas temos que pensar na segurança das nossas mulheres e de prataria. Seu Lema: "Ruy dixit, tá falado".

O PSD, é verdade, nunca morreu. Continua conosco como um velho bumerangue que ninguém consegue jogar fora, fiel ao seu lema: Acomodação e Frases Feitas. Se chamaria OEA (Olha Ele Aí) e reuniria todos os ex-pessedistas da Arena e os que, por falta de lugares, tiveram que passar para o lado do MDB, emburrados. O OEA lutaria pelos seus ideais assim que tivesse alguns.

Os socialistas não teriam um mas muitos partidos.

O PSEUDO (Partido Socialista Engajado e Unido mas com Dúvidas, Ora) reuniria os que sabem que têm que ser socialistas, querem ser socialistas e um dia, prometem, serão socialistas mas no momento estão com doença em casa e...

O PSIU (Partido Socialista Internacionalista Utópico) seria a agremiação dos que acreditam na vitória final do socialismo, não por meios violentos mas pela lenta conscientização do capitalismo. Só que no final os capitalistas não forem convencidos a aceitar o socialismo por bem é que eles admitem usar outros métodos, como o suborno.

O PSM (Partido Socialista Mesmo) lutaria pela socialização da economia a médio prazo e com cautela. Aliás, PSM também significaria Passaporte Sempre à Mão.

O PSMMMM (Partido Socialista Meeeeeeeeesmo) pregaria a imediata socialização dos meios de produção no Brasil, sem transgressões. Se chegasse ao poder, a cerimônia de posse seria realizada já dentro da Embaixada do México, em Brasília, para poupar tempo.

A CIA (Central Inteligence Agency), cansada de apoiar o lado errado e depois se arrepender, fundaria o seu próprio partido, também chamado CIA (Chega de Intermediários, América) o NDU (National Democratic Union).

Os radicais de esquerda e de direita teriam seus próprios partidos.

O POU (Partido Ordem Unida) seria uma organização para-militar (com para-general, para-coronel, etc. até para-raso) dividida em grupos de choque (ou para-choque) dedicados a operações de grande audácia e coragem contra o comunismo internacional, como sequestrar freiras.

O PLEFT (Partido de Libertação da Esquerda a Fim, Teoricamente) também seria uma organização paramilitar mas num regime egalitário: todos seriam para-majores e só haveria um para-cabo para operações de campo, como buscar o cafezinho.

O PLEM (Partido de Libertação da Esquerda Musical), muito louco, tentaria tomar o governo com um golpe mas desistiria porque o fio da guitarra não chegaria até o palácio.

O trabalhismo se dividiria em várias facções: o PVT (Partido dos Velhos Trabalhistas), o PTÓ (Partido dos Trabalhistas de, Ó, anos!) e o BLP (British Labour Party), formado por uma elite intelectual.

O PA (Partido Alto) reuniria os bebedores e a turma da cocaína. Não teria muita expressão política mas as suas convenções seriam memoráveis.

O GODÊ (Gays Organizados de Direita e Esquerda) não teria um programa mas um caso partidário. Quem o partido não conseguisse eleger para o Congresso ganharia prêmios de consolação como Miss Simpatia e Melhor Colega. O lema da coalizão seria "Nem a Esquerda Festiva nem a Direita Lunática — o Centro Recreativo!".

O MOBRAL (Monarquistas por um Orleans e Bragança de Rei por Aclamação ou Levante) defenderia também a volta da escravatura, o fechamento dos portos e o José Bonifácio como conselheiro do Reino.

O PRRR (Partido Retrógrado, Reacionário e Revoltante) chamaria o Mobral de comunista.

● ● ●

A verdade é que o Brasil chegou a um estágio tal de aperfeiçoamento do seu regime político que pode, tranqüilamente, permitir a existência de quantos partidos forem formados. Amplia-se o debate político e o salutar intercâmbio de idéias e todas as correntes partidárias são iguais perante a lei. Nenhuma tem a menor chance de chegar ao poder. Se isto não é democracia não sei o que é.